



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Mestrado em Desenvolvimento Econômico

**A DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL NO BRASIL:
ANÁLISE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1970/2006**

Bruno Leonardo Barth Sobral

Campinas, outubro de 2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
Mestrado em Desenvolvimento Econômico

**A DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL NO BRASIL:
ANÁLISE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 1970/2006**

Bruno Leonardo Barth Sobral

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Cano.

Campinas, outubro de 2007

Aos meus pais que nunca dediquei nada diretamente, esse é sem dúvida mais que o fundamental momento.

Se por orgulho ou distração esqueci de retribuir o carinho e o incondicional apoio de vocês, espero dessa forma demonstrar minha atenção e alegria com a existência de ambos na minha vida. Apesar de periodicamente me pressionarem para adotar sua visão de mundo carregada de resultados práticos, a importância de dispor de sua contribuição zelosa é incontestável, ainda que por vezes se torne angustiante.

Dedico essa dissertação a vocês, agradecendo todo o duro auxílio que sempre me permite, ainda que sem estar salvo de discussões, a liberdade de insistir em ser o que simplesmente quis ser. Só assim, fui capaz de novamente por em exercício a exaustiva vontade de arriscar um reconhecimento público no lugar da surpresa com a simplicidade da coisa dita.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi inspirado numa imanência íntima e confessional de um “vício”, aquele de ter de fato o estado do Rio de Janeiro como permanente estado de espírito. Entretanto, sua cota de imaginação ao ser deixada fluente seguiu resguardada dos assaltos do romantismo, sendo guiada por tudo aquilo que se aproximou do significado real de sua economia diante da importância da unidade nacional e da questão regional brasileira. O direito de poder contribuir para avaliá-lo com propriedade, transformou-se num dever de encerrar as observações obtidas com um poder de síntese que se espera ter sido satisfatório. O presente documento que resultou desse esforço caso se imponha ainda tímido diante de toda a profundidade do tema, certamente busca avançar sobre a miséria e a grandeza das possibilidades para a economia do estado face o sentido das responsabilidades históricas e o alcance das relações produtivas analisadas. Se essa ordem de interrogações e esperanças enunciadas for acolhida e se tornar estimulante a ponto de alguma forma resgatar o desejo e despertar o interesse para a ação transformadora, já cumpre seu objetivo básico. Afinal, além do que sugere os diagnósticos e as tendências expostas mais adiante, o desenvolvimento é a história como vontade e realização política.

Agradecer a todos que fizeram de alguma forma parte desse projeto é saudar e homenagear quem tornou nos últimos anos a vida do autor cheia de lembranças. Obrigado àqueles que conviveram passagens cotidianas de cansaço e prazer, bem como àqueles que ofereceram o auxílio e o julgamento sobre o processo criativo. Entre intermitentes encontros casuais, festividades, aulas e reuniões de trabalhos, todos forneceram uma espécie de força indispensável para a permanência da motivação inicial que, por isso, foi sendo amadurecida até ser defendida por fim. Dessa maneira, o gosto de destino sobre a obra que sucedeu a cada percepção que se ganhou dessas pessoas, veio se exacerbando com tantos desencontros e regularidades até se encerrar nesse documento nutrido por essa vivência.

Dos amigos e mestres que se aproveitou, das paixões que se mantiveram, enfim tudo que estabeleceu uma sincera identificação e investiu em forma de amizade e colaboração, é grato. Todas essas pessoas fizeram que o meu consentimento para um exílio parcial do cosmopolitismo carioca não evocasse uma sensação maior de desterro nas amenidades do interior paulista. Na tradução de costumes, todos ajudaram para que se preservasse o franco equilíbrio entre a seriedade e a diversão, de modo que a solidão não se alastrasse mais que o necessário para se ter uma tranquilidade intelectual. Na assertiva de realizar um esforço de amadurecimento profissional e acadêmico, descobri que foi vivida uma grande experiência por todos os seus detalhes pessoais os quais se deve a contribuição justa de cada um. Pela

serenidade e a beleza dessas pequenas coisas grandiosas que se manifestam constantemente na minha lembrança como saudade, nesse tópico está prestado todo o seu reconhecimento e a repetida gratidão para seus portadores.

Obrigado aos meus professores, em especial a todos os membros do CEDE. A proximidade de Brandão, Fernando, e Maciel foi muito importante e instigante. Explicitamente, muito obrigado ao meu mestre e orientador Wilson Cano, que permanece como exemplo pessoal de incansável pesquisador e homem público.

Ao Instituto de Economia da UNICAMP por enriquecer minha formação com seu acervo de pensamento crítico bem como pela excelente infra-estrutura e boa vontade de todos os seus funcionários em geral. Agradeço em especial ao pessoal da secretaria, sendo exemplar a dedicação da secretária Marinete em atender-me sempre prontamente.

Ao Instituto de Economia da UFRJ por ter sido para mim uma excelente base de formação e que intelectualmente ainda mantenho-me vinculado. Em especial, agradeço a dedicação da professora Renata La Rovere que sempre me inspirou o trabalho científico e continuou a me apoiar na fase de pesquisas para essa dissertação.

Ao professor Mauro Osório pelo seu interesse espontâneo e imediato na minha pesquisa, oferecendo-me importantes materiais e outras colaborações. Agradeço também a Hildete Pereira de Melo e Raphael de Almeida Magalhães pela disponibilidade e disposição de concederem entrevistas.

À numerosa quantidade de colegas que ganhei e ao grupo de amigos que espero manter. Zé Pedro, Zé Eustáquio e Marcos, que reconheço como meus grandes companheiros de “exílio”, agradeço por manterem a enorme camaradagem. Fernando, Felipe, Ariadine, Thiago, Cid, Denílson, Elmer, Thomas, e tantos outros conhecidos sou grato também a amizade bacana que adquirimos.

Aos meus pais incríveis, de quem sou fã incondicional, Bruno e Elizabeth, bem como à toda a minha família e aos meus “velhos” amigos cariocas: Abib, Thiago, Rafael, Casado, Bittar e tantos outros. Eles são a estrutura fundamental que me mantém confiante na vida.

À Alana, que a existência muito querida é algo que me faz melhor. Seu desejo e carinho ganham uma dimensão maravilhosa a cada momento de saudade que me faz sentir amado, e se tornam melhor ainda quando estou novamente próximo dela.

Por fim, obrigado à todos os “anônimos”, mas que habitam a minha vida de alguma forma. Em especial, aos poetas e boêmios que nunca escondem que a vida é bela e me mostram constantemente em sua inquietude que essa beleza existe de verdade. Não desistam.

“A minha inspiração não quer viver apenas da nostalgia de tempos e lugares, ao contrário, quer incorporar essa saudade num projeto de futuro”.

Caetano Veloso – trecho do *release* do disco: *“Domingo”* (1967)

“Isso nos faz retomar um dilema mais sério: o fato do espaço só pode ser conquistado por meio da produção do espaço”.

David Harvey – trecho do livro *“Condição Pós-Moderna”* (1992)

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Introdução à problemática da desconcentração produtiva e os condicionantes históricos da questão regional na economia brasileira	5
1.1 – Aspectos históricos gerais do desenvolvimento econômico nacional e seus rebatimentos regionais	9
1.2 – Aspectos históricos gerais do desenvolvimento regional da economia fluminense.....	18
Capítulo 2 – Análise das principais transformações na estrutura produtiva fluminense, período 1970-1989.....	30
2.1 – A continuação da desconcentração fluminense durante a desconcentração nacional virtuosa no período 1970-1980.....	31
2.11 – Agropecuária.....	34
2.12 – Serviços.....	37
2.13 – Indústria.....	40
2.2 A continuação da desconcentração fluminense durante o arrefecimento da desconcentração nacional no período 1980-1989.....	53
2.21 – Agropecuária.....	55
2.22 – Serviços.....	58
2.23 – Indústria.....	62
Capítulo 3 – Análise das principais transformações na agropecuária e nos serviços fluminenses, período 1989-2006.....	69
3.1 – Agropecuária.....	71
3.2 – Serviços.....	76

Capítulo 4 – Análise das principais transformações na indústria fluminense, período 1989-2006.....	91
4.1 – Indústria Extrativa Mineral.....	91
4.2 – Indústria de Transformação.....	102
Conclusão.....	126
Referências Bibliográficas.....	131
Anexo Estatístico.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação Regional no PIB total.....	32
Tabela 2 – Diferenças regionais da renda média por habitante.....	33
Tabela 3 – Distribuição da população fluminense entre áreas urbanas e rurais.....	35
Tabela 4 – Participação do Rio de Janeiro na área ocupada (ha) do país por produção principal.....	36
Tabela 5 - Participação dos segmentos na área plantada (ha) do estado por produção principal.....	37
Tabela 6 – Participação fluminense no PIB nacional do setor serviços.....	38
Tabela 7 – Participação do PIB dos segmentos de administração pública e instituições financeiras no PIB fluminense	39
Tabela 8 – Estrutura ajustada do setor serviços fluminense.....	40
Tabela 9 – Participação fluminense no VTI, segundo classes de gênero.....	49
Tabela 10 – Estrutura industrial fluminense por classes de gênero	52
Tabela 11 – Proporção (%) de estabelecimentos agropecuários que utilizam equipamentos agrícolas e métodos tecnológicos.....	57
Tabela 12 – Participação fluminense no emprego terciário nacional, período 1980-1991.....	61
Tabela 13 – Estrutura do emprego terciário fluminense, período 1980-1991.....	62
Tabela 14 – Participação fluminense na produção nacional de petróleo e gás natural, período 1980-2006.....	64
Tabela 15 – Taxas de crescimento médio da indústria de transformação fluminense, período 1970/1989.....	67
Tabela 16 – Participação fluminense no emprego terciário nacional, período 1989-2004.....	89
Tabela 17 – Estrutura do emprego terciário fluminense, período 1989-2004.....	89
Tabela 18 – Indicadores sobre a importância dos repasses de <i>Royalties</i> e Participações Especiais para o Rio de Janeiro.....	94
Tabela 19 – Principais taxas municipais de <i>Royalties</i> e Participações Especiais <i>per capita</i> , período 1999-2006.....	96
Tabela 20 – Indicadores da importância dos <i>Royalties</i> e Participações Especiais em alguns municípios escolhidos.....	98
Tabela 21 – Taxas de crescimento médio da indústria de transformação fluminense no período 1989-2006.....	107
Tabela 22 – Taxas de crescimento do emprego formal industrial, período 1990-2005.....	109
Tabela 23 – Evolução dos principais ramos da pauta exportadora, período 1989-2006.....	110

Tabela 24 – Evolução do perfil tecnológico das exportações fluminense, período 1999-2006.....	112
---	-----

Anexo Estatístico

Tabela 1 – Participação fluminense e de outras regiões (%) noVTI, segundo os grupos de indústrias, período 1970-2003.....	140
Tabela 2 – Estrutura Industrial fluminense e de outras regiões (%) por grupos de indústrias, período 1970-2003.....	140
Tabela 3 – Índice da produção física da indústria de transformação fluminense, período 1989-2006.....	141
Tabela 4 – Consórcios vencedores da 1ª etapa de renovação da frota da Transpetro, por tipo e preços.....	142
Tabela 5 – <i>Ranking</i> das dez maiores empresas na indústria fluminense, período 1996-2004.....	142
Tabela 6 – Evolução da participação na capacidade instalada de refino de petróleo nacional e taxa de crescimento das refinarias no período 1996-2005.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB e da Renda domiciliar <i>per capita</i> no estado do Rio de Janeiro.....	71
Gráfico 2 – Taxa de desemprego para o Rio de Janeiro e o Brasil (%), período 1992-2006....	85
Gráfico 3 – Rendimento médio do trabalho principal (R\$), período 1992-2006.....	86
Gráfico 4 – Taxa de Pobreza do estado do Rio de Janeiro e do Brasil (%), período 1992-2005.....	86
Gráfico 5 – Evolução real do VAB da extrativa mineral e da indústria de transformação do Rio de Janeiro, período 1989-2004.....	92
Gráfico 6 – Evolução do ICMS como proporção da receita corrente e como proporção do PIB no Rio de Janeiro, período 1995-2004.....	95
Gráfico 7 – Evolução do Emprego Formal Total nos municípios grandes beneficiários de <i>Royalties</i> e Participações Especiais, período 1999-2005.....	97
Gráfico 8 – Evolução real do VAB das principais indústrias de transformação estaduais e da média nacional, período 1989-2004.....	102
Gráfico 9 – Evolução do volume físico exportado e importado no Rio de Janeiro.....	110
Gráfico 10 – Participação das principais empresas na pauta exportadora fluminense em 2006.....	111
Gráfico 11 – Evolução da participação da Metalurgia Básica e da Produção de Metal no VTI, período 1996-2005.....	115
Gráfico 12 – Evolução da participação da Construção Naval fluminense no VTI, período 1996-2005.....	117
Gráfico 13 – Evolução da participação das refinarias fluminenses no processamento nacional de petróleo, período 1990-2006.....	120

Anexo Estatístico

Gráfico 1 – Evolução da tonelada de porte bruto contratadas na Construção Naval brasileira, período 1959-1998.....	143
Gráfico 2 – Evolução dos empregos diretos na Construção Naval brasileira, período 1960-1998.....	143

RESUMO

A dissertação tem por objetivo analisar a evolução recente e a interrelação da economia do estado do Rio de Janeiro com o fenômeno de desconcentração produtiva nacional. Dessa forma, para o período 1970-2006, é apresentada uma avaliação da dinâmica setorial da economia fluminense, além dos limites em sua contribuição para o desenvolvimento do país. Apontando as principais mudanças observadas na estrutura econômica estadual, destaca-se: a precariedade de sua agropecuária, ainda de forte cunho tradicional; a elevada terciarização econômica vis-à-vis o retrocesso relativo industrial, herdada de sua especificidade histórica e recrudescida pela forte “inchação” do setor serviços; e, principalmente, o surgimento de um flagrante processo de desindustrialização, em parte ocultado pela forte expansão da Indústria Petrolífera e da Guerra Fiscal. Nesse ínterim, fica evidenciada a incapacidade de sua forma de acumulação impulsionar um processo de redinamização sistemático e de fortalecimento de seu mercado de trabalho. Por isso, o texto enfatiza a importância e a necessidade de tornar a base produtiva fluminense mais integrada e homogênea, e de reativar a produção nacional, particularmente, através de um mercado interno ampliado.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the recent evolution and the connections of the Rio de Janeiro state's economy with the national productive desconcentration phenomenon. Therefore, it is presented a dynamic sectorial evaluation of the state's economy during the 1970-2006 period, besides its limits in contributing to brazilian development. Among the main changes observed at the state's economic structure, it's underlined: the precariousness of agriculture because its traditional dynamic; the high levels of tertiary growth vis-a-vis the relative manufacturing regression, inherited from its historical specificity and amplified by the inflation of the tertiary sector; and, specially, the deindustrialization process partially obscured by the oil industry and the fiscal war. Therefore, it's stressed the incapacity of the state's capital accumulation in carrying on a systemic dynamization and to strength the local labor market. This text emphasizes the importance and the necessity of making the state's productive basis more integrated and homogeneous, and to reactivate the national production through an amplified homeland market.

Introdução

O fenômeno da desconcentração produtiva espacial ganhou dimensão nacional considerável a partir da década de 1970. Enquanto um fenômeno associado à maior redistribuição geográfica da atividade econômica, ele foi em parte o resultado do esforço de industrialização das regiões periféricas do país, indicando um desenvolvimento mais generalizado das forças produtivas através do fortalecimento do mercado interno. Contudo, padrões de divergências econômicas e sociais ainda permaneceram gritantes, mantendo-se vivas as antigas preocupações com maior equidade regional e federativa, o que sistematizadamente já fazia parte da pauta das reivindicações políticas desde o final da década de 1950.

Ademais, a continuidade do fenômeno é também problematizada por um novo contexto de crise econômica e redução do papel estruturante do Estado a partir da década de 1980. Somam-se a isso, a implantação de políticas neoliberais e uma reestruturação produtiva com finalidade de um maior ajuste ao processo de globalização na década de 1990. Dessa forma, a desconcentração produtiva tornou-se uma questão relevante na atualidade não mais apenas por persistir a concentração no espaço de capitais oligopolizados e a integração territorial manter seu caráter socialmente problemático. Cabe ressaltar que adquire novos contornos porque, além de chamar atenção para a importância da abertura de novos espaços de acumulação e da redução das desigualdades, explicita a fragilização da referência nacional no processo de acumulação produtiva ao longo das últimas décadas. Então, o teor da discussão, diante dos impasses de um projeto de país, é obrigado a diretamente passar pela dificuldade na consolidação dos diversos nexos regionais enquanto fator não somente de redução da ociosidade estrutural num sistema produtivo integrado, mas também de garantia da própria coesão territorial.

É fundamental se evitar uma visão compartimentalizada do fenômeno, aquela que, aceitando a lógica da transnacionalização do território como inexorável e sugerindo a inserção em nichos do mercado internacional, endossaria uma tendência à desestruturação da acumulação nacional por trás da “nova” regionalização dos grandes mercados globais. Contrário a um discurso de valorização meramente da escala local e que enfatiza a criação de uma rede de espaços privilegiados, deve-se aprofundar o debate sobre a questão federativa que considera a integridade da economia nacional. Afinal, em vez de apenas acentuar a seletividade espacial, torna-se preciso a sustentação de uma dinâmica agregada capaz de levar a reorganização mais profunda do sistema produtivo em sua totalidade, assim, cumprindo os requisitos para a consolidação do mercado nacional e para a maturação do padrão industrial

brasileiro. Em suma, deve ser ressaltada a importância de se avançar para um processo de acumulação endógeno na escala nacional que permita o fortalecimento da divisão territorial do trabalho a fim de reduzir o grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural.

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho parte do pressuposto que se deve persistir no predomínio dos imperativos da unidade nacional sobre os “exclusivismos” regionais. A justificativa para isso se encontra na questão regional ser definida no quadro da integração territorial pelo qual se manifesta a síntese concreta do processo de divisão do trabalho no país:

“Evidente que esses processos estão determinados pelas condições da acumulação de capital em cada região e pelas suas formas dominantes, pela natureza de sua articulação com a dinâmica de acumulação prevalecente nas demais regiões, pela forma concreta com que se dá a subordinação desses capitais à dinâmica do centro dinâmico, pelas características da integração comercial e produtiva de capitais” (PACHECO, 1998, p.33).

Em outras palavras, a questão regional é entendida não como algo avesso à questão nacional, mas como parte da própria lógica de formação da economia brasileira, pautada na possibilidade de maior mobilidade de fatores para a redução da ociosidade dos recursos e expansão das forças produtivas em um mercado interno ampliado. Nesse sentido, Ignácio Rangel (2005, p.170) afirmou que: *“a formação da consciência regional é um momento da pré-história da nova consciência nacional”*, pela qual se pretende *“a formulação superior do problema que situe como problema indivisivelmente nacional aquilo que no primeiro momento parecia ser problema regional”*.

Enfatiza-se que o problema econômico concreto de uma região periférica está ligado a uma situação de marginalização relativa perante as formas de propagação da dinâmica nacional, sendo reflexo de se manter relações atrasadas de produção que conflitam abertamente com os avanços dessa mesma dinâmica. Dessa maneira, na ausência de transformações estruturais a fim de introjetar novos esquemas de divisão do trabalho e profundas mudanças na função regional da sua produção, sucede-se uma acumulação produtiva pouco eficaz. Por isso, o desafio é justamente discutir meios de superar essa situação a fim de reverter tanto uma menor produtividade pela recorrente recriação de capacidade ociosa, como também as perdas (ou até transferências para outras regiões mais promissoras) de potencial produtivo em vista da falta de articulações mais dinâmicas no mercado nacional.

O presente trabalho pretende analisar o conteúdo material específico que esse problema assume na economia fluminense no período 1970-2006. Então, a tese principal do trabalho é qualificar a capacidade de mobilização do potencial produtivo dessa economia

estadual diante do fenômeno da desconcentração produtiva a nível nacional. Para tanto, pretende-se evitar reverberar comemorações apressadas sobre a recuperação de sua relevância no cenário brasileiro, mesmo após a inflexão econômica ocorrida em meados da década de 1990.

Sendo um estado de exígua extensão territorial (apenas 0,5% da extensão do país), torna-se surpreendente a importância socioeconômica que o Rio de Janeiro sustentou no contexto nacional ao longo do tempo. Afinal, além de permanecer como umas das maiores economias do país; possui uma expressão considerável em termos demográfico e urbano; bem como dimensões político-institucional e cultural importantes, enquanto reflexos ainda da centralidade de sua região metropolitana (em especial da sua capital). Para melhor avaliar sua economia, serão ressaltados os determinantes estruturais de sua acumulação interna e a natureza de sua inserção periférica diante da dinâmica agregada do país, o que leva a uma industrialização pautada por constates retrocessos relativos. Dessa forma, procura-se evidenciar os condicionantes particulares ao estado sem perder a perspectiva de conjunto da economia brasileira e dos entraves a urgente e necessária reativação da produção e, em particular, de seu mercado interno.

Para isso, serão adotadas duas periodizações justapostas, uma referente à economia nacional e outra referente à economia fluminense:

- Os antecedentes e a dinâmica regional de convergência no bojo do processo de industrialização brasileira na década de 70. As raízes da condição periférica da economia fluminense e o aprofundamento de seu processo de esvaziamento relativo.
- A profundidade da crise estrutural no país e os sérios impasses ao processo de acumulação produtiva na década de 80. As especificidades da crise fluminense e a passagem para um processo de esvaziamento real, com exceção da exploração do petróleo basicamente.
- As reestruturações produtivas e reformas liberalizantes na década de 1990, e as perspectivas do processo de semi-estagnação econômica até os últimos anos. Os determinantes e limites da inflexão econômica positiva no Rio de Janeiro.

Baseado nisso, o primeiro capítulo, tratará de uma exposição inicial do tema. Examinam-se nele, em seus aspectos históricos mais gerais, tanto os rebatimentos regionais da expansão econômica nacional, quanto a forma que se alicerçou o desenvolvimento da economia fluminense. Do segundo ao quarto capítulo, serão discutidas com maior detalhe as

transformações em sua estrutura produtiva e a relevância nacional que sustentou ao longo das últimas décadas.

Cabe ressaltar que o cerne da análise da dinâmica setorial recairá sobre a evolução da base industrial no estado. Em particular, serão enfocados os condicionantes históricos que remetem à presença de uma indústria de transformação diversificada e com segmentos de valor estratégico, porém com encadeamentos incipientes e bastante dependente do poder de arrasto da dinâmica da economia brasileira. Portanto, buscará evidenciar as especificidades de sua vulnerabilidade, bem como a forma como foi afetada pela crise estrutural e pelo quadro de semi-estagnação em termos nacionais. Por outro lado, será estimada a forma como a grande expansão da atividade petrolífera no país incidiu sobre a estrutura produtiva e as finanças públicas estaduais. Principalmente, será destacada a incapacidade de seus efeitos positivos recolocarem a economia fluminense numa rota de elevado crescimento sustentado e promoverem uma acomodação social satisfatória.

Para os demais setores, não se tratará de análises exaustivas, mas tão somente constatar as grandes linhas de crescimento e transformação por que passaram. Quanto à agropecuária, irá ser verificado como se comporta a expansão da área plantada, o grau de introjeção tecnológica, a organização fundiária, entre outras coisas. Particularmente, será enfatizado o cunho tradicional de sua estrutura de produção e a relação limitada com frações da expansão industrial (processo de agroindustrialização regional modesto). Quanto ao setor serviços, irá ser analisado em quais condições foi recrudescida a terciarização econômica vis-à-vis o retrocesso relativo industrial. Portanto, será destacado o legado deixado por ser fruto de uma especificidade histórica: ter possuído, em termos nacionais, uma anterior primazia urbana e ter sido a sede do governo central brasileiro até 1960. Por outro lado, também será ressaltado a “inchação” do setor e os recentes rebatimentos de sua complexa economia urbana. Para isso, serão também feitas considerações mais pormenorizadas sobre o mercado de trabalho estadual.

Dessa maneira, buscar-se-á entender melhor as principais transformações por que passou a economia fluminense nas últimas décadas, e será possível traçar mais claramente as potencialidades e os desafios para sua evolução futura. É preciso lembrar que o presente trabalho integra uma pesquisa coletiva sob a coordenação do professor Wilson Cano, e cuja metodologia é também comum aos demais estudos territoriais desenvolvidos (Paraná, Espírito Santo, Região Nordeste, Região Norte)¹.

¹ Para maiores detalhes, consultar o apêndice metodológico em CANO, 2007.

Capítulo 1 – Introdução à problemática da desconcentração produtiva e os condicionantes históricos da questão regional na economia brasileira

O desenvolvimento econômico ocorre quando a acumulação de capital é capaz de conduzir à criação de valores substantivos que abram caminho à realização das múltiplas potencialidades humanas. Sendo assim, ele é somente uma das formas que pode assumir esse processo de acumulação, e, para ele ser alcançado, não basta ser apenas assimilada sua lógica de valorização, realizando a pura mercantilização do território. Ao contrário, é fundamental que a economia do país alcance a endogeneidade, ou seja, que a acumulação de capital seja ordenada segundo objetivos nacionais e prioridades sociais (FURTADO, 1984). Dessa forma, o desenvolvimento é fruto de uma intencionalidade política sob condições historicamente definidas a partir da formação do Estado-Nação.

O desafio reside em superar as baixas taxas de acumulação produtiva e geração de empregos presas à dependência tecnológica e às malformações sociais. Em outras palavras, uma das principais preocupações seria evitar que a dinâmica econômica reforce estruturas tradicionais de dominação ou as substitua por similares que de qualquer modo deslizem para formas de dependência que limitam a autonomia de decisão e frustram a possibilidade de homogeneização social. Sendo assim, sua problemática é pautada pelo fortalecimento do mercado interno e no desenvolvimento de forças produtivas, estando ligado não à mera expansão de redes mercantis de captura de excedente, mas diretamente a um processo de industrialização capaz de reduzir o grau de dependência externa e heterogeneidade estrutural (FURTADO, 1979). Esse ponto está associado à necessidade de melhor aproveitamento das potencialidades produtivas do território, o que exige uma valorização conjunta dos capitais expressando a diferenciação e a diversificação das estruturas produtivas regionais. Então, ganha relevância a forma como sucede a inserção dessas configurações espaciais na divisão territorial do trabalho.

É preciso reconhecer que a formação de uma economia regional decorrente do processo histórico de desenvolvimento capitalista, pois a dinâmica global de acumulação acontece em diferentes escalas simultâneas. Enquanto realizado de forma desigual e combinada no espaço (TROTSKI, 1978) e não podendo obscurecer a sociedade de classes e seus conflitos de interesse, fica como seu traço marcante uma relação de dominação centro/periferia. Assim, a consolidação de um modo de produção dominante no país, formando um sistema orgânico de produção social, tende a evidenciar contradições nas relações inter-regionais de produção que remetem a desigualdades sociais ligadas a um

processo integrado de acumulação de capital. Em outras palavras, a questão regional, embora abarque diversas dimensões (há uma cultura sedimentada, uma história e uma geografia próprias etc.), adquire uma conotação particular: a explicitação do caráter contraditório no espaço das formas de reprodução social diferenciadas e subordinadas através da dinâmica geral de criação, apropriação e circulação do valor excedente no território nacional (OLIVEIRA, 1981). Então, o cerne da questão regional é a integração territorial socialmente problemática. A partir disso, deve se buscar compreender como transformações estruturais no padrão de acumulação podem desenvolver as forças produtivas tornando a divisão territorial do trabalho mais complexa na medida em que, enquadrando e polarizando, redefinem e fortalecem a inserção das diversas economias regionais dentro de um mercado nacional ampliado.

A fim de que não seja mera soma de iniciativas isoladas, deve se buscar uma visão integrada do fenômeno regional. Afinal, a raiz do processo de formação da economia nacional se encontra no momento que o Estado pactuou as classes e rompeu estruturas de dominação locais, imprimindo a unicidade ao território. Por outro lado, assume-se que essa dinâmica se correlaciona também com a tentativa do Estado coordenar macrodecisões estratégicas, vincular territorialmente a produção, e regular os movimentos do capitalismo e de suas forças mercantis. Fora disso o que se tem é uma visão compartimentalizada que conduz ou a uma verdadeira disputa entre localidades, ou para a fuga do problema político formulando-se planos predominantemente técnicos de desconcentração industrial (CANO, 1998B). Dessa forma, torna-se importante não confundir a diversidade do país com a sua heterogeneidade estrutural. Assim, evita-se o risco de fundar uma “*federação de mercadores*” (FIORI, 1995) guiados apenas pelo oportunismo.

Por isso, uma estratégia de desenvolvimento regional não se pauta simplesmente na atração a qualquer custo de recursos financeiros e empresas. As transformações na estrutura produtiva devem estar intimamente ligadas a seus desafios de caráter social, ou seja, é preciso buscar uma organização territorial que ligue o esforço de acumulação dialeticamente à luta pela consolidação dos direitos sociais. Afinal, o desafio do desenvolvimento é superar os entraves à soberania da Nação, o que, do ponto de vista regional, significa atacar as desigualdades sociais manifestas no espaço ao invés de alimentar meramente os interesses da acumulação capitalista, reproduzindo-as (CANO, 1998B). Assim, mesmo num espaço de inserção periférica no país, o desenvolvimento seria possível se a necessidade de transformação estrutural fosse reconhecida. Especificamente, seria preciso explicitar o caráter contraditório das formas de reprodução social a ponto de superar as baixas taxas de acumulação produtiva e de geração de empregos, e, conseqüentemente, realizar a ampliação

do mercado urbano, o melhor aproveitamento dos recursos econômicos disponíveis e o desenvolvimento das forças produtivas. Nesse ínterim, o importante é reconhecer a necessidade de construção de estratégias multiescalares (BRANDÃO, 2007), até porque as disparidades intra-regionais são tão preocupantes quanto as disparidades inter-regionais. Especificamente, o desafio legado se dá em duas vertentes:

- De um lado, estimular concentrações espaciais a ponto que sejam espaços privilegiados de reprodução social, e, assim, motores de transformação material pela acumulação intensiva, encadeando necessidades e gerando requerimentos de arranque que favoreçam o aprofundamento da divisão territorial do trabalho.
- De outro lado, desconcentrar e redistribuir recursos de forma a conter desigualdades regionais gritantes e injustiças sociais, como também abrir novos espaços para a acumulação extensiva, desencadeando um esforço notável de complementaridade entre espaços hierarquizados que favoreça o alargamento ou ampliação da divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, se uma das principais preocupações em torno da questão regional é subordinar o processo de acumulação de capital aos interesses redistributivos da sociedade, seu planejamento, não se contentando apenas com ações socialmente compensatórias, deve buscar contribuir para a construção de uma divisão territorial do trabalho menos concentradora, capaz de transformar dispersão em sinergia perante as diversas iniciativas regionais. Julgando essa problemática importante, o presente estudo busca se debruçar sobre o fenômeno da desconcentração produtiva no país, em especial, a capacidade de resposta da economia fluminense ao mesmo.

Esse fenômeno está associado com a maior generalização do processo de industrialização no território nacional. Seus determinantes são tanto internos quanto externos a esse processo. Os primeiros são fatores como o surgimento de deseconomias de aglomeração, a apropriação da fronteira de recursos naturais, a extroversão de mercados por centros dinâmicos e a urbanização consolidando a dominação da lógica urbano-industrial em todo o território. Já os segundos são fatores como os investimentos públicos, incentivos fiscais e a intensificação de políticas de integração econômica com a construção de infra-estruturas que criam novas economias de aglomeração e desencadeiam uma complementaridade produtiva no espaço. É importante ressaltar que embora haja uma relação direta desse fenômeno com a ampliação e aprofundamento da divisão territorial do trabalho,

nem sempre ele configura uma tendência à endogenia produtiva em termos nacionais. Afinal, essa só ocorre quando se tem correspondência com a redução da ociosidade estrutural e o desenvolvimento generalizado das forças produtivas, ou seja, se for capaz de permitir uma maior diferenciação e diversificação produtivas no quadro de um mercado interno mais amplo.

Não deve ser confundida uma desconcentração produtiva que preserva coesa a unidade nacional, dando condições materiais de redução das absurdas desigualdades sociais, de outra espúria, aquela que acentua a seletividade espacial e os desperdícios de infra-estrutura instalada, formando um tecido social esgarçado e ainda de largas carências à margem de uma organização sistêmica e orgânica do território. Em outras palavras, deve ser separada uma desconcentração produtiva condutora de uma maior articulação/integração do sistema produtivo nacional sob a consolidação de diversos nexos regionais num mercado interno ampliado, de uma outra que põe riscos à sua fragmentação sob a crise do federalismo e uma “nova” regionalização em grande parte a serviço da “mundialização do capital”. Dessa forma, esse fenômeno pode englobar uma visão estrutural do processo de desenvolvimento regional, aumentando a coesão territorial, como, contrariamente, pode superestimar a regulação local e se inscrever em grande parte pela geração de vantagens locais isoladas. Historicamente, o primeiro caso envolveu o período de 1970 a 1989, no bojo ainda das transformações estruturais em prol da industrialização pesada e da consolidação de um padrão nacional de acumulação via constituição de um mercado interno; já o segundo caso envolveu a período subsequente que vem até os dias atuais, quando se evidencia uma interrupção na construção de um sistema econômico nacional e diversas localidades buscam saídas individuais da crise estrutural da economia brasileira por engajamentos parcialmente autônomos à dinâmica do mercado internacional.

Para melhor compreensão disso, será feita a seguir uma breve exposição do desenvolvimento econômico nacional e seus rebatimentos regionais quando da consolidação do modo de produção capitalista no país. Além disso, será demonstrada em linhas gerais como a questão regional se tornou mais grave, deixando de estar circunscrita aos desequilíbrios sócio-espaciais, para passar a envolver também uma problemática mais ampla: a fragilidade de uma referência nacional como nexos estrutural do desenvolvimento econômico. Assim, procurar-se-á desenhar o processo histórico cuja lógica de integração do mercado interno ganhou evidência e, posteriormente, passou a sofrer sérias adversidades, bem como sua interrelação com a evolução da economia fluminense.

1.1 – Aspectos históricos gerais do desenvolvimento econômico nacional e seus rebatimentos regionais

A dinâmica da industrialização, motor do desenvolvimento brasileiro na maior parte do último século, foi bastante desigual, mas buscou garantir a unidade do sistema econômico nacional. O padrão de sua organização territorial foi centrípeto, concêntrico e hierárquico, explorando economias de escala e aglomeração. Porém, fatores político-institucionais foram decisivos para atenuar a concentração espacial da produção, sendo a principal força centrífuga o papel ativo do Estado na integração econômica do país, destacando-se as políticas de desenvolvimento regional implantadas a partir de 1960.

A origem no Brasil de uma estrutura produtiva descontínua e heterogênea, reprodutora de desigualdades regionais não se deve a concentração industrial em São Paulo, mas já a processos históricos distintos anteriores à própria integração do mercado interno, quando havia um arquipélago de economias regionais determinadas sobretudo pela sua relação com o exterior (CANO, 1998A). Dessa forma, o processo de industrialização e consolidação da economia nacional já se inicia, em 1930, com a questão regional presente. E essa foi requalificada, como percebe Wilson Cano (1998B, p.185): “(...) *não mais poderia o Estado permitir a supremacia dos interesses especificamente regionais sobre os nacionais, (...) agora, não mais interessaria tratar de problemas específicos regionais e o Estado faria com que vários destes fossem rapidamente “convertidos” em problemas nacionais*”. Assim, esse processo irá subordinar as mais diversas frações do capital nos espaços regionais a um mesmo movimento geral de reprodução do capital definido pelos ciclos de acumulação nacional do capitalismo e pelas políticas econômicas federais.

A partir da passagem para a industrialização pesada, o processo de acumulação de capital adquire uma estrutura fortemente oligopolizada de forma que já teria determinantes maiores que qualquer interesse especificamente regional, impedindo qualquer espécie de industrialização autônoma sem nexos estrutural com os determinantes da dinâmica agregada do país (CANO, 1998B). Em suma, o processo de industrialização permitiu uma transição de uma soma de economias regionais distintas para a consolidação de um mercado nacional. Nesse ínterim, aumentou o grau de complementaridade inter-regional bem como a complexidade da relação centro-periferia interna. Especificamente, a dinâmica da industrialização periférica passou a ter inevitável correspondência direta com os movimentos de acumulação do centro dominante nacional, sendo articulada comercialmente via concorrência inter-regional e depois integrada produtivamente via transferência regional de capital produtivo.

Portanto, a industrialização do país se deu por uma lógica de dominação territorial através de uma forma de estruturação do espaço que se tornava mais complexa, funcionalizada e hierarquizada, ao passo que ia consolidando a hegemonia do grande capital e ia subordinando os outros capitais à organização oligopolista. Em outras palavras, as forças centrípetas – centralização das funções de poder e controle – se combinaram com a ação periódica das forças centrífugas – “ondas desconcentracionistas” dos processos produtivos. Afirmado-se esse caráter oligopolista da industrialização brasileira a partir de um núcleo de acumulação produtiva (São Paulo), imprimiu-se os rumos decisivos desse processo à escala nacional sendo criado um sistema hierarquizado de produção no espaço (CANO, 1998B). Superando barreiras e limites impostos pelo regionalismo tradicional, configurou-se um verdadeiro ataque em pinça às regiões periféricas:

“por um flanco (por baixo) a região é reduzida a um conjunto de microlocalizações onde se implantam pólos e programas especiais, pelo outro (por cima) a região é expandida até se confundir com todas as outras regiões e se dissolver num espaço nacional totalmente integrado e funcionalizado” (VAINER, 1995, p.167).

Dessa forma, em um vetor externo à São Paulo, a industrialização periférica se torna complementar face a grande dependência do centro dominante, e é acionada por um conjunto de grandes projetos para o uso mais intenso de sua base de recurso naturais ou pela própria política de desenvolvimento regional. Já num vetor interno à São Paulo, acontece a interiorização do desenvolvimento paulista em busca de novas economias de aglomeração pelo seu espraiamento para centros regionais próximos à sua região metropolitana. Assim, por trás da organização de uma economia mais eficiente e integrada, criaram-se espaços privilegiados de acumulação, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na interdependência, sempre em coerência impositiva com as formas e frações mais avançadas de capital.

Entretanto, a força do capital industrial impondo um padrão de acumulação de capital à escala nacional foi incapaz de realizar uma homogeneização social. Em outras palavras, ainda que leve até o início da década de 1980 a um crescimento acelerado com uma expansão generalizada do emprego urbano, onde nenhuma região saiu perdendo em valores absolutos, manteve aberta a questão regional em todas as suas possíveis derivações: setores com baixa eficiência produtiva, baixos salários, péssima distribuição pessoal da renda e indicadores sociais deprimentes. Isso porque permaneceram sérios limites ao pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção mais avançadas, já que o esforço de acumulação foi insuficiente para se consolidar totalmente a industrialização pesada no país. Então, as forças

do atraso, representadas pelo capital mercantil regional, sobreviveram e relativamente mantiveram a estabilidade de sua estrutura de dominação social pautada no controle da propriedade agrária e de parte do mercado de trabalho local, bem como do controle político e do acesso ao Estado (CANO, 1998B).

Por outro lado, se não foi alcançada a endogenia produtiva, capaz de reduzir as absurdas desigualdades sociais, é inegável que ocorreu uma integração nacional. Afinal, o processo de desconcentração produtiva originalmente parecia tender a permitir uma maior articulação/integração do sistema produtivo nacional. Dessa forma, os principais determinantes de ocupação do território brasileiro ao longo das últimas décadas foram (DINIZ, 2005):

- Ampliação do espaço de influência da Região Metropolitana de São Paulo, que alcançou as aglomerações urbanas vizinhas. Assim, São Paulo reforçou seu papel de centro econômico nacional, concentrando os segmentos mais dinâmicos e constituindo-se na principal base de integração econômica.
- Alta concentração de indústrias na área compreendida entre o centro de Minas Gerais e o nordeste do Rio Grande do Sul. Área melhor dotada de condições importantes para o desenvolvimento de indústrias intensivas em conhecimento e inovação.
- Deslocamento de indústrias tradicionais para o Nordeste e criação de novos segmentos produtivos nessa região, por exemplo, a atração de indústrias têxteis, de confecções e de calçados no Ceará, e o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia. Além disso, modernização de parte da sua agricultura com projetos de irrigação, com destaque para o complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro e para o pólo de fruticultura do Vale do Açu.
- Surgimento de núcleos agromineroindustriais no centro-oeste e norte do país.
- Deslocamento da produção agropecuária extensiva para a região dos cerrados, revelando sua inserção em culturas dinâmicas, como a cadeia da soja. Contudo, mudança no padrão de produção agrícola nas áreas já consolidadas para reforçar sua posição. Em São Paulo, há substituição por produtos de maior valor econômico por área plantada destacando-se a atividade sucro-alcooleira e o cultivo de cítricos.
- O deslocamento da produção mineral para região Amazônica, destacando o complexo de Carajás-São Luís. Extração de petróleo no mar,

principalmente, a expansão das atividades desenvolvidas na Bacia de Campos.

Mesmo com esses avanços, é preciso qualificar melhor a desconcentração produtiva ocorrida. Afinal, mesmo no período 1970-1989, esse movimento foi bastante seletivo em perspectiva setorial e espacial, logo, não alterou o padrão de concentração regional e a divisão territorial do trabalho vigentes desde a montagem e consolidação da indústria nacional, sendo inclusive classificado como de “*desconcentração concentrada*” (DINIZ, 1993) face seu reduzido escopo. Primeiramente, seus limites se explicitam devido ter ocorrido num contexto de desaceleração da economia brasileira e, posteriormente, de crise e instabilidade econômica e do Estado. Assim, por um lado, ocorreu num cenário de fragilidade da capacidade de acumulação nacional de capital, o que dificultava a sustentação de seu nível de atividade; por outro lado, foi atingido pela debilidade do Estado, que, embora tivesse sido o agente que desempenhou um papel da maior relevância nesse processo, não articulou nenhuma política para esse fim que tivesse sido levada adiante persistentemente. Quanto a esse último ponto, a exceção do período heróico da política de desenvolvimento regional da SUDENE sob comando ou influência direta de Celso Furtado (1959-1964), cabe lembrar que “*não eram os planejadores regionais que planejavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um dos macro-setores de infra-estrutura*”² (VAINER, 2006, p.4).

Além disso, a desconcentração produtiva em grande parte ocorreu por grandes projetos de investimentos articulando espaços com nexos urbano-industriais, mas introduzindo um importante fator de fragmentação das macrorregiões: internalizaram-se segmentos de complexos ou eixos econômicos especializados em áreas restritas, o que muitas vezes resultou na desarticulação do espaço regional gerando inclusive enclaves. Em suma, mesmo no período que a desconcentração produtiva não era espúria, ela não teve como marco de referência objetivamente a ampliação das economias regionais (GUIMARÃES NETO, 1997). Em outros termos, o tratamento da questão foi em grande parte reduzido a se criar uma lógica nacional de reprodução ampliada do capital e a promover especializações regionais, porém sem correspondência direta com a redução da ociosidade estrutural e o desenvolvimento generalizado das forças produtivas.

Obviamente, este quadro se agravou quando a questão regional deixou de ser portadora de uma dimensão nacional, e boa parte dos grandes projetos de investimento

² Destacam-se a política de produção de insumos básicos e de substituição de suas importações contidas no II Plano de Desenvolvimento Nacional, e as políticas de inserção no mercado internacional e de articulação com capitais multinacionais a partir da extração e exportação de minérios e seu eventual beneficiamento.

voltou-se para exportação deixando de se focar em explorar complementaridades inter-regionais, o que era seu sentido original. Com a conversão para um quadro recessivo, a desconcentração continua, mas, como sublinha Wilson Cano (1998B) é uma desconcentração em grande parte negativa, logo, sinalizando um efeito estatístico que reflete flutuações no nível de atividade e não expansão de capacidade produtiva necessariamente. Especificamente, ela passa a decorrer da queda maior da economia paulista em relação à média do restante do país, ou do pífio crescimento positivo nacional, um pouco menos pífio do que o verificado em São Paulo.

Assim, a ampliação das contradições nas formas de reprodução social diante da continuidade da mercantilização do território acabou por levar, em meados da década de 1980 do século passado, a ruptura do padrão nacional de acumulação marcado pela introdução da industrialização pesada e consolidação do mercado interno³. A partir daí, ocorre uma sucessão de ajustes empresariais defensivos em detrimento de novas inversões em capacidade produtiva. Soma-se a esse fato, o arrefecimento do processo coordenado de desconcentração produtiva dada a agonia das políticas de desenvolvimento regional. Quanto a esse último ponto, ressalta-se o surgimento de estratégias pautadas na valorização meramente da escala local, associadas a formação de novos arranjos produtivo-organizacionais descolados do movimento mais geral da economia nacional (PACHECO, 1998).

Isso acontece porque emergiu uma crise interna no seio do desenvolvimento capitalista no Brasil (esgotamento do ciclo de expansão) associado ao aumento na severidade dos condicionantes do imperialismo, cujos traços marcantes foram a retomada e a reafirmação da hegemonia norte-americana (TAVARES, 1997; TAVARES e MELIN, 1997). Sendo desencadeada a crise do Estado brasileiro, este teve sua ação paulatinamente reduzida e fragmentada, perdendo a maior parte de seu poder de coordenação e de deslocar recursos disponíveis para articular projetos. Assim, a economia interna passa a se destacar como “*sorvedouro especulativo e inflacionário*” (TAVARES, 1998) da financeirização comandada pelo capitalismo internacional. Os grupos e lideranças regionais passam a desenvolver ações individuais e segmentadas que resultaram na emergência de tensões latentes. Por conseguinte, o pacto federativo começou a ficar comprometido à medida que aumentou o caráter cíclico da

³ Como ressalta Suzigan (1992, p.93), o que sucedeu “(...) não corresponde à definição de um novo padrão de desenvolvimento industrial, já que não se trata de uma expansão liderada por novo conjunto de atividades, invertendo certas tendências históricas; mas de um fenômeno de perda global de dinamismo ao qual escapam, embora apenas parcialmente, algumas atividades, importantes em termos de peso no conjunto da produção, mas insuficientes para dar dinamismo sustentado ao crescimento”.

expansão interna (ciclos curtos e menos intensos) e as possibilidades de expansão externa não estarem abertas de forma indiscriminada⁴.

Soma-se a esse quadro a reestruturação econômica sob o rígido enquadramento de uma reordenação financeira que chega a seu clímax nos anos mais recentes. Esse processo de estabilização abrupto e emergencial levou a uma dolorosa depuração da economia nacional. Destaca-se que, apesar dessas duras medidas, ela ainda se manteve vulnerável de acordo com a dependência de recursos externos e com a gravidade dos problemas de inconsistência fiscal, ou seja, continuou grande a ameaça de crise cambial e fragilidade das contas públicas (BELLUZZO, 2002). Esse movimento associado a abertura econômica significou um ataque mais profundo ao Estado nacional regulador e a pregação da inevitabilidade da globalização diante da emergência de se criar espaços de acumulação para o capital financeiro internacional⁵. O resultado direto disso é “ao lado da ausência ou fragilidade do planejamento em uma série de setores estratégicos, (...) o império de opções e decisões de empresas privadas, estas sim tornadas soberanas”, o que leva em parte a “privatização dos processos de planejamento e controle territorial” (VAINER, 2006, p.5), como também a letargia produtiva diante da financeirização.

Ademais, “novos” ingredientes aparecem para problematizar mais esse quadro: informalidade crescente; mudanças tecnológicas e enxurrada de importações que levaram, por um lado, à quebra de cadeias produtivas e, por outro, a estratégias de diferenciação e rebaixamento de custos etc. Em meio a esses diversos vetores, destaca-se uma tendência que as dinâmicas regionais sejam definidas pelo mercado, tendo o uso da Guerra Fiscal como um dos principais instrumentos acessórios. O Estado passou a ser dominado por interesses de grupos empresariais e políticos de tal forma que aceitou a visão “rasteira” de que a mera atração de empresas seria panacéia para o desenvolvimento. Contudo, a desconcentração produtiva obtida por Guerra Fiscal revelou-se uma competição territorial predatória, que recaiu numa indiscriminada transferência de recursos públicos para o setor privado. Os benefícios reais dessa política ficaram mitigados frente à incerteza sobre os efeitos

⁴ Pacheco (1998, pp.75-76) sintetiza o quadro: “*Não há uma dinâmica cíclica de acumulação comandada endogenamente, quer pelo setor de consumo durável, quer pelo gasto público ou pela indústria pesada. As questões-chaves desses anos foram o ajustamento externo e as restrições que esse ajuste impôs à condução da política econômica. Sintoma disso é que mesmo os curtos períodos de crescimento não foram capazes de alavancar o investimento público ou privado, sendo muitas vezes favorecidos por impulsos pontuais na demanda agregada*”.

⁵ Segundo Suzigan (1992, p.6): “(...) a abertura comercial é limitada como instrumento indutor de mudanças capazes de redinamizar a indústria, modernizar sua estrutura produtiva, capacitá-la tecnologicamente e torná-la competitiva tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. Essa limitação decorre do fato de não estar ancorada num conjunto de políticas e instrumentos articulados e sincronizados em torno de uma estratégia industrial. Além disso, pode ter efeitos regressivos sobre a estrutura industrial por ser implementada simultaneamente a uma política macroeconômica recessiva, sem mecanismos compensatórios sejam aplicados”.

multiplicadores no local e frente à clara ineficiência de concorrer por investimentos já declarados para o país. Na verdade, o resultado mais concreto foi impulsionar um crescimento de curto prazo e geograficamente localizado. Por isso, a Guerra Fiscal definiu-se como uma “*estratégia do desperdício*” (RODRÍGUEZ-POSE e ARBIX, 1999). Afinal, o que essa prática revelou não foi uma indústria nacional competitiva internacionalmente, mas a diferença de poder de negociação entre as multinacionais e o Estado, a ponto de obrigá-lo a subsidiá-las a despeito disso não resolver as disparidades sociais e ainda estimular o conflito federativo.

A questão subjacente é que o Estado e os capitais das áreas centrais do país viram-se de fato incapazes de manter uma correlação de forças desenvolvimentistas frente o peso da dependência externa e o engessamento do gasto público, assim, reduzindo os níveis de articulação inter-regional. Aproveitando-se da permissividade de um Estado não mais desenvolvimentista, um “novo” regionalismo, caracterizado por uma espécie de “*paroquialismo mundializado*” (VAINER, 1995), organizou uma nova tentativa de impor a supremacia dos interesses especificamente regionais sobre os nacionais. Ligado a uma dinâmica internacionalizada, esse novo regionalismo estimulou os mais diversos espaços periféricos do país a tentarem uma “fuga para fora”, ou seja, uma tentativa por conta própria de rearticulação direta das atividades produtivas com os grandes mercados externos. Essa busca de se formar “ilhas de competitividade” imprimiu um risco de fragmentação ao sistema produtivo nacional, face à rejeição de práticas de cooperação federativa em prol da criação de um ambiente atrativo ao capital internacional. A partir dessa espécie de desintegração competitiva, a construção do projeto de formação econômica do país foi interrompida (FURTADO, 1992). Atualmente, a crescente internacionalização das atividades econômicas posta em curso já transcende qualquer correspondência com a formação de um sistema econômico nacional que preservasse nossa soberania ao consolidar a industrialização pesada num mercado interno ampliado.

Ressalta-se que ainda que não se tenha mudado profundamente a natureza estrutural da acumulação no país, ou seja, a natureza da integração interna dos espaços econômicos (a relação centro/periferia nacional permanece), o sentido periférico para as regiões menos desenvolvidas volta a ter também um caráter mundial isoladamente destacado, e a tendência a ser maior o peso desta subordinação à medida que fosse sendo perdida a visão da organização concreta da economia no espaço nacional (PACHECO, 1998). Isso se traduz em deixar o mercado interno atrofiado e, conseqüentemente, a economia brasileira à deriva e com elevada ociosidade, não levando em conta sua grande complexidade e seus importantes nexos regionais, logo, tendo um importante componente de “destruição não-criativa” sobre as forças produtivas do país e um potencial de reconcentração espacial. Esse último ponto fica mais

claro quando se reconhece que, ao ser introduzido o novo padrão tecnológico herdeiro da “terceira revolução industrial” (COUTINHO, 1992), aumenta a concentração econômica nas regiões que possuem uma forte base de incorporação de progresso técnico: maior capacidade tecnológica acumulada, proximidade com os centros de pesquisa, e um mercado local de mão-de-obra qualificada.

Diante de um caráter assincrônico do investimento, as expressivas heterogeneidades estruturais ampliaram-se e traduzem qualquer parca desconcentração produtiva em mais um efeito perverso de um quadro de crise estrutural e semi-estagnação em termos nacionais. Assim, torna-se maior o risco de fragmentação da estrutura produtiva brasileira (PACHECO, 1998). Contudo, é claro que também continuaram ocorrendo formas de desconcentração produtiva positiva por economias de aglomeração em novos espaços industriais, expansão da fronteira agrícola, extroversão de mercados locais etc., ainda que sejam na maioria das vezes especificamente pontuais. Logo, não vem engendrando muita densidade socioeconômica com seus baixos encadeamentos produtivos. Como salienta Cano (1998B, p.351), “*em um esquema desses, políticas regionais só existem “por mera coincidência”, através de projetos privados específicos com outros objetivos acima da questão regional*”, ou seja, a busca é pela eficiência e não pela equidade, não havendo lugar para regiões deprimidas ou menos desenvolvidas. Assim, surge toda uma ordem de “localismos competitivos” que usam a questão regional como moeda de troca na disputa por novos recursos financeiros e empreendimentos⁶.

Em síntese, na atualidade, a desconcentração produtiva em grande parte descoordenada, ocorre pelo limiar de um processo de desmontagem e desintegração do projeto nacional, preservando uma dinâmica perversa de heterogeneidade estrutural. Adotando-se uma visão “*glocalista*” (SWYNGEDOUW, 1997 apud VAINER, 2006), junções do fenômeno da globalização com a forte competição na escala local, passaram a ser conduzidas políticas regionais de desenvolvimento autônomo. Nesse quadro, a estrutura da hegemonia no plano internacional acusa a debilidade do Estado frente à suposta inevitabilidade da globalização. Então, a economia nacional, ainda que continue fortemente hierarquizada em termos regionais, torna-se mais desorgânica, sem uma fonte interna de acumulação produtiva capaz de atuar como nexos estrutural do sistema contrarrestando a centrifugação imposta pela “mundialização do capital”. Por essa via, a industrialização não pode ser mais considerada como uma bandeira progressista, e as tensões sociais novamente tentam ser amortecidas sem sucesso, expondo-se mais explicitamente as “veias abertas” ao

⁶ Reflexo disso, seria encontrado na atuação do Estado, “*que passaria a administrar ad hoc a concessão de vantagens específicas e/ou investimentos em infra-estrutura, num quadro de ferenha disputa entre Unidades da Federação por novos investimentos*” (PACHECO, 1998, p.80).

passo que não mais se toma consciência da necessidade imediata do desenvolvimento a partir de reformas estruturais.

É impossível aumentar a competitividade estrutural num circuito vicioso de dinamismo fraco e de desigualdades espaciais cumulativas, onde um projeto nacional passa a ser visto como um anacronismo devido à forçosa adequação às dinâmicas e fluxos mundialmente dominantes. Diante de uma tendência estrutural a um atraso tecnológico acelerado a nível agregado e da aceitação de uma nova divisão internacional do trabalho de limitadíssima autonomia às economias nacionais, a busca corrente de uma reinserção externa subordinada (reduzida aos nichos permitidos) absteve-se do tratamento do desenvolvimento do mercado interno e suas potencialidades ocultas. Isso é muito grave por dois motivos pelo menos:

“Primeiramente, porque o comércio exterior brasileiro representa uma parte relativamente pequena do movimento econômico, não tendo se mostrado, até agora, capaz de sustentar o crescimento do produto nacional. Em segundo lugar, porque é no desenvolvimento do mercado interno que se criam as capacitações para a ampliação da competitividade.” (PROCHNIK e VAZ, 2002, p.9).

Aceitar que esses processos de deslocalização e integração seletiva são inevitáveis seria confirmar que a própria vulnerabilidade estrutural da economia brasileira também é inevitável frente os movimentos independentes dos oligopólios mundiais, a falência do Estado e uma elite mimética. Isso impediria a preservação e o fortalecimento da individualidade nacional, negando qualquer possibilidade de um projeto imperativo para sua autodeterminação, ficando à deriva de um franco manejo imperialista.

Inversamente a perenizar essa ciranda perversa de dependência tecnológica e financeira associada a um imobilismo político e social, é preciso aumentar de maneira decisiva o grau de compromisso com a base nacional de produção, além de organizar formas de se internalizar os centros de tomada de decisões estratégicas. O ponto nevrálgico continua sendo atacar a dependência externa e os subsequentes desequilíbrios na estrutura interna, de modo a lutar pela autonomia política e pela emancipação econômica nacional em vez de reverberar a profundidade da crise do Estado-nação e a transnacionalização do território. Por isso, as adversidades na questão da desconcentração produtiva não passam pela falta de um melhor “gerenciamento” territorial para obscurecer o conflito social aberto e garantir uma adaptação direta ao fenômeno da globalização, pois, *“nesse jogo, só entra quem tem cacife tecnológico, poder financeiro e amparo político dos Estados nacionais”* (BELLUZZO, 2002, p.69). Ao contrário, passam estritamente pela explicitação da crise social e pela morosidade numa ampla recomposição do pacto federativo, ou dito de forma mais específica, pelos

constrangimentos políticos ao trato nacional da construção endógena de um sistema econômico forte.

1.2 – Aspectos históricos gerais do desenvolvimento regional da economia fluminense

O desenvolvimento da economia fluminense sempre esteve ligado à consolidação do modo de produção capitalista no país. Contudo, enquanto espaço regional que estabeleceu de forma limitada as relações especificamente capitalistas, o estado se prendeu estruturalmente a uma condição periférica após a reversão da polarização da economia nacional para São Paulo em 1920. Ainda assim, as suas especificidades históricas permitiram a ele transcender por um período essa condição face o tradicional prestígio político e cultural da cidade do Rio de Janeiro e uma gama de investimentos públicos federais no interior, como será visto a seguir. Somando essas especificidades aos efeitos benéficos do avanço do desenvolvimento do país, foi possível adiar o definitivo trato da questão regional, mesmo com a transferência da capital federal para Brasília em 1960. Contudo, seu debilitamento econômico ficou patente na década de 1980 com o desembocar da crise estrutural brasileira, obtendo uma melhor percepção das perdas significativas de sua centralidade urbana e de sua errônea expansão produtiva. Então, o estado mergulha em uma crise profunda da qual começou timidamente a se recuperar na última década.

As raízes desse processo se remetem aos fins do século XIX, quando o Rio de Janeiro, o centro dinâmico da econômica do país, mostra-se incapaz de realizar a integração do mercado interno e um processo de industrialização de fato (entendido como aquele que a dominância passaria a ser da acumulação produtiva). Para entender esse fato, faz-se necessário primeiro esclarecer as bases materiais de sua centralidade no contexto nacional em contraponto com as fragilidades da divisão territorial do trabalho sob seu comando.

A cidade do Rio de Janeiro desde a origem esteve integrada de forma privilegiada ao processo de acumulação primitiva do capital mercantil. Usufruiu do excedente gerado pela economia do ouro e do café por ser, naqueles momentos, a principal base de exportação no território brasileiro, criando um grande mercado urbano capaz de gerar efeitos aceleradores. Além disso, pode-se afirmar que sua centralidade política e urbana surgiu no bojo de sua fundação, embora se acentuou com a transferência da capital da colônia de Salvador em 1763. Sendo assim, beneficiou-se de boa parcela do gasto público por se tornar sede administrativa nacional. Em resumo, a economia da cidade desde a época colonial foi determinada pela acumulação mercantil, mas tendo o gasto público como um componente autônomo da

demanda gerador de efeitos multiplicadores. Então, vínculos significativos da burguesia mercantil urbana com a presença do Estado na cidade serão a sua marca indelével ao longo do tempo. Aliás, o forte centro financeiro que se constitui nela deriva em parte das funções burocráticas do Estado⁷.

Diante dessa estrutura político-econômica, ela tornou-se o centro dinâmico do país, polarizando-o em seus mais amplos aspectos. Entretanto, uma parcela significativa de sua acumulação ficou independente de um maior desenvolvimento de forças produtivas. Por conseguinte, a economia da cidade ficou bastante atrelada à acumulação mercantil (comercial-financeira) associada ao fortalecimento de sua centralidade política e urbana a nível nacional, o que garantia a convergência da riqueza e escamoteava a debilidade de suas bases produtivas.

Contudo, desde sua fundação, a cidade do Rio de Janeiro foi responsável pela região vizinha ter alguma dinamização produtiva, de modo que “*atividades econômicas regionais surgiram a partir da cidade*” (LESSA, 2000, p.61) para seu fortalecimento urbano. Assim, com advento da cafeicultura, importantes relações campo-cidade foram estabelecidas, injetando maior densidade econômica no interior fluminense, ainda que os ganhos fossem retidos principalmente pela oligarquia rural e a burguesia comercial carioca (LOBO, 1978). Ressalta-se que o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro não dependia diretamente da cafeicultura fluminense, mas sim de funcionar como principal centro urbano e político do país, ou seja, sede do capital mercantil nacional e centro de decisões do processo histórico brasileiro. Esse relativo conteúdo de autonomia referente a seu entorno imediato gerou um processo desigual de ocupação espacial e incorporação, realimentado pelos seus vínculos inter-regionais serem mais significativos à revelia da falta de uma maior estruturação da própria hinterlândia.

Esse fato se agravou com a separação institucional entre a cidade do Rio de Janeiro e seu interior em 1834, o que delimitou o raio de alcance do gasto público. Assim, corroborou-se um espaço regional formado pela dicotomia de duas áreas politicamente descoladas e com mecanismos de reprodução econômica com certo grau de independência, embora fisicamente embutidas uma na outra (ARAÚJO FILHO, 1993). Em suma, a cidade torna-se o grande aglutinador de atividades e capitais com maior relacionamento com o conjunto do território nacional que com as necessidades do seu espaço regional. Afinal, organizada para representar a síntese do poder nacional, precisava ser evitada qualquer influência direta de provincianismos. Isso levava a um viés centralizador tirar grande parte da autonomia e

⁷ Como afirma Hildete Pereira de Melo (2001, p.224): “*essa função (centro financeiro), antes de ser uma conseqüência da economia exportadora, esteve vinculada às funções burocráticas exercidas pela cidade como capital da Colônia e do Império*”. Apesar disso, o capital mercantil agregava um capital financeiro não só ligado com a economia urbana, mas também com a cafeicultura.

fragmentar o espaço político local que permaneceu latente, mas sem nenhuma lógica institucional importante por estar imbricada à intensa interferência da esfera federal (OSÓRIO, 2005). O ponto nevrálgico é que não se priorizou o papel de uma política regional, mas sim o fortalecimento de sua capacidade de decisão e comando político sobre o desenvolvimento econômico nacional.

Essa contradição estrutural vai se tornar explícita quando a migração do café para o Oeste Paulista e a Mata Mineira conduziu à derrocada da cafeicultura fluminense de produtividade mais baixa. Nesse momento, diversos entraves à dinâmica produtiva do interior se tornam explícitos, entre eles se destacam (CANO, 1998A):

- Modo de produção escravista, o que leva à precariedade na constituição do mercado de trabalho, altos custos fixos e imobilizados, e freio à acumulação. Então, surgem pressões violentas por começar a operar a custos crescentes.
- Falta de terras propícias ao cultivo e em quantidade necessárias ao atendimento da crescente demanda.
- Subordinação incontestável ao capital mercantil somada a ausência de um sistema financeiro capacitado de ser um promotor eficaz de uma estrutura de financiamento.

Entretanto, os efeitos da derrocada cafeeira fluminense foram atenuados na economia carioca pelos seguintes fatores (LOBO, 1977; SILVA, 2004):

- Parte das regiões produtoras nacionais ainda permaneceu tributária da estrutura urbana de serviços carioca (notadamente Minas Gerais e Espírito Santo).
- A sede administrativa do país continuou nos seus limites.
- Manteve uma elevada diversificação econômica em face do elevado processo de urbanização.

Em suma, o peso da crise da cafeicultura foi muito relativo para a cidade do Rio de Janeiro, em vista das suas funções centrais a nível nacional e da força de seu próprio mercado urbano. Ao contrário disso, essa crise atestou a estagnação do interior do estado. Isso ocorreu por dois motivos: primeiro, porque o já fraco mercado urbano nas suas cidades encolheu mais ainda; segundo, porque a agricultura com baixa capitalização não caminhou para uma

expressiva diversificação. Ao contrário, ela ficou isolada e descontínua espacialmente ao longo do tempo, voltando-se para um rarefeito abastecimento de alimentos e matéria-prima para indústria de produtos alimentícios, ou perdeu espaço para a pecuária, especulação imobiliária urbana e a construção de sítios de recreio. Assim, configurou-se um território dividido entre um espaço dominado pela cidade do Rio de Janeiro e um restante estagnado, sem representatividade e entregue a dominação política de sua decadente aristocracia rural⁸.

No último quartel do século XIX, surge a partir do potencial de acumulação da economia urbana carioca o primeiro centro industrial brasileiro: uma produção muito diversa de Bens de Consumo Não Durável feita no geral em pequenos estabelecimentos voltados para o mercado local, com exceção da Têxtil que era em estabelecimentos maiores e já atingia um mercado interestadual. Enquanto forma de diversificação dos capitais de outros segmentos econômicos, suas bases de acumulação eram exógenas à própria atividade industrial, logo, dependendo da expansão das formas de capital que as determinavam. A perpetuação dessa condição de subordinação impede o limiar de um processo de industrialização (quando a acumulação passaria a ser de dominância produtiva).

Essa barreira, por um lado, denunciou indiscutivelmente as fracas relações café-indústria devido à ausência de um “*complexo cafeeiro*” (CANO, 1998A) como o que surgira em São Paulo. Contudo, por outro lado, denunciava problemáticas específicas do espaço urbano carioca (LOBO, 1977). Afinal, não houve uma causalidade direta com o declínio da cafeicultura fluminense, já que em grande parte os empreendimentos industriais foram conseqüências do dinamismo comercial-financeiro da cidade do Rio de Janeiro, que era relativamente independente das adversidades da agricultura da hinterlândia. Além disso, eles foram beneficiados também pelo caráter expansionista das políticas econômicas federais (com destaque para o Encilhamento). Então, a permanência da dominância da acumulação mercantil e os freios à generalização do processo industrial também podem ser entendidos por características específicas que aumentaram diretamente os custos de produção (LOBO, 1977). Ademais, a possibilidade de serem desenvolvidas atividades relacionadas à produção imobiliária ou à presença do governo tornava as atividades industriais menos atrativas.

Um ponto central é que as dificuldades que viriam a se avolumar não são advindas da definição da supremacia econômica de São Paulo propriamente. Da mesma forma, a burguesia local não era inteiramente débil, acanhada e diminuída pela proximidade com o Estado. O cerne das dificuldades está relacionado à maneira como a defesa dos interesses da sociedade organizada sustentou uma lógica nacional predominante sobre o processo

⁸ Exceção parcial a esse quadro negativo seria a região ao norte do estado capitaneada pela cultura da cana-de-açúcar.

produtivo. Isso porque se tinha a vantagem de possuir a sua disposição os quadros de melhor nível do país na cidade do Rio de Janeiro, por outro lado, as preocupações dominantes não eram as questões regionais. Nas palavras de Carlos Lessa (2000, p.274): *“o carioca desatento em relação à economia regional, inexpressiva para o dinamismo da cidade, desenvolveu senso crítico em relação ao jogo político nacional. A incompetência do Rio na defesa de seus interesses faz contraponto com a facilidade com que assume o papel de censor político nacional”*. Assim, apesar de ter associações de classe pioneiras, as instituições regionais acabam tendo pouco peso à medida que os interesses econômicos passavam basicamente pela esfera política federal⁹. Por conseguinte, a burguesia local tomou uma atitude mais preocupada com a manutenção do tradicional comando sobre o país que com a defesa direta dos assuntos regionais específicos.

Fica aqui claro o caráter contraditório dos vínculos significativos da burguesia local com a presença do Estado, pois ao mesmo tempo em que foi um estímulo a mais para economia urbana, revela a fragilidade da iniciativa privada para o desenvolvimento das relações especificamente capitalistas do ponto de vista de uma sólida organização regional do processo produtivo. Novamente, Carlos Lessa (2000, p.358) esclarece: *“o Rio sempre abriu mão, com facilidade, de seus interesses locais em nome de sua função política maior. Tinha permanente compensação de que o processo do desenvolvimento nacional, ao ampliar o peso do setor público, reservava para o Rio as atividades de cúpula”*.

Na ausência dessa associação política contraditória e com a presença do dinâmico *“complexo cafeeiro”* (CANO, 1998A), a economia paulista finca as bases definitivas do modo de produção capitalista no país, expandindo-se com um vigor a ponto de já depois da Primeira Guerra Mundial sua agricultura ser a mais tecnificada do país e sua indústria operar a custos menores comparativamente. Fica patente então que se está diante de um processo pelo qual ocorre o fim da primazia econômica do Rio de Janeiro e o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional para São Paulo diante da sua capacidade de superacumulação tanto na sua sólida agricultura como na sua importante economia urbana-industrial. Ocorrendo essa reversão da polarização econômica a nível nacional, partes do mercado cativo da economia carioca irão sendo tomadas à medida que São Paulo passa de fato a comandar um processo de integração do mercado nacional no período.

A partir da década de 1930 do século passado, esse processo de integração começa, imbricado na industrialização do país. Com sua progressiva generalização pelo território brasileiro, o desenvolvimento industrial fluminense passaria a ficar subordinado à

⁹ Cabe ressaltar que a dependência dessa lógica nacional envolvia não só a cidade do Rio de Janeiro, mas também no interior do estado de modo que os principais investimentos nele foram federais.

concentração da estrutura industrial paulista, enquanto estrutura complementar (CANO, 1998B). Em outros termos, a economia fluminense perderia parte considerável da base econômica da sua centralidade na dinâmica nacional¹⁰ junto com o trânsito para uma redefinição na condição periférica à reboque do dinamismo paulista e da permanente dependência do gasto público pela condição de sede do governo federal. Contudo, de acordo com Carlos Lessa (2000, p.13), é importante relativizar esse processo de perdas, porque na passagem do país para a modernidade no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi reconstruída para ser a sua demonstração concreta, tornando-se a “*imagem-síntese do Brasil pós-colonial*” de forma que “*não competiu com o resto do Brasil: sintetizou-o simbolicamente*”. Portanto, ao longo da construção do projeto nacional, a lógica específica da “capitalidade” permitiu a cidade permanecer como um ingrediente-chave da identidade brasileira, e, por isso, ganhar vantagens econômicas cumulativas a partir dessa progressão sobre a conformação urbana¹¹.

Afinal, a economia fluminense, continuando a ser um dos mercados e centros produtivos mais importantes do país, acompanhou a dinâmica da economia brasileira se diversificando e se ampliando a taxas notáveis, embora num ritmo mais lento que a média nacional. Sendo assim, não houve crise real ou uma decadência econômica a princípio, mas sim um processo de retrocesso relativo, particularmente industrial, que tenderá a se acelerar a partir de meados da década de 1950. Seria um exagero assumir que isso representou um processo de esvaziamento econômico absoluto, porque tal afirmação não reflete os movimentos dinâmicos da própria economia em questão (SILVA, 2004).

Entretanto, é preciso se fazer uma importante desmistificação: a impressão de que há um pólo relativamente homogêneo num eixo de integração RJ/SP. Identificar esses diferentes espaços regionais como parte de uma mesma área de “industrialização central” do país obscurece suas significativas diferenças estruturais, que vão através da sua relação centro/periferia se tornando explícitas ao longo do tempo (MELO e CONTRERAS, 1988). De qualquer modo, é indiscutível que “*as funções de centro comercial e financeiro e sede da administração federal, aliadas aos gastos do Estado no investimento da infra-estrutura local,*

¹⁰ Até a importância da função portuária da cidade Rio de Janeiro foi diminuída por esse processo, deixando inclusive de ser ela o grande centro distribuidor de importações. Cabe sublinhar que a derrocada mais expressiva de seu papel de eixo de logística se deu com o processo de perda de relevância do comércio de cabotagem no país pela consolidação do transporte rodoviário principalmente a partir de meados do século XX, o que levou também a atrofia do seu comércio atacadista.

¹¹ Somente a partir das últimas décadas do século XX é que ficaria patente a decadência significativa do status de “cidade maravilhosa” que a anterior noção de “capitalidade” garantia a cidade do Rio de Janeiro. Lessa (2000) associou parte da desvalorização da cidade ao vácuo deixado pela desconstrução da identidade nacional no período recente, porque, segundo ele, não houve a transferência do seu prestígio para outro lugar do país apesar do despojamento desta função na cidade.

deram contribuição decisiva para a manutenção da cidade do Rio de Janeiro como um pólo de atração para negócios e pessoas” (MELO, 2001, p.224). Entretanto, com a desarticulação da atividade agrícola, os determinantes-chaves do desenvolvimento estadual foram: por um lado, o desenvolvimento do setor serviços apoiado na centralidade política e urbana, e, por outro lado, os grandes projetos industriais e infra-estrutura estatal, bem com os transbordamentos do processo industrial paulista, de quem sofre concorrência e é substituída em parte do próprio mercado.

Para melhor compreensão do primeiro ponto, é preciso ter claro que a função basilar de sua organização econômica sempre se encontrou nesse setor, sendo essencial a complexidade de sua economia urbana e a preservação dentro de si do centro do poder nacional. Por outro lado, a indústria fluminense se insere de maneira periférica no processo de industrialização, apesar de seu grau de diversificação e diferenciação. Dessa maneira, ocorre uma grande terciarização da economia estadual antes de ter uma estrutura industrial madura, patenteando uma relação assimétrica entre produção física e de serviços, reforçada ainda mais pela precariedade de sua agricultura. Por conseguinte, além da própria especificidade histórica no cenário político e na rede urbana em termos nacionais, isso reflete uma tendência defensiva do processo de acumulação, sendo uma acomodação dos problemas da acumulação de capital industrial e agrícola (MELO e CONTRERAS, 1988). Esse fato pode ser comprovado, apesar de o setor público desempenhar um papel estruturante e ocorrer a atração de serviços de alto nível pela proximidade com o que era o tradicional centro de decisão do país. Isso porque, a medida que ocorreu a consolidação da supremacia econômica de São Paulo e a expansão acelerada da urbanização brasileira, reduziu-se em parte a posição de vanguarda da economia urbana do Rio de Janeiro a nível nacional.

Já a sua inserção periférica no processo de industrialização é comprovada pelos seguintes aspectos (MELO e CONSIDERA, 1986; DAVIDOVICH, 2005; SILVA, 2004):

- Franca dependência de insumos e alimentos extra-estaduais.
- Baixa complementaridade interna, resultado de uma frouxa divisão territorial do trabalho incapaz de criar maiores encadeamentos produtivos.
- Incapacidade de captar setores de ponta industrial, a exemplo de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital tecnologicamente modernos.
- Fraco poder de extroversão, logo, sendo sensível à concorrência direta de economias regionais inclusive vizinhas.
- Fraca contribuição no comércio externo brasileiro, com uma pauta de baixo valor agregado e baixa sofisticação tecnológica.

- Primazia dos interesses do capital comercial em diversos aspectos da sua realidade urbana

Reflexo dessas questões se encontra na própria distribuição espacial da atividade industrial, pois foi produzida em poucos centros urbanos além da metrópole. Tornou-se patente a incapacidade da metrópole impulsionar uma maior expansão produtiva no interior ao contrário do caso paulista. Dessa maneira, o dinamismo econômico, enquanto espacialmente assimétrico, não foi irradiado por todo o espaço regional. Assim, ainda que seu parque industrial seja expressivo, o acesso ao mercado nacional foi gradativamente comprometido pela expansão de centros industriais concorrentes em escala mais ampla (além de São Paulo desde a década de 1920 do século passado, posteriormente, Rio Grande do Sul e Minas Gerais entre outros), o que leva à perda de posição relativa na produção agregada do país.

Afirmado sua conversão para uma estrutura econômica complementar a paulista devido à sua proximidade e às facilidades da malha viária, fez-lhe com pouca competitividade. Isso ficou visível quando na etapa pesada da industrialização nacional (a partir de 1956) acelera sua expansão, mas aumenta a defasagem com a média nacional (SILVA, 2004). É importante chamar a atenção que essa defasagem maior reflete, em grande parte, o desempenho cadente da destacada economia da cidade do Rio de Janeiro, onde o seu forte setor terciário passa a sofrer uma trajetória irregular, rebatendo de forma negativa na evolução de sua diversificada produção industrial. O interior fluminense, ao contrário, registra uma melhor expansão econômica por acompanhar mais de perto o maior dinamismo que ganha o processo de industrialização nacional nesse momento. Isso ocorre através de alguns implantamentos industriais de monta que vinham sendo realizados por decisão do governo federal (siderurgia, refinaria entre outros), bem como pelo avanço industrial no Vale do Paraíba caudatário da expansão paulista. Contrariamente, na cidade do Rio de Janeiro, a estrutura industrial permaneceu em grande parte voltada para a produção de Bens de Consumo Não Durável, presa às vicissitudes do seu grande mercado consumidor; de importância mais significativa para o processo de industrialização nacional, a maior exceção era a Construção Naval (apesar de importar grande parte dos seus insumos de outros estados).

Analisando o perfil industrial como um todo, nota-se que, após o predomínio de ramos tradicionais em decorrência de um expressivo mercado consumidor prévio, destacaram-se atividades de valor estratégico a partir de uma considerável concentração de investimentos públicos. Contudo, permaneceu uma grande dificuldade para a criação de complexos industriais integrados. A título de ilustração, sublinha-se que os principais segmentos de

complexos econômicos que se internalizaram na estrutura industrial estadual foram na Metal-Mecânica e no Químico-Farmacêutico (MELO e GUTIERREZ, 1990). Contudo, permaneceram bastante incompletos e esgarçados. No primeiro caso, os segmentos-chaves foram a Siderurgia e Material de Transporte, havendo tanto a ausência natural da extração de carvão mineral na base do complexo (pelo motivo óbvio de não possuir minas de carvão), como também a irregular produção de manufaturas finais (em especial, BCD+BK). No segundo caso, o segmento-chave foi o Refino de Petróleo na base do complexo, permanecendo sem a instalação da Petroquímica¹².

Enquanto economia regional periférica, mas com fortes articulações inter-regionais, a trajetória estadual esteve diretamente dependente do movimento geral da economia nacional e do seu mercado interno que tinha como centro dinâmico São Paulo. Sua especificidade foi a condição periférica ser parcialmente ocultada pelo peso político e econômico da presença do Estado, o que levou a importante parcela da massa salarial federal e do gasto público ser direcionada para o beneficiamento da infra-estrutura urbana, investimentos industriais de monta serem realizados (via estatais) e existir um componente autônomo da demanda a partir do terciário superior (tecnoburocracia). Em outros termos, o peso político e econômico da presença do Estado oferecia uma sobrevida produtiva e reforçava sua centralidade urbana, o que permitia a elite dominante do estado não assumir os impasses da questão regional. A principal diferença entre a formação econômica do Rio de Janeiro e de São Paulo sempre foi o Estado ser o agente central no primeiro caso, inclusive com peso e presença estratégica na estrutural industrial, o que levou a implantação de unidades de grande relevo na matriz produtiva brasileira: Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Álcalis, Fábrica Nacional de Motores, Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, Nuclebrás etc.

É preciso ressaltar que o parque industrial fluminense não foi um mero reduto de indústrias “parasitárias”, sustentadas apenas por subsídios e associadas a um suposto “gigantismo” burocrático ineficiente. Ao contrário, não seria exagero afirmar que, diante de grande parte da iniciativa privada estadual se prender a primazia dos interesses do capital mercantil, o Estado que puxou sua acumulação produtiva durante a industrialização nacional, e, assim, sustentando a relevância dessa produção econômica regional. Entretanto, enquanto relação contraditória, a economia fluminense ficou altamente dependente de transferências governamentais, concentrada no setor serviços e sem lideranças com perspectiva regional ou instituições significativas de pesquisa voltadas para a economia do estado. Em suma, apesar desse fantástico apoio estatal, houve a perpetuação da despolitização quanto os interesses

¹² Ressalva-se que se conseguiu instalar, ao menos, a Gás-Química no período mais recente.

regionais. Em outras palavras, uma classe dominante estadual, aspirando segurar pela política a hegemonia no nível nacional, manteve-se não comprometida com o desenvolvimento regional, presa em grande parte a tradição de ser referência política e cultural, bem como ser praça comercial e financeira do país. Dessa forma, fica claro que, além da dificuldade para o maior desenvolvimento das relações especificamente capitalistas de produção, associa-se também um desinteresse com a evidência da sua própria condição de região periférica.

Com a transferência da capital para Brasília em 1960, perde-se de forma significativa a possibilidade de pela política ampliar as bases materiais de sua estrutura econômica. A perda de grande parte da sede administrativa nacional, ainda que se preservasse parte do peso das estatais e de algumas autarquias públicas, foi um fator de ruptura institucional sem ter havido nenhum tratamento especial para compensar completamente a perda de *status* político. Como afirma Raphael de Almeida Magalhães (2001, p.4):

“Esse processo tem uma lógica interna permanente, com impacto cumulativo sobre todas as atividades que aqui se localizavam, numa causalidade circular cumulativa, que desmontou os pilares da vida econômica da cidade, com reflexos sobre toda a região, atingindo, em igual proporção, o interior que se estiolou e os municípios dormitórios que se barbarizaram”.

Nem a (re) fusão da cidade do Rio de Janeiro com seu entorno feita de modo autoritário em 1975 engendrou automaticamente a recuperação da desvalorização sofrida. Muito menos os investimentos programados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento nos setores energéticos (vide energia nuclear) e de alta tecnologia (vide biotecnologia e microeletrônica) não lograram a maioria deles êxito para também colaborar decisivamente.

A abrangência da noção de “capitalidade” era essencial para se fundamentar a identidade política e o desenvolvimento econômico do estado, que em grande medida se apoiava na centralidade da cidade do Rio de Janeiro. A queda de sua função como dirigente nacional frente à diminuta importância social do jogo político local levou a um abismo ideológico entre uma lógica nacional ainda presente, porém agora cada vez mais inorgânica, e uma lógica local, que fragmentária, ganha destaque à medida que estende suas práticas clientelistas (OSÓRIO, 2005). A partir de então, a cultura institucional que se consolidou, marcou-se por sérias disputas patrimoniais no interior das elites locais, arraigando uma crise política específica sentida a médio prazo.

Apesar disso, os limites para maiores desdobramentos produtivos e para sua capacidade de indução dinâmica possuem determinantes históricos mais profundos que não são exclusivamente efeitos da transferência da capital federal, mas remetem aos fins do século

XIX e ao modo como emergiu sua forma de acumulação setorialmente contraditória¹³. Afinal, na medida em que o desenvolvimento nacional avançava, o nunca sério trato da questão regional levou suas vulnerabilidades estruturais a se tornarem mais explícitas, impedindo uma organização e articulação mais consistente de suas forças produtivas.

Os vínculos inter-regionais de dominação do Rio de Janeiro que já foram se rompendo desde o deslocamento do centro dinâmico para São Paulo, iam se esgarçando mais com o aumento da competição por áreas de mercado a partir do processo acelerado de urbanização do país. Evidentemente, ainda restaram vínculos importantes a nível nacional, porém, inclusive estas vantagens históricas perderam elementos significativos à medida que a divisão territorial de trabalho sob seu comando foi reduzindo parte de sua relevância de forma cada vez mais acelerada. Até mesmo a desconcentração produtiva da estrutura paulista na década de 1970 do século passado que expandiu diversas economias regionais, reforçou a perda de importância relativa da economia fluminense em vez de recuperá-la. Todavia apesar desse baque na dinâmica regional, uma ainda acentuada concentração de atividades e a permanência de elementos inegáveis de sua centralidade urbana adiavam uma crise real enquanto o processo de industrialização brasileiro continuasse a lhe impulsionar.

É importante ressaltar mais uma vez que, enquanto apenas se manteve como esvaziamento relativo, não refletiu necessariamente uma perda de relevância ou peso econômico do estado, mas a evolução do desenvolvimento do capitalismo no país que se dá de forma desigual e combinada, como já visto. Evidentemente, são as especificidades do contexto regional que podem acentuar ou acomodar as adversidades de sua condição estruturalmente periférica na divisão inter-regional do trabalho. Afinal, um vácuo em políticas de maior cunho regional somado as dificuldades em superar a existência de uma forte acumulação mercantil são as marcas problemáticas de sua reprodução social que se tornaram mais claras com o desenvolvimento nacional¹⁴. De toda forma, o dinamismo que a economia do país sustentou até a década de 1970, mesmo que errático, ainda ocultou parcialmente os problemas estruturais na economia fluminense.

¹³ É importante chamar atenção que as lógicas nacional e local de atuação política já de muito tempo coexistiam de forma ambígua sem favorecer a realização de estratégias de desenvolvimento estadual integradas. Nenhuma delas evitou que sempre existissem arranjos particularistas e barganhas pessoais no lugar do maior desenvolvimento da cidadania. Assim, nunca se obteve uma percepção de aparelho de Estado voltado para a promoção do desenvolvimento da região em vez de se esgotar no atendimento de demandas específicas sem maior preocupação com o conjunto.

¹⁴ Como assinala Mauro Osório (2005), “*a região, cujo o dinamismo até então derivava de sua lógica histórica e do fato de ser o centro do poder, passa a depender também de políticas gestadas localmente, tornando necessária a organização de estratégias regionais de desenvolvimento econômico-social*” (p.20). Por outro lado, o mesmo autor conclui que “*o fato mais importante para o entendimento da evolução da cidade do Rio de Janeiro e da região fluminense (...) [foi] ter sido, desde sua origem, porto, centro de articulação logística, e de articulação política e cultural nacional*” (p.91).

Contudo, com a ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro na década de 1980, uma crise real se deflagrou. Derivando a maior parte do seu dinamismo econômico de um processo de sinergia com a economia do país, revelou-se muito dependente do crescimento do mercado interno e do setor público¹⁵. Em outras palavras, o estopim da crise são os efeitos da recessão nacional e a desaceleração dos gastos, em especial dos investimentos públicos. Contudo, as bases da crise já estavam plantadas, por um lado, pelo perfil desequilibrado da estrutura produtiva que tornava o desempenho vulnerável as oscilações da renda agregada, e, por outro lado, pela falta de identidade e organização com a defesa dos interesses regionais.

De fato, ocorreram perdas de participação absoluta diante de uma séria retração econômica, principalmente pelo desempenho decepcionante da indústria de transformação. A única exceção foi o crescimento da extrativa mineral (basicamente atividade petrolífera) que ganhou importância e se tornou o sustentáculo da economia do estado no fim do século XX, ainda que há de se ter cautela com sua capacidade multiplicadora e indutora. Assim, excetuando-se a sustentação de alguns focos de dinamismo, segmentos dinâmicos perderam peso na estrutura produtiva levando a importantes atividades sofrerem uma obsolescência não planejada.

Como visto, a economia fluminense é bastante peculiar, isso se percebe a começar pela atrofiação da atividade agrícola e a grande dependência de sua dinâmica agregada dos resultados no setor serviços. Já a situação da atividade secundária é ímpar: *“uma indústria que foi pungente na virada do século XX, arrastou-se depois como caudatária da industrialização paulista até demonstrar-se extremamente frágil diante dos percalços da economia brasileira”* (MELO, 2001, p.245). Nesse ponto, chama atenção que isso ocorre apesar da grande expansão da produção petrolífera recentemente. Dessa forma, torna-se importante rediscutir as bases de dinamização dessa estrutura econômica pouco integrada e bastante heterogênea que, conseqüentemente, patenteou uma forma de acumulação setorialmente contraditória. Concentrando-se no período de 1970 a 2006, pretende-se a seguir evidenciar mais detalhadamente essas vulnerabilidades e os limites para serem realizadas as transformações estruturais necessárias.

¹⁵ Quanto esse último, lembra-se mais uma vez que sua importância ultrapassa a administração pública, inclusive refletindo em uma estrutura industrial de acentuada participação de estatais.

Capítulo 2 – Análise das principais transformações na estrutura produtiva fluminense, período 1970-1989

No presente capítulo e nos seguintes, pretende-se esclarecer como as diferenças substanciais que, ao longo do período, sucederam-se no processo de desconcentração produtiva do país afetaram a evolução da estrutura produtiva fluminense.

É preciso deixar claro que processos de concentração ou desconcentração produtiva devem ser entendidos como partes de um mesmo esquema de divisão do trabalho que, associado às dinâmicas econômicas e às políticas regionais, determina o grau de participação de uma região sobre a oferta e a demanda agregada do país. Como ressaltou Ignácio Rangel (1968), a redistribuição geográfica da atividade econômica ganha importância diante da necessidade da demanda ser estimulada persistentemente em um sistema produtivo integrado, onde existe a formação e a redução de pólos de ociosidade sucessivos no território, e limites ao espontâneo desenvolvimento generalizado das forças produtivas. Dessa maneira, é importante avaliar a forma como uma economia regional garante maior ou menor disponibilidade de recursos (no sentido de ativação ou efetivação) e controle dos excedentes produzidos para a realimentação dinâmica da acumulação nacional e o avanço do processo de industrialização¹⁶. Portanto, o cerne da questão se encontra nos sérios limites que enfrentou a economia fluminense para recriar sua capacidade produtiva de forma integrada ao esforço de desenvolvimento brasileiro.

A hipótese que se pretende defender é que o principal motivo de persistir uma base produtiva fragilizada encontra-se nas oportunidades perdidas de realizar transformações estruturais mais profundas quando o processo de industrialização do país era dinamizado. Espera-se mostrar que as debilidades de longa data não foram superadas, tornando-se explícitas no momento em que a acumulação nacional enfraqueceu. No entanto, a grande dimensão que ganhou a produção energética no estado permitiu que elas fossem em parte ocultadas novamente. Em outras palavras, mesmo que sempre participasse ativamente do processo de industrialização como uma das principais economias do país, a estrutura produtiva fluminense não passou pelas transformações necessárias para evitar a perda continuada de sua competitividade sistêmica. Dessa maneira, diante da difusão desigual do

¹⁶ É sabido que a realimentação da própria expansão global depende de uma lógica convergente de expansão intersetorial que garanta a diversificação e a centralização do capital industrial, bem como sua capacidade de ser pró-cíclico. Portanto, objetiva-se uma clara associação entre taxas de crescimento da produção agregada e o incremento da indústria de transformação de modo a facilitar que a mudança tecnológica se acentue de forma endógena, a fim de a expansão produtiva se propagar cumulativamente. Esta percepção se baseia nas duas primeiras leis de Kaldor a respeito da industrialização como motor do desenvolvimento e da possibilidade de progresso técnico endógeno no setor industrial. Maiores detalhes ver Feijó e Carvalho (2002).

processo de industrialização nacional, não conseguiu recriar os espaços de acumulação capazes de superar suas fragilidades a ponto de garantir maior controle sobre seus determinantes.

A fim de comprovar essa hipótese será analisada a dinâmica setorial da sua estrutura produtiva, como também das orientações internas e externas da sua produção, o que serão as linhas gerais do exame aqui proposto. Especificamente, a questão assim se coloca: qualificar a forma de inserção da economia regional na divisão do trabalho inter-regional durante as últimas décadas.

2.1 A continuação da desconcentração fluminense durante a desconcentração nacional virtuosa do período 1970-1980

Como visto no capítulo 1, a economia fluminense já vinha sofrendo de longa data um processo de desconcentração produtiva relativa. Em um primeiro momento, antes de 1930, isso aconteceu em um cenário que, dada a desarticulação do mercado interno e mantida a predominância dos determinantes específicos de cada economia regional, houve a ascensão da economia paulista por uma trajetória própria. Em um segundo momento, entre 1930 e fins da década de 1960, isso aconteceu como resultado da aceleração da integração do mercado interno comandado por São Paulo, enquanto núcleo da acumulação produtiva do país.

É importante ressaltar que essa desconcentração em um momento de alto dinamismo da economia nacional não foi a responsável direta pelo retrocesso relativo da economia fluminense. Ao contrário, a despeito de ser simultânea à concentração produtiva paulista, justamente o aumento da complementaridade econômica entre São Paulo e as várias regiões permitiu taxas elevadas de crescimento generalizadas e estimulou alterações nas diversas estruturas produtivas, inclusive no Rio de Janeiro. Ademais, a própria complexidade de sua dinâmica metropolitana e o fato de ter sido a sede do governo federal sempre lhe garantiam um *status* diferenciado, ainda que fosse uma economia periférica. Portanto, os efeitos de arrasto do processo de industrialização nacional combinados com os benefícios herdados de sua longa centralidade política e urbana garantiram altas taxas de crescimento econômico na mesma medida que ocorreram transformações em sua estrutura produtiva. Em vez de um suposto processo de esvaziamento econômico do estado, entre 1939 e 1980, o crescimento médio fluminense foi de 6,0% ao ano, enquanto o nacional foi 7,0% e o paulista 7,5%.

Contudo, é importante destacar que após a superação da fase de *industrialização restringida* em meados da década de 50, sua desconcentração relativa acelerou. Embora a expansão média anual da sua economia entre 1939 e 1956 fosse de 4,7% contra 5,2% da média

nacional, já entre 1956 e 1980 sua expansão média anual foi de 7,0% contra 8,4% da média nacional. Por conseguinte, a economia fluminense dependia da dinamização da economia nacional para evitar uma ociosidade estrutural e expandir suas forças produtivas, mas demonstrava estar esbarrando em entraves estruturais específicos que limitavam a sua capacidade de acumulação seguir mais de perto a expansão do país. Durante a década de 1970, o processo de industrialização brasileiro prosseguiu buscando desencadear importantes efeitos de complementaridade. Se nesse momento a dinâmica nacional já permitia um processo de desconcentração relativa de São Paulo em relação ao resto do país, para a economia fluminense, ao contrário de reverter suas perdas de participação relativa, estas se mantiveram elevadas. Como se pode ver na tabela 1, havia uma tendência interrupta de perdas de participação relativa do Rio de Janeiro no Produto Interno Bruto (PIB). Essa tendência prosseguiu na década em questão, onde ele foi um dos únicos estados perdedores junto com São Paulo e Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Participação Regional no PIB total (Brasil = 100%)

	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995	2000	2004
NO*	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1	4,7	4,6	4,6	5,2
NE	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7	12,6	12,8	13,0	14,0
MG	10,0	10,4	7,9	8,3	9,4	9,7	8,9	9,7	9,7	9,4
ES	1,2	1,3	0,8	1,2	1,5	1,7	1,4	1,7	1,8	1,8
RJ	20,9	19,5	18,5	16,1	13,6	11,6	11,4	11,4	12,7	12,7
SP	31,2	36,4	37,9	39,5	37,7	35,8	35,3	35,5	33,3	31,1
PR	2,9	4,0	5,4	5,5	5,9	6,2	6,0	6,0	6,0	6,2
SC	2,2	2,5	2,4	2,8	3,3	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0
RS	10,2	8,6	8,4	8,7	8,1	7,9	7,7	8,4	7,8	8,2
CO*	2,1	1,7	2,3	2,7	3,6	3,7	8,7	6,5	7,2	7,5
DF	-	-	-	1,0	1,5	2,3	5,4	2,7	3,0	2,5

Fonte: FGV para 1939-1980; IBGE, Contas Regionais para 1985-2004. Apud Cano (2007).

Nota: NO^(*) Inclui TO a partir de 1990. CO^(*) exclui DF; inclui TO em 1939-1970.

Mesmo que apenas estatisticamente, parecia que o Rio de Janeiro, enquanto um dos estados “mais ricos” da federação, estava colaborando para o aumento da convergência regional de renda *per capita*. Inegavelmente, a maior generalização pelo país de altas taxas de crescimento permitiu a redução das diferenças de renda média por habitante, como se pode ver na tabela 2. Contudo, é importante mencionar que a taxa de crescimento da população fluminense (sabendo que esta é o denominador da relação) foi reduzida de uma média ao ano de 3,13% na década de 60 para 2,30% na década de 70. Isso indica que a queda de renda (o numerador da relação) foi tão expressiva que não pode ser minimizada pela variação favorável da população.

Tabela 2 – Diferenças regionais da renda média por habitante (Brasil = 100%)

	1970	1980	1990	2000	2004
NO ^(*)	58	65	73	60	97
NE	40	42	44	47	51
MG	68	84	86	92	90
ES	71	87	94	107	106
RJ	166	143	124	148	150
SP	207	179	172	154	141
PR	75	92	109	106	110
SC	88	109	121	122	125
RS	122	123	130	129	137
CO ^(*)	55	67	81	75	87
DF	184	156	149	221	196

Fonte: IBGE – Censos Demográficos e Contas Regionais. Apud Cano (2007).

Nota: NO^(*) Inclui TO a partir de 1990. CO^(*) exclui DF; inclui TO em 1970.

Tornava-se evidente que haviam sérias fragilidades internas que já comprometiam seriamente o melhor aproveitamento da forte dinamização em curso da economia nacional. Era preciso superar qualquer visão mais otimista de que a continuidade de sua desconcentração era apenas um reflexo natural da maior integração da economia nacional, onde algumas economias regionais mais atrasadas estavam crescendo mais rapidamente que aquelas mais industrializadas como a fluminense. Essa mistificação da economia fluminense como parte integrante de um núcleo central do processo de industrialização, já criticada no capítulo 1, obscurece os desafios impostos pela sua entrada no mesmo processo, já na condição periférica. Isso porque, apesar de ser uma daquelas que foram mais beneficiadas pela expansão do mercado interno, ela ainda mantinha sérios entraves estruturais. Na medida que o processo de industrialização nacional se consolidava, as debilidades históricas da economia fluminense cada vez se tornavam mais explícitas diante do intenso esforço de articulação exigido.

Cabe também lembrar que a partir da transferência da capital federal em 1960, instala-se também um progressivo processo de degradação política derivado de especificidades legadas pela perda da centralidade política nacional e a acentuação do jogo clientelista, o que impossibilitou a eficácia ou até a própria montagem de estratégias regionais amplas de redinamização econômica no estado. Então, diante da progressiva perda de relevância na política nacional bem como da fragilidade crescente da administração pública estadual, não foi surpresa alguns traços de sua vulnerabilidade começarem a se tornar mais visíveis a partir da década de 70. Todavia, estando em grande parte sua expansão produtiva caudatária à de São Paulo, esses problemas se mantiveram ocultos nesse período pelo ritmo de desenvolvimento nacional que ainda se manteve elevado. Assim, a economia do Rio de

Janeiro teve um crescimento médio de 7,0% ao ano, enquanto a média nacional foi de 8,7%¹⁷.

2.11 Agropecuária

A partir da metade da década de 60, importantes transformações ocorrem na agropecuária brasileira. As instituições de um novo sistema de crédito rural e de incentivos à exportação permitiram elevada incorporação de progresso técnico nas culturas agroindustriais e de exportação. Além disso, houveram grandes investimentos públicos para a expansão da fronteira agrícola para o cerrado, ainda que se mantivesse em São Paulo uma concentração de culturas mais capitalizadas. Todos esses fatores permitiram uma modernização no setor que, apesar de conservadora¹⁸, aumentou fortemente a produção nacional principalmente em exportáveis e energéticos.

Contudo, a agropecuária fluminense ficou avessa a esse processo, com o declínio das lavouras para exportação e sem que a transição para lavouras voltadas para o abastecimento urbano fosse suficiente para preencher essa lacuna. Dessa forma, em vez de uma reação às tendências estagnantes que se verificavam no setor, houve uma acomodação em áreas de agricultura esparsa frente a terras exauridas pelas culturas anteriores (por exemplo, as terras do ciclo histórico da cafeicultura). Grande parte disso deveu-se a pouca atenção recebida de programas e políticas públicas a partir de então (a exceção seria a produção de cana-de-açúcar), e por uma perspectiva ilusória de que a “vocação” do estado era atividades não-rurais.

Um dos principais fatores a reforçar essa percepção foi o vigoroso crescimento urbano, onde se verifica queda continuada da população rural, como mostra a tabela 3. Essa desatenção com a evolução negativa da atividade agrícola teve reflexos no agravamento de problemas urbanos. Por outro lado, permaneceu um padrão de concentração da propriedade no meio rural, mantendo-se uma estrutura de relações sociais de patrimonialismo e marginalização social, o que tornou o problema da agropecuária fluminense o enfrentamento de um círculo vicioso de pobreza e ineficiência produtiva.

¹⁷ As taxas de crescimento médio setorial e total para os períodos 1970-1980 e 1980-1989 foram estimadas pelo autor pelo mesmo método usado por Wilson Cano (2007): foram deduzidas pela participação relativa do PIBs setoriais e total de RJ/BR nos anos de 70 e 80 e pelas taxas de crescimento obtidas das Contas Nacionais (revistas em 1987). Adverte-se que essas taxas podem estar subestimadas pelo método usado não captar as diferenç as de composição do produto e de variação de preç os relativos entre as produções nacional e fluminense. Além disso, a taxa total não é exatamente a que resultaria das ponderações das taxas setoriais pelos seus pesos.

¹⁸ Conservadora no sentido atestado por Wilson Cano (2002) de perpetuação da “*agricultura itinerante*” e da reprodução das estruturas sociais vigentes nesses novos termos de progresso. Isso porque, apesar da elevada produtividade, continuava alta a exploração dos miseráveis trabalhadores rurais e se evitava qualquer projeto mais efetivo de reforma agrária que evitasse a manutenção de ganhos especulativos e estruturas de poder calcadas na propriedade fundiária.

Tabela 3 – Distribuição da população fluminense entre áreas urbanas e rurais

Ano	População residente - urbana	População residente – rural
1970	87,90%	12,10%
1980	91,80%	8,20%
1991	95,30%	4,70%
2000	96,00%	4,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

O resultado mais escabroso dessa evolução do setor foi uma evasão significativa de renda interna pelo aumento da dependência de abastecimento de outros estados. É importante ressaltar que o correto trato da questão deve vincular esses problemáticos resultados na esfera do consumo aos grandes desafios presentes na esfera da produção. Afinal, como ressaltou Maria Carneiro e Vanessa Teixeira (1999), permaneceu também um baixo grau de integração do setor agroindustrial com o setor de distribuição varejista. Assim, enquanto a produção agrícola ficou mais voltada para o mercado de produtos *in natura*, a indústria agroalimentar continuou a se abastecer em grande parte pelo comércio inter-regional e importações. Por isso, somado aos problemas específicos do meio rural que reproduzem a miséria social, ainda existe um desajuste dinâmico inter-setorial que restringe a possibilidade da agricultura responder às necessidades do mercado consumidor estadual bem como participar mais ativamente do seu esforço de industrialização.

Durante a década de 70 a sua evolução continuou a ser discrepante em relação à expansão nacional do setor: enquanto crescia à média anual de 1,8%, a nacional o fazia à de 3,8%. Logo, sua participação na produção brasileira, que já era de apenas 2,4%, reduz-se para 2,0%. Acompanhando esse processo, também se reduziu sua modesta participação na População Economicamente Ativa (PEA) do setor em termos nacionais, caindo de 2,0% para 1,5%.

Através do exame da participação na área ocupada do país, fica patente a debilidade da agropecuária fluminense. Como se pode ver na tabela 4, as atividades de avicultura e culturas como a banana e a laranja que apresentavam alguma expressividade no início da série entraram em franca decadência. Destacam-se ainda os pequenos resultados da pecuária. A única exceção é a participação da área de produção hortícola, refletindo a função fundamental que exerce no abastecimento urbano básico.

Tabela 4 – Participação do Rio de Janeiro na área ocupada (ha) do país por produção principal (Brasil = 100%)

Segmento econômico	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Total	1,1%	1,1%	0,9%	0,9%	0,7%
Agricultura	1,3%	1,0%	0,9%	0,9%	0,6%
Banana	20,9%	13,9%	7,3%	8,3%	-
Café	0,7%	0,4%	0,6%	0,7%	0,4%
Laranja	14,3%	10,5%	6,2%	4,6%	0,9%
Arroz	0,7%	0,4%	0,4%	0,4%	0,1%
Cana-de-açúcar	6,9%	7,2%	6,7%	4,7%	3,1%
Milho	0,9%	0,4%	0,4%	0,4%	0,2%
Pecuária	1,0%	1,1%	0,9%	0,9%	0,7%
Bovinos	1,1%	1,2%	0,9%	0,9%	0,7%
Horticultura e floricultura	19,1%	19,7%	18,7%	22,9%	15,1%
Avicultura	10,1%	4,9%	2,0%	1,3%	0,3%

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

É preocupante notar que sua evolução também é discrepante em relação à dinâmica estadual. Na década de 70, sua ínfima participação na renda fluminense cai de 1,8% para 1,4%, bem como sua participação na PEA fluminense cai de 8,8% para 4,3%.

Diante desse debilitamento, é importante destacar a concentração de áreas ocupadas pela pecuária majoritariamente leiteira que, além de sua expressividade, ainda apresentou tendência de crescimento. Inversamente, as principais culturas agrícolas demonstram perdas de participação, como pode ser visto na tabela 5. De uma forma geral, com a forte concorrência de economias regionais vizinhas, a monocultura foi desestimulada (por exemplo, a produção de banana e de laranja). A principal exceção foi a cultura da cana-de-açúcar que se aproveitou dos incentivos federais destinados à atividade, mantendo ainda sua participação na década de 1970. Além disso, outra exceção foram os hortifrutigranjeiros que aumentaram seu destaque.

De um modo geral, os resultados agropecuários foram bastante preocupantes por causa dos impactos negativos sobre a evolução da indústria alimentícia fluminense e os limites para uma ocupação produtiva diversificada do interior do estado.

Tabela 5 - Participação dos segmentos na área plantada (ha) do estado por produção principal¹⁹

Segmento econômico	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Agricultura	46,6%	35,0%	35,5%	34,6%	29,6%
Banana	11,1%	8,1%	7,4%	8,1%	-
Café	1,9%	1,0%	1,6%	2,1%	0,9%
Laranja	3,5%	3,4%	2,7%	2,4%	0,7%
Arroz	5,9%	3,9%	3,7%	3,2%	0,4%
Cana-de-açúcar	11,4%	10,4%	11,7%	10,9%	8,3%
Milho	5,8%	1,9%	1,8%	1,7%	0,6%
Pecuária	48,1%	59,8%	59,2%	59,3%	62,4%
Bovinos	47,6%	59,1%	58,2%	57,9%	60,3%
Horticultura e floricultura	1,4%	1,9%	2,3%	3,5%	2,0%
Avicultura	0,6%	0,8%	1,4%	0,6%	0,7%

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

2.12 – Serviços²⁰

A pronunciada importância do setor na economia fluminense sempre se justificou por ser ela urbana, em sua quase totalidade. Dada a alta expansão industrial na década de 70, bem como do emprego e do mercado consumidor urbano, uma maior oferta de serviços foi estimulada. Assim, demonstrando um bom desempenho, o crescimento médio anual da sua produção foi de 6,8% enquanto em termos nacionais foi de 8,0%. Por esse motivo, a redução de 70,1% para 66,5% na sua participação na renda fluminense provavelmente refletiu a maior expansão do setor industrial. Ademais, ainda continuou extremamente elevado o grau de terciarização da estrutura produtiva estadual. Isso fica claro com o aumento de 69,1% para 71,4% de sua participação na PEA fluminense. Então, o setor se manteve ainda como o grande absorvedor de mão-de-obra diante de uma expansão total dos ocupados de 48,4% na década. Cabe ressaltar que sua expressividade não refletiu apenas a existência de uma economia urbana complexa, mas também a acomodação dos problemas na acumulação de capital industrial e agrícola, o que ficaria mais claro a partir da década de 1980.

¹⁹ É importante mencionar a advertência feita por Maria Carneiro e Vanessa Teixeira (1999, pp. 3-4) sobre o censo agrícola de 1995-1996: “*Temos que ter cuidado ao analisar os dados do último censo agropecuário (1995-1996) com os anteriores, (...) pode estar superestimados em função da mudança introduzida pelo IBGE na data de coleta de informações. Enquanto o censo de 1985 correspondia ao ano civil, o censo de 1995-96 correspondeu ao ano agrícola. Além disso, a data de coleta foi no período de agosto e novembro, em pleno momento de entressafra, quando uma parte significativa dos pequenos produtores, sobretudo os parceiros e arrendatários já não se encontravam mais nos locais de trabalho*”.

²⁰ Wilson Cano (2007) adverte que os dados para o setor de serviços obtidos a partir das Contas Regionais estão subestimados. Devido as possíveis distorções, é preciso ter cautela na interpretação de seus resultados.

Por outro lado, apesar de ser reduzida de 20,6% para 18,2%, permaneceu elevada a participação dos serviços fluminenses na produção nacional do setor. Da mesma forma, mesmo com uma redução de 16,6% para 14,6%, também permaneceu expressiva a participação na PEA nacional do setor. Isso surpreende, porque foi capaz de ainda preservar um destaque elevado, em um período que acelera a integração do mercado interno e a urbanização no país.

Contudo, a partir da década de 70, já era discutível a existência de uma dinâmica econômica privilegiada pela sua tradicional concentração de serviços sofisticados, ainda que se mantivesse caracterizada pela notoriedade de seus centros de pesquisas, pelas atividades culturais, pelo turismo e pelos serviços de comunicação. Isso porque, apesar do prestígio urbano por possuir uma das principais metrópoles brasileiras, passou a ser bastante questionada sua suposta vocação para centro do eixo político e núcleo da circulação da riqueza nacional²¹. Afinal, é indiscutível o desgaste que estava ocorrendo na antiga visão que a cidade do Rio de Janeiro continuaria como a *capital de fato* do país mesmo após sua transferência para Brasília. Então, foi se reduzindo sua capacidade de ser um grande articulador das atividades políticas e econômicas nacionais, herança do passado em que sua capital era a sede do poder federal e maior eixo logístico do país.

Isso fica claro diante da diminuição na participação nacional dos principais segmentos do setor, como mostra a tabela 6. As atividades de Transportes e Comunicações tiveram uma redução relativa diante da acelerada expansão urbana observada nas demais economias regionais do país, o que impacta também a participação do Comércio. Por outro lado, houve também a redução da Administração Pública e em menor medida nas Instituições Financeiras.

Tabela 6 – Participação fluminense no PIB nacional do setor serviços (Brasil = 100%)

	Comércio	Transportes	Comunicações	Instituições Financeiras	Administração Pública
1970	15,2%	19,4%	-	25,0%	27,0%
1975	15,9%	17,4%	-	25,6%	23,5%
1980	14,8%	14,1%	-	22,9%	21,4%
1985	9,2%	15,9%	28,3%	17,4%	19,8%
1989	7,1%	11,3%	25,8%	16,8%	13,2%
1995	9,2%	10,4%	19,7%	11,4%	17,8%
2000	9,4%	10,1%	11,9%	10,9%	15,3%
2004	8,7%	11,5%	10,8%	9,3%	14,4%

Fonte: IBGE – Indicadores para os anos de 1970, 1975 e 1980, e IBGE – Contas Nacionais e Regionais

Nota: O segmento de comunicações está somado com o de transporte até 1980

²¹ Como lembra Carlos Lessa (2000, p.238), o que passou a ser objeto de disputa a nível nacional são as funções históricas que tinha de “núcleo de comando do sistema bancário, sediando os escritórios centrais da maioria das grandes empresas, sendo portal dos visitantes nacionais e estrangeiros”.

Quanto a essas duas últimas, cabe assinalar que as diferenças entre elas ficam mais claras na estrutura do setor estadual. A Administração Pública diminui sua participação no PIB fluminense, como indica a tabela 7, ao contrário das Instituições Financeiras, que a aumentaram. Como aponta Wilson Cano (2007), esse último segmento apresentou grande crescimento, que tanto foi devido à taxa de inflação ter aumentado os patamares das taxas de juros reais e nominais, quanto por sua própria expansão em termos reais, acompanhando a urbanização e as grandes transformações produtivas na economia nacional. Dessa forma, rebatimentos sobre a economia fluminense eram esperados, e foram refletidos no peso relativo desse segmento na economia estadual.

Tabela 7 – Participação do PIB dos segmentos de administração pública e instituições financeiras no PIB fluminense

	Administração pública	Instituições financeiras
1970	16,2%	9,8%
1975	13,2%	12,6%
1980	9,6%	12,8%
1985	13,5%	17,2%
1989	11,1%	28,1%
1995	24,2%	7,6%
2000	18,8%	4,5%
2004	17,1%	4,6%

Fonte: FGV para os anos de 1970, 1975 e 1980, e IBGE – Contas Regionais

Como esse comportamento distinto das Instituições Financeiras distorce a participação relativa dos demais segmentos, optou-se no presente trabalho por se fazer uma análise da estrutura do setor serviços separando essa atividade. Dado o alto peso da Administração Pública, optou-se também por separá-la. Na tabela 8 vê-se, pela ótica de renda, a estrutura ajustada do setor serviços. Como se nota, houve perdas de participação relativa de todos os segmentos, com exceção de Outros Serviços (serviços de alimentação, hospedagem, domiciliares, de reparação, diversões etc.). Isso reflete uma dinâmica setorial que reforçou seus vínculos com a consolidação do processo de urbanização²² de modo que se associou a uma elevada prestação de serviços. Portanto, não obstante a expansão positiva de todos os segmentos, a evolução da estrutura produtiva pela ótica da renda na década de 70 concentrou-se mais nos serviços sociais e pessoais que nos serviços de produção e distribuição.

²² Como aponta Wilson Cano (2007), essa expansão refletiu não só uma maior geração de empregos como também uma maior formalização do mercado de trabalho, além de um aumento do salário real médio e uma maior presença da mulher no mercado de trabalho.

Tabela 8 – Estrutura ajustada do setor serviços fluminense

	Comércio	Transportes	Comunicações	Aluguéis	Outros serviços (1)
1970	36,8%	11,7%	-	27,9%	23,7%
1975	41,1%	10,4%	-	20,4%	28,1%
1980	34,5%	9,1%	-	18,2%	38,2%
1985	24,7%	13,6%	8,2%	25,6%	27,9%
1989	19,5%	9,2%	9,8%	32,0%	29,5%
1995	22,8%	4,7%	8,0%	38,8%	25,7%
2000	18,4%	5,5%	8,1%	45,3%	22,6%
2004	20,0%	7,6%	8,2%	41,4%	22,8%

Fonte: FGV para os anos de 1970, 1975 e 1980, e IBGE – Contas Regionais.

Notas: O segmento de comunicações está somado com o de transporte até 1980. (1) Incluem também: Alojamento e Alimentação, Serviços Médicos e Ensino, e Domésticos Renumerados.

Os dados dos Censos Demográficos confirmam a evolução assinalada, demonstrando que embora tenham se ampliado excepcionalmente em 50,5% as ocupações administrativas e em 87,3% as ocupações técnicas, profissionais e científicas, elas foram menores que o crescimento de 100,8% na prestação de serviços no estado. Esse resultado era esperado porque, como visto, essas atividades foram as mais exigidas, dado a urbanização estadual já estar consolidada. Cabe assinalar que, embora já estivessem disseminadas formas de ocupação precárias e informais no mercado de trabalho, a notável expansão da prestação de serviços foi diversificada. Desse modo, as ocupações Domésticas Renumeradas, ainda que passassem de 11,5% para 8,6%, mantiveram elevada participação relativa na PEA, apesar de crescerem somente 7,7%.

2.13 - Indústria

Sendo São Paulo o epicentro da industrialização brasileira, a economia fluminense subordinada ao seu ritmo, adquiriu um caráter periférico, como visto no capítulo 1. Contudo, ela se tornou um dos principais parques industriais do país diante de uma elevada diversificação alcançada e de sua proeminente produção ligada ao desempenho da economia nacional como um todo. Apesar da ausência de maiores encadeamentos internos, o fato de não ter se mantido circunscrita a uma economia regional atestou o potencial de articulações inter-

regionais e a centralidade de sua economia urbana²³.

Tendo uma parte relevante de sua economia origem em decisões federais, as atividades de valor estratégico eram um dos seus principais determinantes, estando insuladas. Dessa forma, sua base produtiva era em grande parte de interesse nacional. O seu desenvolvimento era garantido por uma forma de industrialização bastante peculiar que a impedia de colidir abertamente com os interesses das demais regiões, inibindo pressões para um conflito federativo diante da hegemonia paulista e disfarçando seus problemas estruturais pelo dinamismo da economia brasileira, que subordinava diretamente seus interesses específicos. No entanto, diversas potencialidades continuaram mal aproveitadas, restringindo a maior introjeção de novos segmentos dinâmicos e uma maior diversificação possível de sua estrutura de produção.

Para a melhor compreensão disso, primeiramente, é importante discorrer um pouco melhor sobre as principais tentativas de desencadear a montagem de complexos industriais no estado a fim de evidenciar sua lógica de estruturação²⁴.

Apesar de ser uma atividade de tradição colonial, a Construção Naval como atividade industrial instala-se em definitivo a partir de 1958 com a criação do Fundo da Marinha Mercante e da sua taxa de renovação. A partir dessa iniciativa, foram determinadas as condições para a criação de estaleiros, os quais em quase sua totalidade se concentraram no estado. Com a instalação da maioria deles na cidade do Rio de Janeiro ou em Niterói (a única exceção seria o estaleiro Verolme em Angra dos Reis), tiveram a vantagem de dispor de uma avançada infra-estrutura urbana. É preciso chamar a atenção para a grande capacidade que esse ramo possui de criar encadeamentos devido a sua característica de ser uma indústria de montagem, logo gerando uma demanda adicional em diversos outros ramos a ponto de existir uma grande indústria de apoio. É preciso mencionar que os efeitos multiplicadores obtidos se traduziram na dependência da produção dos componentes básicos por outros estados (em especial, São Paulo), apesar de ter aumentado paulatinamente no Rio de Janeiro a produção durante as décadas seguintes.

Suas exigências estiveram relacionadas com a atualização de um nível tecnológico de excelência internacional, o suprimento eficiente de seus componentes básicos e a obtenção de

²³ Cabe lembrar, como assinalou Carlos Lessa (2000), o perfil que sua capital adquiriu durante o longo tempo que foi sede do Estado brasileiro: ao não ser isolada como “gueto burocrático”, sua estrutura continuou mantendo elevado cosmopolitismo e um papel de centralidade na organização produtiva do país que lhe permitiam prosperidade urbana. Evidentemente, a transferência da sede do governo federal para Brasília não retirou por completo suas características fundamentais.

²⁴ Para o maior esclarecimento dos problemas e desafios estruturais na indústria fluminense, a principal referência utilizada foram os diversos documentos com participação de João Paulo de Almeida Magalhães de meados da década de 60 até início da década de 90 (FIEG e CIRJ, 1969; MAGALHÃES, 1983; idem, 1991; ASTEL, 1991)

uma mão-de-obra técnica bastante especializada. Entretanto, tradicionalmente, seu grande problema foi a ausência de uma linha de produção constante pela falta de um fluxo regular de encomendas, ou seja, a instabilidade de mercado forçando uma ociosidade elevada e uma produtividade baixa. Dessa forma, suas oportunidades excepcionais de aproveitamento (inclusive para exportação) sempre esbarraram na falta de uma sistemática contratação e execução de obras de longo prazo, carecendo do apoio eventual do Estado para alargar as bases de sua capacidade produtiva. A fim de se buscar uma solução, na década de 70 iniciou-se o limiar de uma política de transporte naval com um programa público mais agressivo de projetos e uma ampla escala de subsídios fiscais e creditícios. Dessa forma, aumentava-se a competitividade dos estaleiros apoiada essencialmente em recursos públicos.

Quanto à Metalurgia/Siderurgia, ela é instalada no estado com a entrada em operação da Siderúrgica Barra Mansa e da Metalúrgica Barbará em 1939. Contudo, ela emergiu de fato com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946. Localizada em Volta Redonda, essa empresa estatal estendeu prolongamentos por municípios vizinhos criando vetores de crescimento para a Região do Médio Vale do Paraíba. Dessa forma, a importância de sua fundação foi fundamental porque, além de pioneira na produção de aços planos e na utilização de coque, permaneceu como um destacado centro siderúrgico a nível nacional. Cabe ressaltar também, a criação bem posterior da Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA) que, adquirida pelo grupo Gerdau em 1973, também corroborou para fomentar um Pólo Metal-Mecânico no estado.

Além da sua contínua expansão e diversificação (sendo ao mesmo tempo bem de consumo e de produção), diversos encadeamentos industriais foram gerados, principalmente para os ramos de Minerais Não-Metálicos, Mecânica, Material Elétrico e Comunicações, e Química (sem contar a grande importância para a Construção Naval do estado). Assim, tornou-se de grande importância como suporte do desenvolvimento industrial fluminense, particularmente para o desenvolvimento da Região do Médio Paraíba, que muito aproveitou da indústria siderúrgica pelo seu peso e por apresentar grandes potencialidades dinâmicas. Contudo, ela dependia da economia de outros estados tanto para o suprimento de seus insumos básicos e parte de sua mão-de-obra, como boa parte de seu mercado de destino, principalmente seriam Minas Gerais e São Paulo²⁵.

As carências na atividade siderúrgica estiveram tradicionalmente relacionadas com dois problemas principais: uma política de contenção de preços feita pelo Estado para evitar inflação de custos para outras atividades (o que refletia em baixa lucratividade), e uma

²⁵ A maior exceção se tornaria a participação da economia de Resende e imediações. Isso ficaria mais claro na última década tanto no maior fornecimento de mão-de-obra como compradora de produto para a sua indústria automobilística recentemente instalada.

descentralização da produção siderúrgica nacional no lugar da sua própria expansão, o que levou a implantação da COSIPA (em São Paulo) e USIMINAS (em Minas Gerais) de certo modo por decisões unilaterais dos governos estaduais. Quanto a esse último aspecto, ressalta-se que embora fosse racional alguma descentralização da expansão da capacidade produtiva, é preciso se ponderar as economias de escala não aproveitadas.

Em se tratando da Química de base, apesar de existir anteriormente a Companhia Nacional de Álcalis (inaugurada em 1943)²⁶ e a pequena refinaria privada de Manguinhos (inaugurada em 1954)²⁷, foi com a instalação em 1962 de um pólo embrionário da petroquímica que ela teve maior relevância no contexto nacional. O início da produção no Conjunto Presidente Vargas (COPEV) associado à Refinaria Duque de Caxias (REDUC) teve um forte poder germinativo que, associado aos laboratórios farmacêuticos instalados já há um bom tempo no estado, contribuiu para o fomento de um Complexo Químico-Farmacêutico. É preciso destacar ainda o aproveitamento das externalidades urbanas positivas pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, ocorreu a proliferação de diversas indústrias associadas, levando a ascensão econômica do município de Duque de Caxias e de suas adjacências.

A partir da sua capacidade para o processamento de petróleo, o pólo embrionário da Petroquímica produziu um conjunto diversificado de insumos básicos. Todavia, sua evolução esbarrava em duras exigências relacionadas com a carência de pesadas imobilizações de capital, e a necessidade constante de atualização tecnológica. Para tentar superar uma parte dessas dificuldades, a Petrobrás montou em 1967 uma empresa subsidiária (Petrobrás Química – PETROQUISA) para que junto com a iniciativa privada viesse desenvolver um programa na área. Entretanto, tradicionalmente tinha duas ordens de problemas semelhantes

²⁶ Merece algumas considerações a evolução da produção salinera fluminense. A reboque da criação da empresa mencionada, outras vieram a se instalar também na Região das Baixadas Litorâneas de modo que a atividade alcançou relativo destaque até a década de 80. Contudo, posteriormente, entrou em franca decadência pela competição principalmente do Rio Grande do Norte que produzia sal de melhor qualidade e mais barato, bem como pelo tamanho da especulação imobiliária nas suas imediações e pela poluição da Lagoa de Araruama (fonte da matéria-prima fundamental). A privatização da Companhia Nacional de Álcalis no início da década de 1990 não reverteu significativamente esse quadro negativo. Em 2006, a empresa faliu, interrompendo sua produção. Recentemente, o governo federal passou a discutir sua reabertura em face da necessidade de aumentar a produção de barrilha (insumo básico na produção de vidro) ser aumentada para o mercado brasileiro. Contudo, ressalta-se que algumas iniciativas são fundamentais para uma retomada mais efetiva, como por exemplo: o aproveitamento de maiores economias de escopo (produzindo em conjunto ao sal: gesso, eletricidade eólica, microalgas etc.), a montagem de um programa de encomendas para garantir a demanda, e o desenvolvimento de projetos para melhorar a qualidade da água utilizada.

²⁷ Recentemente, ela estava se preparando para reformar sua base de produção e aderir a produção de biodiesel, porque vem de longa data apresentando sérias dificuldades de competição no mercado de petróleo. Assim, esta seria a forma escolhida para se aproveitar das suas boas instalações que possuem bons requisitos tecnológicos e estão próximas do principal mercado consumidor brasileiro, onde a demanda interna do produto está assegurada (ainda que não se descarte um vetor exportador futuramente).

ao caso da siderurgia: a política de contenção de preços que era feita pelo Estado para evitar inflação de custos para outras atividades (o que refletia em baixa lucratividade), e uma descentralização da produção nacional que levou aos estados da Bahia (Camaçari) e depois também Rio Grande do Sul (Triunfo) serem preferidos para investimentos através da criação de novos pólos. Esse último ponto é central, porque reduziu a amplitude do efeito multiplicador na área, restringindo o pólo em Duque de Caxias a um plano modesto de expansão, conseqüentemente levando a estacionar o desenvolvimento da Petroquímica no estado.

O fato é que a decisão da localização de pólos petroquímicos no país sempre ficou a cargo governamental. Portanto, a descentralização que ocorreu nem sempre foi feita pautada simplesmente em critérios racionais como a proximidade ao mercado consumidor ou a responsabilidade pelos suprimentos da matéria-prima. Como foi explícito na implantação do pólo sulista, isso impediu inclusive a obtenção de ganhos de escala para petroquímica brasileira devido a capacidade ociosa gerada absurdamente. Assim, diante da passividade na defesa dos seus interesses, a economia fluminense continuou possuindo um pólo de caráter embrionário, comparativamente menos relevante frente à concorrência de outras unidades mais modernas. Apesar da proximidade relativa com o principal mercado consumidor e de dispor de uma refinaria bastante diversificada e com destaque nacional, ela acabou sendo prejudicada pelos superdimensionamentos ocasionais que a Petroquímica obteve no país.

Destaca-se ainda o início da expansão da extrativa mineral em meados da década de 70. Cabe lembrar que, aliada ao avanço da industrialização nacional e da política federal de exportações, investimento consideráveis foram realizados no ramo mineral e energético em diversos pontos do país. Todavia, a expansão da produção dos energéticos (notadamente, álcool de cana, gás natural e petróleo) teve um progresso ainda modesto nesse período porque os investimentos ficaram atrasados. Apesar do seu menor desempenho na década de 70, a produção nacional deixa de estar inteiramente concentrada na Região Nordeste e o estado do Rio de Janeiro, a partir da prospecção na Bacia de Campos, passa a deter 16% do VTI de gás e petróleo em 1980 (conforme Cano, 2007). De qualquer forma, ela precisou aguardar o *boom* que a atividade petrolífera nacional teria nas décadas seguintes para alcançar resultados mais significativos.

Além desses ramos fundamentais, chama a atenção outros que se apresentavam como atividades potenciais, mas que continuaram insuficientemente exploradas na década de 70. É o caso da Automobilística, que constitui uma atividade de elevados efeitos de encadeamento. Apesar do pioneirismo no ramo com a criação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) pelo governo federal em 1943, esta foi gradativamente esvaziada pela falta de investimentos

privados que se direcionaram para outros estados (São Paulo e Minas Gerais). Só houve um ressurgimento em meados da década de 90, já no bojo da Guerra Fiscal.

Também há o caso relacionado a diversos ramos de alta tecnologia. Muitas dificuldades permaneceram para seu maior dinamismo, embora o estado se mantivesse como um dos principais centros de pesquisas no país. Reinaldo Guimarães (2001) prestou uma avaliação esclarecedora do problema, desmistificando uma suposta idéia de “esvaziamento” nessa área:

“(...) devemos considerar que essa idéia de esvaziamento talvez obedeça a uma lógica muito mais extensa no tempo e muito mais complexa em suas determinações, que não se resumiria à mudança física da capital federal e dos centros de poder a ela associados. (...) A idéia de esvaziamento deve ser qualificada. Em termos absolutos, um processo de esvaziamento implicaria diminuição bruta de capacidade instalada, recursos humanos ou produção científica e tecnológica. Na verdade, não é isso que parece ter ocorrido nem que esteja ocorrendo. O processo (...) se assemelha mais a um continuado processo de descentralização da atividade científica e tecnológica no país ao longo do século XX, no qual o Rio de Janeiro é um dos pólos “perdedores”. (...) é possível que em longo prazo a mudança da capital tenha produzido um efeito muito negativo para atividade científico-tecnológica na Guanabara e, depois, no estado do Rio de Janeiro. Menos por um “esvaziamento” institucional ou de recurso humanos qualificados e mais pelo lento distanciamento político que se seguiu ao rápido distanciamento físico do olhar federal dos interesses específicos do nosso estado”. (p. 298-299 e 309)

De fato, em discrepância com a permanência da substantiva infra-estrutura técnico-científica instalada, o agravamento desse quadro aconteceu por um distanciamento político que ficou mais claro com o término da política do II PND e a crise da década de 80, levando em consideração que essa infra-estrutura era em sua maior parte estatal.

Por fim, cabe um adendo para a indústria de Minerais Não-Metálicos, em especial o segmento de Cimento. Embora seja uma das atividades mais tradicionais da indústria de transformação estadual, não teve a capacidade de sustentar a expressão econômica que tinha nos primórdios da produção cimenteira nacional. Dessa maneira, apesar da qualidade e boa localização das jazidas de calcário que utiliza, perde seu papel de liderança desde a década de 1950, sofrendo nos períodos subsequentes um relativo estrangulamento da sua dinâmica face à concorrência de outros estados e à instabilidade na demanda da Construção Civil, da qual é dependente. Seu principal atributo é ter continuado como a principal base econômica de uma área com estrutura produtiva bastante limitada (Cordeiro-Cantagalo)²⁸.

Essa breve exposição confirma o avanço do processo de industrialização do estado, embora demonstre que ele não ficou livre de graves impasses. Na década de 1970, esse

²⁸ Cabe ressaltar que a extração de produtos Minerais Não-Metálicos oferece também a alternativa para a produção de Rochas Ornamentais que, aliás, sofreu uma renovação nos últimos anos.

avanço continuou. Assim, a evolução da sua estrutura produtiva apresentou um sentido progressivo, aumentando a participação da produção industrial de 28,0% para 32,1%. Isso foi possível porque a indústria como um todo se manteve aquecida, com uma média de crescimento anual de 6,9% enquanto a média nacional foi de 9,3%. Contudo, é importante diferenciar o desempenho da indústria de transformação do desempenho da extrativa mineral. Essa última, embora tendo um peso ainda modesto, aumentou sua participação no VTI da extrativa mineral nacional, passando de 2,9% para 4,2%. Por outro lado, além de ter participações muito pequenas na PEA fluminense e na PEA nacional do segmento, praticamente elas não se alteraram, permanecendo em 0,1% e 4,0% respectivamente.

Já a indústria de transformação, ainda que tivesse um grande peso, reduziu sua participação no valor da transformação industrial (VTI) em termos nacionais, passando de 15,7% para 10,6%. Por outro lado, ela se manteve dinâmica a ponto de ser responsável por um crescimento de 58,5% das ocupações no período. Assim, embora já tivesse participações altas na PEA fluminense e na PEA nacional do segmento, enquanto a primeira aumentou de 21,9% para 24,2%, a segunda diminuiu de 14,5% para 11,6%. Todos esses resultados revelam que, enquanto o desempenho inicial da extrativa mineral tendia a alcançar uma relevância em termos nacionais, a indústria de transformação prosseguia seu desenvolvimento contraditório.

A compreensão disso fica mais clara ao notar que sua evolução apresentou perdas relativas generalizadas no VTI nacional ainda que somadas a moderadas taxas de crescimento entre seus segmentos. Por um lado, houve perdas de participação no VTI nacional em todos os grupos de indústrias divididos por categorias de uso. Por outro lado, embora ela tivesse uma expansão média anual de 4,8%, essa taxa ficou bem abaixo da nacional que foi de 9%. De qualquer forma, houve uma expansão nos mais diversos ramos, como se pode ver na tabela 15 da seção 2.23. Destaca-se que os ramos de BCD+BK obtiveram um bom crescimento real de modo que sua perda relativa fosse minimizada, apesar de outras regiões também terem obtido bons desempenhos. O ramo de Material de Transporte teve um crescimento médio de 13,7% ao ano, o que permitiu um aumento relativo de 11,9% para 13,9%, como se pode ver na tabela 9. Isso foi devido ao programa de desenvolvimento para a Construção Naval posto em prática nesse período. Dessa maneira, essa atividade alcançou uma participação no VTI nacional de 44,3% em 1980. Entretanto, suas encomendas não garantiram que ramos complementares, como o Mecânico e os Materiais Elétricos e Comunicações, não reduzissem sua participação apesar de sustentarem razoáveis taxas de crescimento médio. Cabe ressaltar, que a expansão de Bens de Consumo Durável e Bens de Capital (BCD+BK) não se deveu apenas aos impulsos da Construção Naval, porque houve ainda um pequeno aumento na participação do grupo de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto.

Por outro lado, as maiores perdas relativas justamente se deram na produção de Bens Intermediários (BI) e Bens de Consumo Não Duráveis (BCND), nos quais estavam os principais sustentáculos da dinâmica industrial do estado. Ainda que esse fenômeno possa ser também explicado em parte como reflexo de tendências na média do Sudeste brasileiro, fica explícita a existência de problemas específicos principalmente motivando as perdas relativas na produção de BI.

Afinal, a queda relativa dos BCND é facilmente explicada pelo aumento da concorrência pelo alargamento do mercado interno e o forte aumento das exportações em atividades que o estado não tinha maior especialização (por exemplo, agroindústria) nem uma base significativa de recursos naturais (por exemplo, madeira, calcário, minérios, fumo etc.). Isso se reflete nas taxas de crescimento médio terem sido bastante modestas, apesar de positivas. Assim, como se pode ver na tabela 9, houve fortes perdas em diversos ramos, sendo que a maior foi no ramo de Fumo, caindo de 22,8% para 2,0%. Quanto a isso, Wilson Cano (2007) chama atenção para a decisão do oligopólio do ramo de Fumo em reestruturar e realocar suas fábricas, priorizando áreas como Minas Gerais e a Região Sul do país diante da pesada Guerra Fiscal. Provavelmente porque a renda média não se reduziu abruptamente, a produção de BCND acabou continuando a ser na década de 1970 aquela que mais contribuiu em termos relativos para o VTI nacional. Afinal, diversos ramos ainda permaneceram com participação acima de 10%, sendo que tanto o ramo Farmacêutico quanto o ramo Editorial e Gráfica continuaram a possuir uma participação no VTI nacional próxima dos 30%.

Raciocínio semelhante não pode ser usado para explicar porque a produção fluminense de BI foi aquela que sofreu a maior queda relativa do país, ainda que seus ramos tivessem também uma expansão positiva. Então, essa forte queda pode ser só em parte atribuída aos pesados estímulos dados à produção nacional pelo II PND, e que se tornaram um grande vetor de desconcentração regional. Afinal, é importante ressaltar que além da forte concorrência da produção de outros estados, haviam fortes entraves estruturais para ampliar os encadeamentos produtivos. Isso pode ser percebido no moderado crescimento médio da Metalurgia Básica, mas é particularmente explícito na assimetria entre o crescimento médio da Química (que inclui os ramos Derivados de Petróleo e Álcool, e Outros Produtos Químicos) e dos Produtos de Matérias Plásticas: enquanto a primeira teve uma taxa bem pequena, a segunda teve uma taxa bastante elevada. Dessa forma, ramos relacionados com a produção siderúrgica, que desde a década de 60 já demonstrava esse decréscimo, continuam reduzindo suas participações: uma elevada perda relativa de Produtos de Metal de 16,8% para 9,0%, e uma moderada perda relativa na Metalurgia Básica de 17,9% para 14,3%. Semelhantemente, ramos da química passaram nessa década a ter também reduções significativas nas suas participações

apesar da inicial expansão da extrativa mineral: perdas relativas expressivas em Derivados de Petróleo e Álcool e em Outros Produtos Químicos, caindo respectivamente de 33,7% para 17,0% e de 18,3% para 12,2%; já o ramo de Produtos de Matérias Plásticas teve apenas uma queda pequena de 16,5% para 14,3%.

**Tabela 9 – Participação fluminense no VTI, segundo classes de gênero
(Brasil=100%)**

Gêneros (1)	1970	1980	1985	1996	2005
Bens de consumo não durável:	16,2%	11,2%	9,2%	9,2%	5,7%
Produtos alimentícios (2)	10,7%	6,9%	6,0%	4,06%	2,2%
Bebidas	21,5%	12,4%	8,5%	14,8%	10,7%
Fumo	22,8%	2,0%	1,0%	0,9%	1,1%
Têxtil	11,7%	7,8%	7,1%	3,9%	2,7%
Vestuário e artefatos de tecido	15,5%	12,1%	12,6%	10,9%	7,3%
Mobiliário	15,6%	7,1%	5,9%	3,0%	1,6%
Editorial e Gráfica (3)	29,1%	28,3%	27,9%	18,5%	15,4%
Diversas	14,3%	12,8%	7,6%	13,8%	4,4%
Farmacêuticos e Veterinários	30,4%	28,2%	27,6%	20,8%	14,9%
Perfumaria, sabões e velas	22,8%	16,3%	14,8%	11,8%	7,4%
Couros, peles e calçados	17,3%	8,9%	0,7%	2,8%	0,8%
Bens Intermediários:	16,7%	10,2%	10,6%	10,1%	10,6%
Minerais Não-Metálicos	13,8%	9,6%	6,8%	7,5%	7,1%
Metalúrgica Básica	17,9%	14,3%	14,0%	18,6%	14,6%
Produtos de Metal	16,8%	9,0%	9,0%	9,3%	5,0%
Derivados de Petróleo e Álcool	33,7%	17,0%	12,3%	13,2%	17,7%
Outros Produtos Químicos	18,3%	12,2%	11,6%	8,8%	6,8%
Madeira	4,2%	1,5%	1,5%	1,3%	0,7%
Papel e Celulose	12,6%	8,2%	5,1%	3,7%	2,3%
Borracha	6,0%	5,3%	5,9%	9,9%	7,3%
Matérias Plásticas	16,5%	14,3%	13,0%	7,1%	3,5%
Reciclagem	-	-	-	15,6%	4,7%
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:	12,8%	10,4%	7,8%	3,2%	5,2%
Mecânica (4)	14,4%	8,8%	6,5%	3,5%	3,5%
Máquinas p/ Escrit. e Informática	-	-	-	0,2%	2,7%
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto (5)	15,0%	16,3%	7,7%	8,2%	7,8%
Material Elétrico e Comunicações (6)	11,9%	8,4%	7,2%	3,8%	2,9%
Material Eletrônico	-	-	-	1,0%	0,4%
Material de Transporte (7)	11,9%	13,9%	10,2%	3,3%	7,7%
Veículos Automotores	-	2,7%	1,1%	1,1%	6,3%
Outros Equip. Transporte	-	44,3%	40,7%	23,4%	14,3%
Todos os Ramos	15,7%	10,6%	9,5%	8,1%	7,8%

Fonte: IBGE – Censos Industriais de 1970-1985, e PIAs de 1996 e 2004

Notas: Devido os itens 23 e 30 da PIA de 1996 estarem sigilados para o estado do Rio de Janeiro, usou-se o valor dos itens 23.2 e 30.2 como aproximações. (1) Classificação adaptada à CNAE 85. (2) Inclui Óleos Vegetais, antes incluídos em Química. (3) Inclui Reproduções de Discos e Fitas, antes incluídos em Diversas. (4) Em 1996 e 2004, exclui Máquinas para Escritório e Informática. (5) Inclui Equipamentos antes incluídos em Diversas. (6) Exclui Material Eletrônico em 1996 e 2004. (7) Composto por Veículos Automotores e Outros Equipamentos de Transporte. (-) Não foi possível realizar o cálculo

Apesar desses problemas, é preciso mais uma vez ressaltar que a indústria de transformação fluminense apresentava uma estrutura bastante diversificada. Particularmente, isso era mais presente na cidade do Rio de Janeiro e imediações, onde havia, de longa data, um tecido mais denso de estabelecimentos industriais. Ainda que tivesse uma produção de BCND representativa, ela não se resumia a isso, destacando-se não só em atividades como a Farmacêutica ou Editorial e Gráfica, mas também na Química (dentro do grupo de BI) e, decisivamente, na Construção Naval. Cabe também lembrar o papel diferenciado que teve a cidade do Rio de Janeiro como sede das principais empresas estatais, o que lhe garantiu destaque na coordenação dos principais ramos industriais ligados não só a estrutura produtiva do estado, mas do país. Por outro lado, o interior contribuía com espaços produtivos onde tinha alguns pólos industriais expressivos. Basicamente especializado na produção de BI, detinha indústrias importantes por estarem relacionadas com parcelas primordiais da cadeia Petroquímica e da Grande Siderurgia do país.

O que mais chama atenção, ao longo da década de 70, é uma tendência para o maior desenvolvimento de bens de produção no estado. A estrutura industrial fluminense estava em sintonia com a criação das bases da industrialização pesada nacional e já conseguia obter um bom aproveitamento de alguns segmentos dinâmicos. Dessa maneira, sua concentração seria em ramos que apoiavam as principais tentativas de desencadear a montagem de complexos industriais no estado, como visto: Material de Transporte (basicamente Construção Naval), Metalurgia/Siderurgia e Química. É emblemática a redução na participação da produção de BCND vis-à-vis o aumento de participação da produção de BCD+BK. A tabela 10 mostra que grande parte disso foi devido ao notável desempenho da Construção Naval, que inclusive puxou a Mecânica e os Materiais Elétricos e Comunicações (todos os três aumentaram sua participação na estrutura industrial do estado). Novamente, ressalta-se que o melhor desempenho dessa categoria não se deveu ao impulso apenas da Construção Naval, porque houve também um pequeno aumento na participação do grupo de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto. Por outro lado, alguns segmentos também se destacaram dentro da categoria de BCND: tanto o ramo de Vestuário e Artefatos de Tecido quanto o ramo Editorial e Gráfica também tiveram ganhos relativos.

O bom desempenho de BCD+BK não conseguiu que essa categoria se tornasse a dominante na estrutura industrial. Isso porque o aumento da participação de BI, ainda que de forma modesta, foi o suficiente para sustentar sua importância e alçá-la para a liderança da estrutura industrial. Como se nota na tabela 10, diversos ramos desse grupo tiveram ganhos relativos. Chama atenção os movimentos em sentidos contrários entre os Derivados de Petróleo e Álcool e o grupo de Outros Produtos Químicos, e entre a Metalurgia Básica e os

Produtos de Metal. Esses resultados sugerem que boa parte das dificuldades para fortalecer as bases dos possíveis complexos industriais no estado residia na vulnerabilidade das suas atividades de refino bem como nas atividades siderúrgicas de maior valor por unidade do produto.

Dessa forma, fica claro que a base produtiva fluminense só internalizava alguns segmentos industriais mais complexos. Logo, suas fragilidades mais estruturais permaneciam impedindo a promoção de uma maior competitividade sistêmica via fortes encadeamentos internos. Além disso, é importante destacar mais uma vez a influência do avanço do desenvolvimento econômico brasileiro sobre o processo de industrialização fluminense, pois sua estrutura industrial, além de ter uma distribuição semelhante por categorias de uso, seguiu os principais movimentos ocorridos na média do Sudeste Brasileiro como também na média nacional.

Tabela 10 – Estrutura industrial fluminense por classes de gênero

Gêneros (1)	1970	1980	1985	1996	2005
Bens de consumo não durável:	45,0%	36,2%	32,9%	45,9%	24,0%
Produtos alimentícios (2)	9,8%	7,4%	7,7%	7,2%	4,1%
Bebidas	3,2%	1,4%	1,1%	6,8%	4,1%
Fumo	1,9%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Têxtil	7,0%	4,7%	4,5%	1,7%	0,8%
Vestuário e artefatos de tecido	3,3%	5,6%	4,6%	3,2%	1,4%
Mobiliário	2,0%	1,2%	0,9%	0,5%	0,2%
Editorial e Gráfica (3)	6,9%	7,5%	6,0%	11,7%	6,2%
Diversas	1,3%	2,0%	1,3%	1,5%	0,3%
Farmacêuticos e Veterinários	6,6%	4,4%	5,2%	9,5%	5,5%
Perfumaria, sabões e velas	2,3%	1,3%	1,4%	2,7%	1,1%
Couros, peles e calçados	0,7%	0,4%	0,2%	0,8%	0,2%
Bens Intermediários:	37,7%	39,2%	47,0%	44,7%	61,2%
Minerais Não-Metálicos	5,1%	5,3%	3,1%	3,3%	2,9%
Metalúrgica Básica	8,6%	9,7%	11,9%	12,9%	16,2%
Produtos de Metal	4,3%	3,8%	4,0%	4,6%	2,7%
Derivados de Petróleo e Álcool	8,1%	4,9%	10,2%	9,7%	29,5%
Outros Produtos Químicos	6,2%	9,0%	11,7%	8,0%	6,3%
Madeira	0,6%	0,4%	0,2%	0,2%	0,1%
Papel e Celulose	2,1%	2,4%	1,6%	1,8%	1,1%
Borracha	0,8%	0,6%	1,1%	1,7%	1,2%
Matérias Plásticas	2,0%	3,1%	3,1%	2,5%	1,1%
Reciclagem	-	-	-	0,1%	0,1%
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:	17,1%	24,2%	20,3%	9,5%	14,7%
Mecânica (4)	6,5%	8,4%	6,4%	3,1%	2,6%
Máquinas p/ Escrit. e Informática	-	-	-	0,1%	0,2%
Equip. Médicos, Automação e Cine-Foto (5)	0,5%	0,9%	0,6%	0,9%	0,8%
Material Elétrico e Comunicações (6)	4,1%	5,0%	5,8%	1,3%	0,8%
Material Eletrônico	-	-	-	0,4%	0,1%
Material de Transporte (7)	6,1%	9,9%	7,5%	3,6%	10,2%
Veículos Automotores	-	1,3%	0,6%	1,1%	6,9%
Outros Equip. Transporte	-	8,6%	6,8%	2,6%	3,3%

Fonte: IBGE – Censos Industriais de 1970-1985, e PIAs de 1996 e 2004

Notas: Devido os itens 23 e 30 da PIA de 1996 estarem sigilados para o estado do Rio de Janeiro, usou-se o valor dos itens 23.2 e 30.2 como aproximações. (1) Classificação adaptada à CNAE 85. (2) Inclui Óleos Vegetais, antes incluídos em Química. (3) Inclui Reproduções de Discos e Fitas, antes incluídos em Diversas. (4) Em 1996 e 2004, exclui Máquinas para Escritório e Informática. (5) Inclui Equipamentos antes incluídos em Diversas. (6) Exclui Material Eletrônico em 1996 e 2004. (7) Composto por Veículos Automotores e Outros Equipamentos de Transporte. (-) Não foi possível realizar o cálculo

2.2 A continuação da desconcentração fluminense durante o arrefecimento da desconcentração nacional no período 1980-1989

A partir da década de 80 houve um enfraquecimento da acumulação produtiva nacional, o que levou a sua desconcentração espacial ser arrefecida (principalmente a partir de 1985)²⁹. Aliás, esse processo começou a adquirir um novo perfil, que se tornará preponderante da década de 1990 em diante. No lugar de um processo virtuoso de crescimento econômico generalizado, como reflexo do fortalecimento de cadeias produtivas nacionais e do comércio inter-regional, surgiram diferenciais estatísticos entre crescimentos regionais simultaneamente medíocres, bem como foram buscadas alternativas para os impasses na ampliação do mercado interno através da produção destinada a exportações e da produção energética³⁰. Nessa última, chama atenção o início da consolidação de suas bases no Rio de Janeiro. Contudo, apesar dessa produção ter aumentado bastante na década de 1980, ela ainda não impediu que a economia fluminense sofresse uma severa crise real que assume proporções de crise societária, tendo como características:

“(...) pronunciada decadência e falta de competitividade da indústria fluminense (principalmente quando comparada com a economia paulista); efetiva redução do conjunto dos gastos públicos federais do Estado, como também dos anúncios de gastos futuros; dramático agravamento da questão social; agravamento também dos conflitos de natureza federativa, particularmente dos estabelecidos entre o governo federal e o estadual; e estiolamento “moral” da sua população, particularmente a carioca”.
(NATAL, 2005, p.46)

Dessa forma, com franca dependência de sua capacidade de articulação inter-regional e do gasto público, a economia fluminense sofreu os rebatimentos da perda de dinamismo do capitalismo brasileiro e da ruptura do padrão de financiamento nacional. Portanto, as históricas e acumuladas fragilidades apontadas no capítulo 1, exacerbaram-se com os impactos da recessão econômica no país, com o menor papel estruturante do Estado e com o

²⁹ Como ressalta Wilson Cano (2007), é importante ver os movimentos setoriais muito distintos a nível nacional que ocorreram: crescimento elevado para a extrativa mineral, moderado na agropecuária e nos serviços, e medíocre na indústria de transformação. Assim, por trás desses movimentos em sentidos aparentemente contraditórios, haviam possibilidades, ainda que mais restritas, de continuidade da desconcentração produtiva. Contudo, de uma maneira geral, houve a diminuição dos efeitos impulsionadores de desconcentração diante da estagnação da economia paulista. Por isso, deve-se evitar superestimar a continuidade do movimento confundindo ele com meras flutuações no nível de atividade. Dessa forma, Wilson Cano (2007) alerta para a ocorrência de um efeito estatístico ocasionado por São Paulo ter crescido menos que o resto do país, num contexto que o crescimento nacional foi pífio.

³⁰ O primeiro caso está atrelado à capacidade de resposta a uma demanda externa. Já o segundo caso, estando incluído grupo de insumos de uso generalizado, move-se pelo ritmo de expansão da sua própria capacidade à medida que mantenha uma demanda autônoma de investimentos em relação à demanda corrente (o que em parte ocorreu na exploração do petróleo na Bacia de Campos).

debilitamento do investimento privado. Isso porque, não estando circunscrita a uma economia regional, o que restou das suas articulações e de sua tradicional centralidade já não conseguia amortecer o seu menor dinamismo econômico diante das reduções nas transferências de recursos públicos federais, da transmissão do gradativo debilitamento fiscal e financeiro do governo federal para o governo estadual, das drásticas oscilações de renda agregada, do sucateamento de parte de seu tecido produtivo, bem como da menor capacidade direta de arrasto produtivo paulista.

Como se viu na tabela 1, as perdas de participação relativa da produção fluminense na renda nacional continuaram. Isso se reflete na renda média per-capita fluminense, porque ela continua a se reduzir em termos relativos apesar da taxa de crescimento da população ter sido bem menor que nas décadas passadas (teve uma média de 1,15% ao ano). Isso aparentemente poderia mais uma vez reforçar uma falsa idéia de convergência regional da renda agregada do país, quando, na verdade, demonstra comparativamente o maior tamanho das perdas econômicas do Rio de Janeiro diante de um cenário nacional de crescimento medíocre. Assim, o crescimento médio da renda no estado foi de 0,5% ao ano enquanto a média nacional foi de 2,2%.

Boa parte da explicação de suas novas perdas relativas não poderia, como no caso da década de 1970, ser encontrada nos efeitos da desconcentração produtiva nacional em um cenário de altas taxas de crescimento. Então, a maior vulnerabilidade no esforço de acumulação estadual se deveu principalmente aos impasses para a continuidade do processo de industrialização brasileiro e a impossibilidade de serem encontradas alternativas consistentes para minimizar os efeitos perversos da crise econômica nacional. Soma-se isso às próprias características estruturais da estrutura produtiva fluminense que permitiam um crescimento inferior à média do país durante períodos de expansão, como na década de 1970, e declinavam a taxas maiores em períodos de recessão, como o que está em questão. Afinal, os efeitos da crise econômica nacional se tornaram mais graves em estruturas produtivas de maior dimensão como a fluminense, porque as elevadas oscilações no nível de atividade não foram contrapostas por nenhum acréscimo generalizado de capacidade produtiva. Em um pesado contexto recessivo, nem a complexidade de sua economia urbana pôde oferecer muitas opções. Aliás, tendo uma economia com pouca abertura externa, também não teve um impacto expressivo o forte estímulo que as exportações de produtos básicos tiveram com a estagnação do mercado interno e a momentânea desvalorização cambial entre 1980 e 1985.

2.21 – Agropecuária

Na década de 80, a reestruturação produtiva sofrida a nível nacional permitiu a expansão da fronteira agrícola e a substituição de áreas com cultivos menos rentáveis. A elevação da produtividade obtida a partir disso beneficiou desde regiões com uma agricultura mais avançada até várias partes da periferia nacional. Avesso a esse processo, o setor agropecuário fluminense continuava tendo uma grave decadência. Por um lado, isso era explicado por ele não possuir uma grande produção voltada para exportação, logo, os estímulos do comércio internacional e das desvalorizações cambiais eram reduzidos. Por outro lado, tendo pouca competitividade, sua produção voltada para o mercado interno não aproveitava satisfatoriamente a expansão que já estava bastante dificultada pela deterioração dos salários no período.

Dessa forma, os determinantes de sua derrocada já estavam bem mais evidentes:

- As péssimas condições de vida que levavam a uma destacada migração rural-urbana.
- A pressão urbana sobre o uso do solo face à urbanização acentuada.
- A hegemonia da pecuária extensiva, o que levava a menor utilização de mão-de-obra e a substituição significativa de lavouras por pastagens (grande crescimento das pastagens plantadas).

Os dois últimos determinantes ficam mais claros quando se desmistifica as tendências aparentemente antagônicas na estrutura de propriedade fundiária: concentração em poucos estratos de maior dimensão e multiplicação de pequenas propriedades³¹. Afinal, por um lado havia uma exigência de maior disponibilidade de terras para a pecuária ser realizada ainda de forma extensiva, e, por outro lado, havia uma fragmentação estimulada pela intensa especulação imobiliária nas áreas de perímetro das concentrações urbanas e pela exploração do turismo rural (sítios e fazendas improdutivas, bem como casas de veraneio). É importante ressaltar a baixa capacidade de geração de emprego nas atividades agrícolas, levando a dinâmica do emprego rural ser em boa parte dada pelas atividades não-agrícolas.

Dessa forma, permanece uma estrutura de propriedade fundiária dual: “*de um lado, pequenas propriedades economicamente inviáveis constituem obstáculo para utilização eficiente de terra, de outro o latifúndio por exploração agrava o problema*” (IDEG, 1976,

³¹ Embora extrapole esse período, é importante ressaltar que, em 1995-96, mais de 90% das propriedades eram de menos de 100 hectares e ocupavam um pouco mais de 30% da área total.

p.44). Dito em outros termos, a ocupação consolidada de latifúndios descortina a reduzida proporção de terras tomadas por áreas de lavouras, que geralmente estão associadas a estabelecimentos de menor porte no estado. Esse quadro demonstra que o latifúndio para a pecuária, que surgiu à sombra da agricultura mercantil-exportadora, deu prosseguimento ao fenômeno da “*agricultura itinerante*” (CANO, 2002) mesmo após o término daquela. Por conseguinte, o acesso à terra e a elevação de renda de numerosos agricultores são limitados a passo de uma elevada ociosidade (baixos rendimentos médios) e, conseqüentemente, um mal aproveitamento de áreas aptas e não cultivadas num estado que já sofre de áreas agricultáveis limitadas por suas características físicas³².

Essas difíceis condições pioraram ainda mais com a forte contração do crédito rural e dos subsídios a partir da década de 1980. Ressalta-se que esse problema ganha maior dimensão para pequenas produções, como aquelas de muitos agricultores fluminenses. Entretanto, o problema foi de caráter geral, havendo uma drástica queda dos estabelecimentos que obtiveram financiamento no estado a partir de então. Assim, se os estabelecimentos contemplados eram cerca de 13,8% em 1980, já eram apenas 1,3% em 1995/96.

Além disso, correlacionando o assimétrico regime de propriedade com a utilização de equipamentos agrícolas e outros métodos tecnológicos rudimentares, encontra-se a justificativa para a baixa produtividade do trabalho nesse setor. Isso indica os limites para uma maior reestruturação produtiva como a realizada em outros estados. Como mostra a tabela 11, na utilização de máquinas e instrumentos, somente chama atenção a utilização um pouco mais expressiva de tratores depois de 1985. Já nos métodos tecnológicos, embora haja um crescimento de todos os indicadores listados, é importante ponderar que eles não conseguiram alcançar maior parcela da área total. Em especial, a continuidade na baixa conservação do solo é um dado muito preocupante. Por isso que as dificuldades econômicas que vinham sofrendo boa parte da população rural no estado deviam-se mais a escassez de oportunidades em um meio atrasado do que o efeito de uma possível reestruturação produtiva.

³² Como exemplo das limitações físicas, poderia se mencionar o relevo acidentado e montanhoso que praticamente só permite alguns bolsões de atividade agrícola concentrada, e a baixa fertilidade de parte dos solos herdada das técnicas predatórias utilizadas nos ciclos históricos de cultura de exportação.

Tabela 11 – Proporção (%) de estabelecimentos agropecuários que utilizam equipamentos agrícolas e métodos tecnológicos

Tipo	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Tratores	3,3	4,7	8	7,4	11,5
Máquinas p/ plantio	-	-	1,6	1,4	1,7
Máquinas p/ colheita	1,4	0,6	0,8	0,5	0,8
Arados de tração animal	13,8	13,2	12,1	11,3	10,2
Arados de tração mecânica	2,5	3,6	5,8	4,3	6,6
Uso de irrigação	6,1	12,6	15,4	18,5	21,7
Uso de defensivos	-	50,2	-	50,3	76,5
Uso de adubos e corretivos	23,7	26,5	-	36,2	51,1
Uso de práticas de conservação do solo	-	7,3	-	7,8	12,1

Fonte: IBGE – Censos Agrícolas

Nota: (-) dados não disponíveis

Afinal, entre 1980 e 1989, o quadro de estagnação do setor se confirmou. Apesar de apresentar uma taxa de crescimento médio positiva, ela foi apenas de 1,4% enquanto a brasileira foi de 3,2%. Por isso não foi surpresa que ainda houvesse uma ligeira redução na sua importância nacional e na sua contribuição para o PIB estadual, mesmo ambas já sendo muito pequenas. Por outro lado, embora a participação na PEA do país ficasse igual entre 1980 e 1991, houve também uma ligeira queda da participação na PEA estadual.

Cabe ressaltar que para analisar especificamente a evolução do setor na década de 1980, houve sérios problemas metodológicos pela lacuna deixada entre o Censo Agrícola de 1985 e o Censo Agrícola de 1995/96. Dessa maneira, foi possível realizar uma análise desagregada somente entre 1980 e 1985. Voltando-se as tabelas 4 e 5, poucas alterações são percebidas tanto na participação na área ocupada do país quanto na participação na área ocupada do estado. De mais significativo, apenas a importância da horticultura foi reforçada em ambas as dimensões. Destaca-se também que os incentivos ao cultivo de cana-de-açúcar não impediram perdas relativas tanto a nível nacional como estadual.

Nesse ponto, é preciso lembrar que São Paulo consolidou-se como centro dinâmico da agroindústria sucro-alcooleira nacional. No bojo desse processo, Rosélia Piquet (2003, p.223) sublinhou que, durante o programa federal Pró-Álcool, ocorreu “*a passagem de boa parte das usinas do norte-fluminense para empresários externos à região, mais interessados na aquisição das “quotas de produção” das usinas, do que em suas instalações industriais, a maioria já ultrapassadas tecnologicamente*”³³. Por conseguinte, assumindo definitivamente uma posição subordinada perante a modernização paulista, a participação fluminense na

³³ É preciso lembrar que na época a atividade sucro-alcooleira era protegido pelo Estado, o que levava principalmente os produtores paulistas para ampliar a sua quota de produção adquirirem usinas fora do estado, muitas vezes as fechando.

produção nacional de álcool cai de 6,0% para 1,4% entre 1976/78 e 1990/91 (PACHECO, 1998, p.106).

2.22 – Serviços

O fato de a economia fluminense possuir um setor serviços expressivo não é um indicador de desenvolvimento, necessariamente. Isso ficou claro em um período de recessão como a maior parte da década de 1980. Sendo exigido o desempenho de uma função acíclica, o setor respondeu de uma maneira pouco dinâmica. Isso aconteceu porque:

“Na realidade, a presença de um setor serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Em outras palavras, um setor serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica”. (MELO e MARQUES, 2005, p.178)

Portanto, uma séria crise econômica somada aos problemas estruturais relacionados a incapacidade de maior absorção de mão-de-obra na agropecuária e na indústria de transformação redundaram em um “terciário inchado” que significou uma situação de sub-emprego e de exclusão social. Apesar dessa “inchação” favorecer uma funcionalização da pobreza ao baratear a força de trabalho, não impediu que o setor serviços reduzisse sua capacidade de realimentar dinamicamente o resto da economia. Dito em outras palavras, vai se tornando uma “válvula de escape” para o arrefecimento da acumulação produtiva e a degradação do mercado de trabalho, porém sem ocultá-los. Ressalta-se que esse foi um fenômeno que teve fortes características nacionais.

- O setor serviços visto pela ótica da renda

Avaliando o desempenho do setor pela ótica da renda, nota-se que sua taxa de crescimento médio foi de apenas 2,7%, apesar dela ser próxima à média nacional de 3,1%³⁴. Por conseguinte, houve uma redução de sua participação relativa no PIB brasileiro do setor, passando de 18,2% para 14,5%. Portanto, sua expansão não impediu que o setor continuasse a

³⁴ Chama-se atenção mais uma vez para a subestimação do setor terciário com base em dados obtidos pelas Contas Regionais. No período 1980/1989, esse efeito parece ter afetado bastante o cálculo da taxa de crescimento médio pelo método utilizado (ver nota 2). Então, foi estimada a taxa de 2,7% pela variação do PIB do setor de serviços a preços constantes de 2000.

perder relevância nacional, espelhando o longo processo de descenso relativo da sua economia.

As participações de seus principais segmentos na produção do país tiveram reduções consideráveis, como visto na tabela 6. Cabe ressaltar que, excetuando o Comércio e o agregado Transporte e Comunicações, somente se pode atribuir parcialmente essas perdas relativas ao maior crescimento da urbanização em outras regiões da periferia nacional. De fato, era o maior debilitamento da estrutura produtiva fluminense que atingiu o setor serviços de maneira sistêmica, reduzindo ainda mais seu peso nacional nos mais diversos segmentos. Por outro lado, já estava completamente clara a perda da noção de “capitalidade”, o que corroborou para o Rio de Janeiro ser o maior perdedor nacional nos segmentos de Instituições Financeiras e de Administração Pública. Cabe lembrar que essa noção de “capitalidade” garantia a ele maior complexidade. Com sua perda tornando-se indiscutível, dificilmente o setor serviços poderia ser considerado um forte eixo dinâmico da economia do estado (em especial, da economia metropolitana), mas sim uma destacada “válvula de escape” com resultados socialmente problemáticos.

No entanto, a redução da participação relativa no PIB estadual de 66,5% para 62,6% provavelmente se deveu à forte expansão da extrativa mineral. Isso fica claro ao se notar a permanência da histórica relação assimétrica entre produção física e de serviços. Portanto, o freio que esse fenômeno provocava na acumulação interna tornou-se mais intenso em um período de pesada crise econômica, prejudicando inclusive o próprio desempenho do setor diante da maior gravidade da heterogeneidade estrutural.

Por isso, é importante não incorrer em uma falsa interpretação pelo peso das Instituições Financeiras e da Administração Pública no PIB fluminense. Como visto na tabela 7, a participação relativa das primeiras mais que duplica no PIB estadual e a participação relativa da segunda volta a subir. Quanto ao primeiro caso, isso ocorre porque é um período altamente inflacionário, no qual também há um enorme gasto com juros face o crescente aumento da dívida pública. Além disso, é um período em que se inicia também um processo de automação, o que ainda permitiu uma expansão em termos reais. No entanto, não desconsiderando que as Instituições Financeiras mantinham parte da sua importância na economia fluminense, começou a ficar mais visível uma maior concentração do mercado financeiro nacional em São Paulo. Esse fato se somaria à transferência que já vinha se realizando de importantes parcelas do segmento para o Distrito Federal. Da mesma forma, não se deve interpretar que estivesse ocorrendo um fortalecimento do papel econômico da Administração Pública. Afinal, essa maior expansão do segmento ocorreu nacionalmente, não sendo uma especificidade da economia fluminense. Como motivo para isso, em um período

que não aumentou carga tributária, seria o aumento do volume de gastos correntes do governo pelo pagamento de juros³⁵.

Novamente se considerou uma estrutura ajustada do setor mantendo a separação dessas duas variáveis. Como se observou na tabela 8, houve transformações qualitativas através das quais algumas atividades tradicionais perderam participação relativa, como é o caso do Comércio. Ao se analisar Transportes e Comunicações ainda de forma agregada, eles mantêm juntos sua participação, indicando que a recessão limitou seu maior avanço. Contudo, sendo possível a partir de 1985 analisá-los desagregadamente, nota-se uma tendência de queda na participação dos Transportes. Ademais, a dinâmica da estrutura de serviços esteve mais ligada à prestação de serviços de maneira que continuou mais concentrada nos serviços sociais e pessoais que nos serviços de produção e distribuição. A própria expansão expressiva dos Aluguéis, além de refletir os problemas inflacionários, certamente foi favorecida pelo agravamento do déficit em moradias em vista da urbanização fluminense ter sido bastante concentrada³⁶.

Quanto aos outros serviços, percebe-se uma tendência de queda, em certa medida estranha, ao analisá-los de forma agregada. Para tornar mais explícito esse estranhamento, foram analisados também de forma desagregada, o que foi possível apenas a partir de 1985. Assim, Serviços Médicos e Ensino tiveram um aumento de participação relativa, o que é compatível com o aumento da demanda em vista da complexidade do processo de urbanização. Por outro lado, apenas com pequenos ganhos ou perdas, seguiram a evolução média os segmentos: Alojamento e Alimentação, Domésticos Renumerados e o resíduo do setor (incluindo reparação, conservação, higiene pessoal, diversões, cultura etc.). O início de uma tendência de redução desse último não causa surpresa em vista do maior desempenho dos demais segmentos, o que indica mais uma redistribuição estatística e não uma redução de sua contribuição na prestação de serviços, já que teve um crescimento de 31,9% entre 1985 e 1989. Porém parece muito estranho, como também avaliou Wilson Cano (2007), uma sugerida tendência nacional de queda no peso dos Domésticos Renumerados. Uma tentativa de interpretar isso seria considerar, além de uma piora progressiva dos salários e do notório efeito das taxas de inflação, um crescimento negativo de sua produção no período 1985-1989 (-3,8%).

³⁵ Wilson Cano (2007) aponta também uma descentralização dos recursos tributários na qual houve o aumento das receitas e gastos nos outros níveis de governo (estadual e municipal) diante mudanças na legislação. Os efeitos disso ficaram claros após a constituição de 1988.

³⁶ Além disso, como sublinha Wilson Cano (2007), são mais concentrados nos maiores centros urbanos também os aluguéis de bens móveis, como automóveis, o que reforça os efeitos sobre a evolução dessa variável na área metropolitana do estado.

- O setor serviços pela ótica do emprego

Para completar a avaliação do setor serviços na década de 1980, resta ainda realizar uma análise pela ótica do emprego a partir dos Censos Demográficos³⁷. Chama atenção que 88,6% da expansão da PEA estadual foram neles (maior do que na média brasileira que foi de 83,3%). Ressalta-se que foi significativa a expansão tanto no Comércio como nos Domésticos Remunerados, respectivamente 58,1% e 19,8%. Contudo, apesar de eles representarem 27,7% e 9% da expansão total da PEA, não houve apenas a precarização do mercado de trabalho regional. Afinal, ocupações administrativas junto como as ocupações técnicas, profissionais e científicas responderam ainda por 37,5% dessa mesma expansão.

Quanto à participação na PEA nacional, ela foi reduzida de 14,6% para 12,1% entre 1980 e 1991. Destaca-se que todos os segmentos tiveram perdas relativas, como mostra a tabela 12. Novamente, também pela ótica do emprego, revelou-se um caráter sistêmico para sua retração na participação total que, aliás, foi a maior do país, caindo de 14,6% para 12,1%.

Tabela 12 – Participação fluminense no emprego terciário nacional, período 1980-1991 (Brasil=100%)

	1980	1991
Comércio	12,1%	10,8%
Transportes	15,5%	12,6%
Comunicações	20,6%	16,2%
Instituições Financeiras	16,3%	13,7%
Alojamentos e Alimentação	15,4%	13,1%
Aluguéis	17,3%	15,2%
Administração Pública	16,8%	11,9%
Serviços Médicos e Ensino	13,7%	11,8%
Domésticos Remunerados	14,6%	11,7%
Serviços de Apoio as Atividades Econômicas	16,0%	13,3%
Outros Serviços Diversos ^(*)	14,6%	13,0%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Nota: ^(*) Calculado por resíduo

Todavia, a PEA estadual aumenta mais sua concentração no setor serviços, subindo de 71,4% para 72,3%. Apesar disso, fica evidente que as transformações ocorridas não podem, como na década anterior, serem basicamente atribuídas a uma urbanização consolidada, mas justamente pela “inchação” e o caráter de “válvula de escape” já mencionados.

³⁷ Para isso, foi necessário se estender a análise até 1991 em vista do intervalo desigual entre os Censos Demográficos.

A partir da tabela 13, podemos ainda ter uma noção da estrutura do emprego terciário. Por um lado, tivemos aumentos em segmentos como: Comércio, Serviços Médicos e Ensino, bem como Alojamento e Alimentação. Por outro lado, tivemos quedas pronunciadas em Transportes, Comunicações, Administração Pública, e Domésticos Remunerados. Já Instituições Financeiras tiveram uma queda modesta apenas, o que reflete o processo mais amplo de automação e disfarça a espiral inflacionária e os altos juros reais. Dessa forma, a evolução da estrutura do emprego terciário fluminense foi semelhante às principais modificações apontadas para as mais diversas economias regionais do país por Wilson Cano (2007). Isso demonstra que, em um momento de forte crise econômica, houve uma forte correspondência entre os limites da dinâmica nacional e a evolução do mercado de trabalho fluminense.

Tabela 13 – Estrutura do emprego terciário fluminense, período 1980-1991

	1980	1991
Comércio	17,8%	20,5%
Transportes	8,9%	7,4%
Comunicações	1,6%	1,0%
Instituições Financeiras	4,7%	4,6%
Alojamentos e Alimentação	5,0%	6,6%
Aluguéis	1,2%	0,9%
Administração Pública	10,5%	8,5%
Serviços Médicos e Ensino	12,5%	14,1%
Domésticos Remunerados	13,1%	12,1%
Serviços de Apoio as Atividades Econômicas	6,1%	6,4%
Outros Serviços Diversos ^(*)	18,6%	18,8%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Nota: (*) Calculado por resíduo

2.23 – Indústria

Com a crise profunda da economia nacional, a estrutura de gastos produtivos ficou retraída. Isso levou ao surgimento de pontos de insuficiência dinâmica nos quais foram ganhando amplitude as vulnerabilidades da estrutura industrial fluminense. Somam-se a isso, as dificuldades para ocorrerem articulações políticas capazes de efetivar ações estratégicas mais amplas que a mera reestruturação defensiva que atingiu diversos ramos destacados de sua composição. Dessa maneira, a indústria de transformação fluminense passa a sofrer um processo de profundas mudanças, sendo negativas na maioria. Em um vetor de perdas se insere:

- O sucateamento e um quadro substancial de demissões na indústria de Material de Transportes. Além do fim da FNM, iniciou-se uma crise severa e de longa duração na Construção Naval diante de seu desfinanciamento (a gama de incentivos públicos minguou).
- Os impasses para a expansão da Siderurgia com o elevado endividamento imposto as empresas estatais como forma de pagar os serviços da dívida externa nacional, além do adiamento de planos de expansão e desativação de algumas linhas de produção.
- A inviabilização do pleno desenvolvimento da Petroquímica.
- A desestruturação (e possível transferência para outros estados) de diversos empreendimentos que sustentavam anteriormente uma ampla diversificação de atividades voltadas para o mercado metropolitano.

Dessa forma, a indústria de transformação, além das dificuldades para apropriar-se concretamente de segmentos da ponta tecnológica no grupo de BCD+BK, foi perdendo sua capacidade de gerar um dinamismo econômico mais generalizado. Reflexo disso é sentido no mercado de trabalho, porque, além de continuar caindo sua participação na PEA nacional, passa a cair também na PEA estadual. Apesar disso, ela ainda representava 21,2% da estrutura produtiva estadual em 1989.

Inversamente, a extrativa mineral surpreende com uma performance que iria gradualmente transformá-la em um dos principais sustentáculos da economia estadual na década seguinte. Para melhor compreensão disso, é preciso destacar seu salto positivo na participação relativa nacional, passando de 4,2% para 50,5% no período 1980/1985. As adversidades no período 1985/1989, que levaram ela a cair para 40,2%, não reduzem a relevância desse movimento. Essas adversidades se deveram principalmente a não sustentação dos preços internacionais do petróleo. Apesar desses problemas, destaca-se que a produção fluminense superou o Nordeste na liderança nacional da extrativa mineral, refletindo diretamente o desempenho da sua produção de petróleo e gás natural. Como pode ser visto na tabela 14, ela aumentou enormemente sua participação em ambas atividades na primeira metade da década, e teve um ganho de participação mais modesto na outra metade.

Tabela 14 – Participação fluminense na produção nacional de petróleo e gás natural, período 1980-2006

Ano	Petróleo	Gás Natural
1980	15,7%	8,0%
1985	60,6%	35,3%
1990	63,3%	41,2%
1995	67,6%	39,0%
2000	79,6%	43,1%
2006	84,2%	46,4%

Fonte: ANP – Anuário estatístico e NUSEG-UERJ – Balanço Energético do Rio de Janeiro (1998).

Contudo, por ser uma atividade pouco intensiva em mão-de-obra, ela representou apenas 0,5% da expansão da PEA estadual, alterando muito pouco sua participação nela. Mesmo assim, suas ocupações se expandiram em 67,5%. Dessa maneira, aumentou sua participação também na PEA nacional, já passando para 7,0% desta última.

Por outro lado, se essa evolução da extrativa mineral permitiu a economia estadual manter uma grande relevância na produção nacional, isso não a dinamizou significativamente na década de 1980. Afinal, a participação da extrativa mineral na estrutura produtiva fluminense ainda era modesta, tendo reversões diante das adversidades mencionadas na segunda metade da década (voltando de 12,4% para 3,7% no período 1985/1989). Como será visto mais detalhadamente a seguir, ficou explícito um esvaziamento econômico generalizado diante da falta de recuperação de sua indústria de transformação.

Adverte-se que, nesse período, há sérios problemas metodológicos para análise estrutural e da participação regional dessa última. Não se teve mais Censo Industrial após 1985, ficando uma lacuna em parte superada pelas PIAs somente partir de 1996. Isso tornou necessário dividir a análise em dois movimentos: o primeiro, examinando as principais mudanças entre 1980 e 1985 na qual ainda se podia recorrer ao censo; e o segundo, usando fontes como as séries da produção física para todo o período desta seção.

- Indústria de transformação no período 1980-1985

Esse período foi bastante conturbado, marcado por uma depressão econômica entre 1980 e 1983 e o recrudescimento do processo inflacionário. Soma-se a isso, a crise do Estado, o que reduz profundamente sua capacidade de desempenhar um papel estruturante. Dessa maneira, ele foi marcado pela redução dos níveis de investimento, o que inibiu transformações estruturais de maior expressão na economia nacional. Apesar de toda a indústria de transformação brasileira ter baixo dinamismo, a indústria de transformação fluminense, tendo uma taxa de crescimento média negativa de 2,9% ao ano, voltou a apresentar um retrocesso

relativo. Analisando em conjunto a tabela 9 e a tabela 15 (esta última disposta na subseção a seguir), houve perdas relativas de uma forma quase generalizada em um cenário de baixo dinamismo.

Ademais, somente o grupo de BI consegue ainda ter um ganho modesto de participação no VTI nacional entre os grupos de indústrias divididos por categorias de uso. É importante ressaltar que isso não foi apenas efeito da expansão das exportações no período, porque a produção fluminense permanece sendo mais de 10% da produção nacional de BI até os últimos anos. Mesmo assim, quase todos os seus principais ramos tiveram taxas de crescimento médio negativas (no caso de Minerais Não-Metálicos, a regressão foi bastante elevada). As únicas exceções foram a Borracha e os segmentos da Química (que inclui Derivados de Petróleo e Álcool) que tiveram desempenhos positivos associados à vigorosa produção energética³⁸. Aliás, apenas o ramo da Borracha teve um ganho relativo mínimo nesse grupo de indústrias.

Quanto ao grupo de BCND, praticamente todos os seus ramos perderam participação no VTI nacional como reflexo de suas taxas de crescimento médio negativas. A única exceção foi o ramo de Vestuário e Artefatos de Tecido que teve um ganho de participação mínimo. Sublinha-se que, além do crescimento mais amplo da Guerra Fiscal e da manutenção de um sistema de incentivos para as Regiões Norte e Nordeste do país, o duro impacto da crise do mercado interno foi um importante determinante. No entanto, mais uma vez é preciso lembrar que se mantiveram ainda algumas importantes participações: tanto o ramo Farmacêutico quanto o ramo Editorial e Gráfico continuaram a possuir uma participação no VTI nacional próxima dos 30%. Mesmo assim, houve diversas perdas relativas expressivas, sendo que a mais profunda ocorreu em Couros e Peles a ponto de reduzir sua participação para menos de 1,0%.

O pior desempenho do grupo de BCD+BK foi grave. Todos os segmentos reduziram sua participação no VTI nacional. Em alguns casos essa perda relativa foi bastante forte, como no conjunto de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto afetado pela Zona Franca de Manaus. Por outro lado, diversos ramos tiveram taxas de crescimento médio muito negativas (destaca-se a gravidade da situação de Material de Transportes).

Apesar de não estar ocorrendo uma desestruturação generalizada da indústria fluminense, sua tendência de esvaziamento já era pronunciada. Isso é confirmado pela evolução de sua estrutura, segundo categorias de uso: continuou aumentando a concentração

³⁸ Os ramos Derivados de Petróleo e Álcool e Outros Produtos Químicos quando analisados isoladamente, tiveram perdas relativas. Contudo, se eles forem agregados passam a ter também um ganho relativo nesse período. Isso demonstra que a maior relevância que ganhou as atividades químicas no grupo de BI, provavelmente por reflexo do desempenho da atividade petrolífera, é minimizada quando se faz uma análise mais detalhada.

em BI e a desconcentração em BCND, porém, diferentemente da década anterior, o grupo de BCD+BK reduz sua participação relativa. Esses resultados são bastante preocupantes porque foi dentro do grupo de BCD+BK que houve o início da desestruturação de importantes ramos, como Mecânica e Material de Transporte. Apenas Material Elétrico e Comunicações conseguiu ainda sustentar sua participação relativa. Cabe lembrar que esse grupo de indústrias estava tendo significativos ganhos estruturais na década anterior.

Todavia, a contribuição da estrutura produtiva fluminense no desenvolvimento de bens de produção foi resguardada no que se refere a alguns insumos básicos. Destaca-se o grande salto positivo dado pelo ramo de Derivados de Petróleo, dobrando sua participação relativa. Por outro lado, a Metalurgia Básica e Outros Produtos Químicos continuaram aumentando sua participação, bem como, Produtos de Metal recuperaram parte da perda relativa que tiveram na década anterior, como foi visto na tabela 10. Ainda que esses resultados fossem coerentes com algumas das principais tentativas de montagem de complexos industriais no estado, esses projetos demonstravam-se mais difíceis no contexto da grave contração econômica agregada.

É importante também ressaltar que a redução do peso relativo do grupo de BCND não indicava um avanço da estrutura industrial como antes. Percebendo que isso foi um movimento que ocorreu na maioria das mais diversas estruturas regionais, Wilson Cano (2007) apontou que sua causa foi a crise econômica nacional. Nesse grupo, apenas o ramo de Produtos Farmacêuticos teve um aumento de participação significativo.

- Indústria de transformação no período 1980-1989

É inegável que a estagnação atingiu de sobremodo a estrutura industrial fluminense, como confirma a tabela 15 mais adiante. No entanto, duas exceções precisam ser feitas aos períodos 1985/86 e 1988/89, porque neles ocorreu uma recomposição parcial da renda interna e do emprego a nível nacional impactando positivamente o setor industrial fluminense. Dessa forma, a indústria de transformação nesse estado teve uma perda de participação relativa no VTI nacional, caindo de 10,6% para 9,5% no período 1980/1985, mas que foi minimizada pelos breves surtos de recuperação no período 1985/1989, de maneira a voltar para 10,3%³⁹. Portanto, os resultados da segunda metade da década de 1980 foram bem melhores, tendo a indústria de transformação fluminense uma taxa de crescimento médio de 4,9% ao ano.

Destaca-se que, apesar de alguns ramos continuarem a apresentar taxas de crescimento

³⁹ Esse último valor foi estimado por Wilson Cano (2007) com base na evolução da produção física (IBGE – Pim-Pfs) com coeficientes de ponderação de 1985 para 1989.

médio negativas (inclusive Materiais de Transporte), muitos voltaram a expandir-se. No entanto, a expressividade de alguns resultados alcançados pareceu estranha, como é o caso de Fumo, Produtos de Matérias Plásticas e Materiais Elétricos e de Comunicação (que inclui Materiais Eletrônicos). Isso porque, segundo Wilson Cano (2007), o Rio de Janeiro foi um dos maiores perdedores na desconcentração produtiva a nível nacional ocorrida nessas atividades. Por conseguinte, esses resultados sugerem que as flutuações no nível de atividade foram bastante intensas. De toda forma, nota-se que as breves recuperações que se sucederam não foram circunscritas as “indústrias leves” de BCND, mas afetaram positivamente todos os grupos de indústrias por categorias de uso final.

Tabela 15 – Taxas de crescimento médio da indústria de transformação fluminense, período 1970-1989

	1970/1980	1980/1985	1985/1989	1980/1989
Bens de consumo não durável:				
Farmacêutica	-	-	8,4%	-
Perfumaria, sabões e velas	-	-	3,7%	-
Têxtil	1,1%	-4,0%	-3,3%	-3,7%
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,0%	-6,9%	-4,0%	-5,6%
Alimentos	1,7%	-3,4%	2,0%	-1,0%
Bebidas	3,0%	-8,4%	12,5%	1,5%
Fumo	-	-	8,9%	-
Bens Intermediários:				
Produtos de Matérias plásticas	10,9%	-2,5%	10,8%	3,9%
Borracha	8,8%	1,6%	-	-
Minerais não metálicos	6,0%	-10,2%	5,8%	-3,4%
Metalurgia básica	5,3%	-1,0%	4,7%	1,5%
Papel	2,3%	-6,3%	-3,4%	-5,0%
Química	1,5%	7,9%	3,1%	5,7%
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:				
Mecânica	6,5%	-10,9%	-	-
Material Elétrico e de Comunicação	8,6%	-4,1%	29,0%	9,4%
Material de Transporte	13,7%	-12,2%	-0,9%	-7,3%
Indústria de Transformação¹	4,8%	-2,9%	4,9%	0,5%

Fonte: IBGE – Pim-Pfs e Pacheco (1998, p.130-132)

Notas: (1) inclui ramos não computados acima. (-) Não foi possível o cálculo

Apesar desse melhor desempenho na segunda metade da década de 1980, o resultado para a década como um todo foi bastante ruim. A indústria de transformação fluminense teve uma taxa de crescimento médio de apenas 0,5% ao ano. Além disso, as perdas de participação relativa na produção nacional se tornaram absolutas em diversos segmentos. Novamente, a tabela 15 indica essa maior debilidade. Contudo, diferenças importantes são reveladas ao se

comparar a expansão dos ramos industriais fluminenses com o desempenho na média nacional: atividades como Metalúrgica Básica e Química (que inclui Derivados de Petróleo e Álcool) tiveram taxas de crescimento médio superiores⁴⁰. Isso demonstra que segmentos em pontos-chaves da estrutura industrial fluminense ainda sobressaíam em termos nacionais, reconcentrando-se.

Dessa forma, mesmo sendo limitada a capacidade de resposta em um cenário de esvaziamento econômico, o grau de diferenciação da indústria de transformação fluminense demonstra que ela não tinha perdido sua sintonia com algumas prioridades da industrialização pesada do país. Contudo, justamente por estar seus principais determinantes ligados a dinâmica nacional, a grave crise econômica amplia suas dificuldades a ponto de interromper parte do sentido progressivo que já estava adquirindo a acumulação estadual. Assim, com exceção de uma moderada capacidade de resposta à atividade petrolífera, foi impedido um avanço mais significativo de seu processo de industrialização como o que estava sendo realizado até a década anterior.

⁴⁰ Os ramos de Produtos de Matérias Plásticas e Material Elétrico e de Comunicação também tiveram taxas de crescimento superiores. Contudo, grande parte disso se deveu às elevadas taxas obtidas na segunda metade da década de 80. Como já comentado antes, há um estranhamento pela magnitude dessas variações que se demonstram inclusive muito maiores que o desempenho nacional em um período que não houve nenhuma transformação estrutural de monta nesses ramos na economia fluminense. Supondo que isso reflete grandes flutuações no nível de atividade, devem ser interpretados com cautela.

Capítulo 3 – Análise das principais transformações na agropecuária e nos serviços fluminenses, período 1989-2006

O longo período entre 1989 e 2006 foi marcado pela continuidade de alguns determinantes críticos e pelo surgimento de outros. Por um lado, permaneceram as crises do Estado⁴¹ e do padrão de acumulação nacional herdadas da década de 1980. Por outro lado, apareceram novas questões decorrentes da globalização e das políticas neoliberais postas em curso. Após a forte recessão entre 1989 e 1993, houve um crescimento médio anual somente um pouco maior que a pífia expansão anterior. Sendo assim, a esperança de um novo período de crescimento elevado a partir do Plano Real em 1994 foi uma ilusão estimulada pelos resultados imediatos da política de estabilização. Diversos problemas permaneceram ou surgiram: juros elevados, câmbio valorizado e política econômica contracionista resultaram no enorme avanço da dívida pública interna, na abertura externa abrupta, na semi-estagnação da economia. Por conseguinte, as trajetórias de crescimento se tornaram ciclotímicas e sem regularidade. Esse quadro não se alterou mesmo com os resultados positivos nos mercados externos desde o fim da crise cambial, ainda reforçados pelo efeito “China” a partir de 2003 e pelo aumento do crédito ao consumidor durante o último governo federal. Afinal, as taxas de investimento público e privado permaneceram bastante modestas, impedindo uma expansão econômica generalizada, o que revela o debilitamento do processo de industrialização nacional.

Enquanto a demanda agregada permaneceu pouco estimulada e a integração do mercado nacional foi colocada mais à margem da agenda política, os focos de dinamização que se destacaram ficaram basicamente restritos à competitividade das exportações⁴² e a uma expansão agrária e mineral (incluindo a exploração de petróleo). Assim, seus efeitos não foram capazes de repercutir em benefícios para os maiores espaços regionais, de impedir a quebra de importantes cadeias produtivas e o fechamento de plantas ou linhas de produção, bem como de oferecer novas perspectivas diante dos graves problemas sociais e urbanos das regiões metropolitanas. Todavia, ainda que desarticulada, a desconcentração produtiva em termos nacionais retornou a partir da segunda metade da década de 1990, como foi visto na tabela 1. Dessa forma, ela contrabalançou um pouco os sérios problemas derivados da insistência na aplicação de políticas neoliberais, apesar de não ter reduzido a extrema

⁴¹ Essa crise foi amplificada pelo fim das políticas regionais e nacionais de desenvolvimento e pelo recrudescimento da perversa guerra fiscal no período. Além disso, destaca-se que continuou sendo transmitido para as outras unidades de governo o aumento da deterioração fiscal e financeira do governo federal.

⁴² Ressalta que as exportações não foram apenas de produtos básicos, mas também de semimanufaturados e manufaturados industriais, predominantemente de baixo e médio valor agregado.

desigualdade social e econômica em termos da média nacional⁴³.

No bojo desse processo, a economia fluminense passa por uma inédita inflexão econômica positiva na antiga trajetória de perdas relativas, passando sua participação na renda nacional de 11,4% para 12,7% entre 1995 e 2004. Isso ocorreu graças a alguns pólos industriais em franca expansão no interior do estado. Contudo, os motivos específicos que levaram a gravidade do esvaziamento econômico na década de 1980 não foram superados, ocorrendo apenas o ocultamento parcial de suas vulnerabilidades estruturais novamente. Por outro lado, os efeitos perversos das políticas neoliberais, que mantinham a economia nacional semi-estagnada, rebatiam diretamente na sua estrutura produtiva por ser caudatária da economia paulista, e, conseqüentemente, bastante suscetível à queda dos investimentos. Dessa maneira, como concluiu Jorge Natal (2005), o período recente não pode ser considerado para a economia fluminense uma fase de expansão “espetacular”, capaz de gerar maiores determinantes para uma forte dinâmica sustentada. Afinal, entre 1989 e 2004, ela teve um crescimento médio de 1,4% ao ano enquanto a média nacional foi de 2,4% ao ano⁴⁴.

Por isso, deve ser visto com cautela o significado de ter ultrapassado São Paulo como a segunda renda média *per capita* do país, como mostrou a tabela 2. Isso porque continuou baixa a taxa de crescimento de sua população (média de 1,3% ao ano). Por outro lado, Wilson Cano (2007) chamou atenção que dados de renda média não permitem uma avaliação segura da convergência em termos regionais em meio de um cenário de baixo crescimento econômico, como marcou o período recente. Afinal, é importante lembrar que a maior complexidade da estrutura produtiva paulista permitiu que ela permanecesse como o núcleo dinâmico da economia nacional. Então, devido às adversidades próprias da crise econômica brasileira atingirem mais a economia de São Paulo, pode estar sendo superestimada a representatividade da economia fluminense. Como pode se verificar no gráfico 1, houve uma significativa discrepância entre a melhor evolução do PIB *per capita* e o desempenho da renda domiciliar *per capita*⁴⁵. Segundo André Urani (2007), essa discrepância seria muito mais acentuada se as aposentadorias e pensões não tivessem desempenhado um papel amortecedor (aumentaram sua participação nessa última de 22,8% para 29,1% entre 1995 e

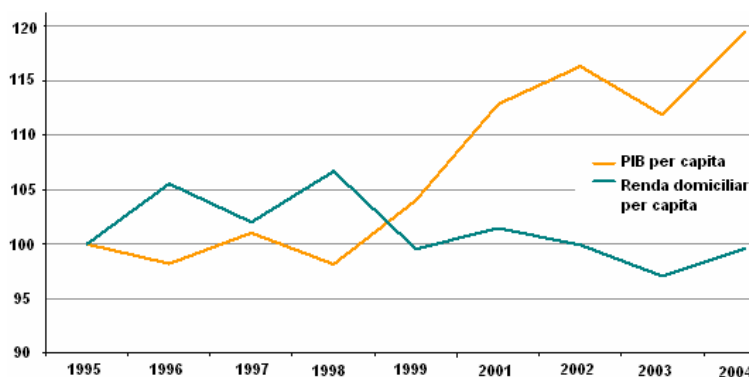
⁴³ Como ressalta Wilson Cano (2007), para que isso ocorresse seriam necessárias a maior retomada do padrão de acumulação nacional e uma nova política de desenvolvimento para o país. O mesmo autor chama atenção que essa nova política deveria contemplar medidas específicas para atenuar ou corrigir os gritantes desequilíbrios regionais, bem como medidas que promovessem investimentos sociais e urbanos em vez de apenas na indústria ou na infra-estrutura econômica.

⁴⁴ As taxas de crescimento médio setoriais e total para o período 1989-2004 foram estimadas pelo autor com base nos índices de produto real das CRs. A única exceção é a taxa para a indústria de transformação que foi calculada a partir das Pim-PFs.

⁴⁵ Lembra-se que, sendo calculada a partir das PNADs, a renda domiciliar *per capita* não mensura o rendimento do capital.

2005)⁴⁶.

Gráfico 1 – Evolução do PIB e da Renda domiciliar *per capita* no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Urani (2007) com base na PNAD – IBGE

Por último, cabe destacar que a inflexão econômica positiva se deveu às condições favoráveis independentes da condução política. Por um lado, os governos federais deram nesse período baixa prioridade à economia fluminense⁴⁷, por outro, nos governos estaduais que se sucederam houve pouca implementação de políticas além de projetos sociais duvidosos e uma participação na Guerra Fiscal (como no caso da instalação da nova indústria automobilística). Assim, face à baixa capacidade de investimento público e o fato que as políticas de desenvolvimento regional foram colocadas mais à margem da agenda pública, pouco se realizou em prol de fortalecer os espaços produtivos e enfrentar a problemática urbana em seu território.

3.1 – Agropecuária

Como visto nos períodos anteriores, a atividade agropecuária fluminense já tinha pequena expressividade e ainda entrou em franco processo de estagnação. Entre 1989 e 2004, esse processo continuou porque ela cresceu em média 1,5% ao ano enquanto a expansão nacional foi 4,0%. Sendo assim, sua participação tanto no PIB nacional como no estadual caem, respectivamente, de 1,7% para 0,8% e de 0,9% para 0,6%. Além disso, entre 1991 e

⁴⁶ Nesse ponto, inclui-se também os benefícios do Programa Bolsa-Família implementado pelo atual governo federal.

⁴⁷ Um recente estudo da FIRJAN (Nota Técnica n.19/2005) revelou um significativo descasamento no período 1995-2004 entre o percentual dos investimentos federais em relação a participação do estado na arrecadação, como também em relação ao tamanho de sua população. No entanto, cabe lembrar que houve ações importantes como a conclusão das obras do Porto de Sepetiba e da Usina Angra 2. Ressalta-se que esse quadro poderá ter melhoras mais significativas brevemente, caso se efetivem as últimas previsões de investimentos federais para os próximos anos contidas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

2000, ela teve perdas relativas também nas PEAs nacional e estadual.

Diante desse quadro, ainda que não se descarte as tentativas de introduzir novas dinâmicas, não é difícil supor que a resistência a mudanças mais profundas tenha permanecido. Quanto ao primeiro ponto, fica claro que os incentivos à fruticultura irrigada mostraram-se ainda inócuos. É preciso lembrar que, em meados da década de 1990, ela correspondia por apenas 12% da comercialização de frutas no mercado atacadista estadual (CAMPO, 1998). Visto que sua produção representou apenas 1,3% da produção nacional de frutas frescas em 2004, dificilmente foi alterado esse quadro de fragilidade.

Considerando as perversas características que historicamente vem se confirmando, boa parte do setor continuou presa à dinâmica da “*agricultura itinerante*” (CANO, 2002). Cabe lembrar que, não tendo fortalecido suas culturas exportadoras, o setor agropecuário fluminense ficou à margem do salto que elas tiveram a nível nacional no período recente⁴⁸. Esse quadro se agravou com a forte competição externa a partir da liberalização das importações em 1994. Ademais, como já visto na tabela 11, estava avançando modestamente uma reestruturação produtiva enquanto ocorria um amplo processo de modernização nacional. Soma-se a isso, as dificuldades de financiamento por conta dos juros altos e do curto crédito interno. Nesse ponto, sublinha-se que, sendo forte o número de pequenos e médios produtores, além de sérios problemas de escala, a opção de acesso a crédito internacional era praticamente nula.

Em 1995/96, é interessante esclarecer que o setor só utilizava 1/4 da área total do estado, sendo que apenas 1/16 correspondia a lavouras. Por outro lado, manteve-se uma distribuição geográfica heterogênea e desarticulada:

“(...) uma produção dinâmica e tecnicamente modernizada, como os hortifrutigranjeiros da Região Serrana; regiões alvos de intensa especulação imobiliária e conseqüente conflitos agrários, como a região da Baía de Ilha Grande e a da Baixada Fluminense; regiões que combinam ociosidade da terra e a decadência rural, como o Noroeste, e regiões com predomínio da pecuária extensiva como o Vale do Paraíba, e o Norte Fluminense, onde a atividade açucareira praticamente faliu.” (CARNEIRO e TEIXEIRA, 1999, p.2)

Cabe ressaltar que houve novamente sérios problemas metodológicos para analisar a evolução do setor a partir da década de 1990. Além da lacuna entre os censos agrícolas de 1985 e 1995/96, este foi o último censo realizado. Dessa maneira, com base nos dados

⁴⁸ Como destaca Wilson Cano (2007), nos últimos 15 anos, essas culturas de exportação foram bastante valorizadas na produção agropecuária nacional por diversos motivos: a eliminação de impostos; menores restrições à liberalização das exportações; o acesso internacional a crédito mais barato; a diminuição dos preços de insumos importados; sua maior reestruturação, que permitiu “defenderem-se” melhor nas épocas de valorização cambial, como no período 1994-1998; o forte estímulo de preços nas épocas de desvalorização, como a partir de janeiro de 1999; e a elevação da demanda externa graças ao “efeito China” a partir da 2002.

utilizados, só foi possível fazer uma análise desagregada para esse intervalo.

Não é surpresa que a diminuta participação na área plantada do país se reduziu de forma generalizada, como mostrou a tabela 4. Destaca-se a perda relativa na horticultura, revertendo sua anterior trajetória ascendente. Todavia, sua participação na produção hortícola nacional ainda se manteve bastante elevada (15,1% em 1995/96). Ademais, com a forte queda que teve a cultura de laranja, apenas a cana-de-açúcar apresentou também participação acima de 1%. Todavia, segundo o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), a atividade sucro-alcooleira respondia, respectivamente, por somente 20% e 10% do consumo estadual de álcool e de açúcar no início da década atual. É importante ainda ressaltar que essa cultura vinha apresentando os rendimentos físicos mais baixos do país na atividade: por exemplo, em 1997, era só 43,6 ton/ha na região de Campos dos Goytacazes, um dos principais centros de produção do estado (FAO/INCRA apud GUANZIROLI e SABBATO, 2001).

A participação na área plantada do estado, vista na tabela 5, manteve a tendência de concentração da pecuária. Mesmo supondo que os dados estejam subestimados, houve uma redução mais acentuada de todas as principais culturas. Novamente, apenas a cana-de-açúcar teve uma participação acima de 1% na atividade agrícola (excetuando-se a horticultura).

Diante desses resultados, fica claro que a situação da produção agrícola fluminense ainda permaneceu bastante difícil. Nesse ínterim, sublinha-se que porções significativas do território estadual, especialmente nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, vem sofrendo pressões para a reconversão em áreas de silvicultura comercial, basicamente para a produção de celulose⁴⁹. Contrário a isso, a retomada do setor poderia ser possível a partir de uma agricultura diversificada e voltada para mercado urbano (principalmente o amplo mercado de sua região metropolitana), ou seja, que tivesse como objetivo a redução da dependência de outros estados no abastecimento básico de sua população. Dado os poucos recursos naturais disponíveis, essa retomada deveria passar pela exploração de produtos que não necessitem de escalas elevadas para se garantir a rentabilidade, podendo ser praticado em pequenas áreas. Por isso, seria importante o fortalecimento da produção de hortifrutigranjeiros por meio de maiores canais de comercialização para CEASAs. Nesse ínterim, destaca-se a melhor assistência que já é dada a agricultura familiar através do programa especial de crédito federal (PRONAF). Outras iniciativas nesse ponto seriam bastante válidas porque a agricultura familiar vem apresentando elevada rentabilidade em áreas reduzidas do território fluminense, como no caso da própria horticultura, enfatizados por Carlos Guanzirolí e Alberto Di Sabbato

⁴⁹ Inclusive está em tramitação na Assembléia Legislativa um projeto de alteração na Lei 4063/2003 para permitir, de acordo com as condições ambientais, o plantio de florestas de eucalipto no estado.

(2001).

Da mesma forma, seriam importantes novos esforços para a construção de uma indústria de produtos alimentícios mais expressiva. Com esse fim já ocorre o desenvolvimento inicial da fruticultura irrigada nas regiões Norte e Noroeste fluminense que conta com a instalação de Processadoras e com a disponibilização de programas de financiamento especiais (Moeda Verde/Frutificar), apesar de ainda permanece restrita a uma pequena área plantada. Outra iniciativa que poderia ser enfocada seria a produção de grãos baratos, como ressaltou Carlos Lessa (2000). Isso porque, permitiria efeitos multiplicadores capazes de facilitar o aumento da avicultura e seus desdobramentos industriais. Seria válido também buscar maior agregação de valor e diversificação produtiva na atividade sucro-alcooleira. Como apontou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005, p.93):

“Isso implicaria em corrigir o foco atual (...), presente apenas nos mercados do álcool e do açúcar cristal. Torna-se necessário desenvolver sua presença nos mercados do açúcar refinado e líquido. E desenvolver o aproveitamento dos principais subprodutos do processamento da cana, o vinhoto e o bagaço da cana, utilizados para a produção de fertilizantes e para a co-geração de energia.”

Além disso, deve ser bem provável o aumento da produção de cana-de-açúcar devido o grande interesse atual na produção de biocombustível (etanol). Todavia, diante de sua baixa produtividade, que acarreta elevados custos de produção da matéria-prima e capacidade ociosa nas usinas fluminenses, é forçoso lembrar as dificuldades que existiriam para superar a forte concorrência de estados vizinhos, principalmente São Paulo. Ademais, como Frédéric Monié (2003, p.273) diagnosticou, a atividade sucro-alcooleira ainda continua sem apresentar nenhuma potencial de desenvolvimento regional significativo:

“Nunca emergiu no Norte Fluminense uma indústria de equipamentos e materiais agrícolas e uma rede de comercialização suscetíveis de aumentar a produtividade do setor, prospectar novos mercados e, afinal, diversificar a estrutura produtiva. Em conseqüência, a principal produção regional nunca saiu verdadeiramente do estágio agroexportador, ficando dependente das oscilações dos preços da commodity e da evolução da demanda”.

Como outras medidas mais imediatas para a ocupação produtiva de áreas aptas, poder-se-ia mencionar: a resolução de conflitos fundiários; a regulação da ocupação do solo agrícola impondo limites à fragmentação e à construção desordenada; a verticalização da produção por empresas comerciais como também assistência para cooperativas especializadas; superar o precário sistema de estradas vicinais que leva à dificuldade de escoamento da produção por meios de transporte adequados; e o uso mais intensivo de capital, aumentando sua

modernização técnica.

Da mesma forma, é fundamental a melhoria das condições de vida da população rural, pois grande parte das áreas de exploração agrícola se situa nas áreas mais pobres do estado. Nesse sentido, é válida a “provocação” de Carlos Lessa (2000, p.122): *“não há estritamente um problema agrícola fluminense, pois do ponto de vista macroeconômico o estado do Rio não tem agricultura. Existe um macroproblema social que preserva e reproduz, em várias sub-regiões fluminenses, condições tão críticas quanto as piores situações nordestinas”*. Afinal, dado o sério déficit hídrico existente, o dinamismo econômico se concentra onde existe melhor acesso à água, enquanto as áreas de sequeiro prosseguem com baixa produtividade. Por conseguinte, diante dos conflitos inerentes por sua utilização, um dos mais sérios problemas para o desenvolvimento do setor é a falta de uma política de irrigação sistemática associada à articulação regional para a regulação e a gestão dos recursos hídricos⁵⁰.

São inegáveis as dificuldades para se obter uma grande produção modernizada ou prosperar um complexo agroindustrial de peso pelas características estruturais apontadas somadas a forte competição de outros estados mais desenvolvidos no setor. Entretanto, é importante ponderar que sua estagnação não se deve ao insucesso das culturas de exportação fluminenses ou, no limite, à pouca disponibilidade de terras aptas e à inadequada topografia. Na verdade, isso se deve a uma organização agrária deficiente, onde há baixa capitalização e produtividade face aos entraves à maior assistência técnica, apoio financeiro e facilidades à comercialização que precisam ser superados.

O cerne do problema é o caráter tradicional em que grande parte de sua produção vem se realizando, ficando divorciada da dinâmica geral da economia. Afinal, isso deixa seu potencial subutilizado, reduzindo a capacidade de geração de emprego rural e encarecendo o custo de reprodução da força de trabalho estadual. Dessa forma, torna-se prioritária uma responsável Reforma Agrária para alterar a base técnico-produtiva a partir de transformações na estrutura de propriedade que permitam adensar áreas e intensificar o uso da terra em vários cultivos. Dito em outras palavras, para superar a crise agrária crônica, é preciso uma Reforma Agrária que leve não à recomposição da economia de subsistência camponesa, mas que incentive o uso capitalista da terra e impeça que seja preservada sua função financeira como reserva de valor ou ativo de especulação. Em suma, o desafio fundamental é o maior desenvolvimento do capitalismo no campo de maneira a contribuir para a acumulação produtiva no estado.

⁵⁰ Nesse ponto, o relatório coordenado por Alcino Câmara Neto (2005) aponta que no Norte Fluminense, a principal região agrícola do estado, já existe um sistema extenso de canais de irrigação construídos pelo DNOCS nas décadas de 1930 e 1940, bastando restaurá-los e serem feitas obras de complementação.

3.2 – Serviços

No período recente, o setor serviços continuou sendo expressivo na economia fluminense. Contudo, é preciso lembrar que o fato de possuir um terciário destacado tanto pode ter uma ligação com a emergência de sistemas tecnológicos avançados, quanto pode indicar a permanência do atraso, por ele também ser o *locus* privilegiado da informalidade (MELO e MARQUES, 2005). Por isso, é preciso ressaltar que sua função na economia estadual ficou mais presa a uma lógica urbano-comercial do que a uma articulação industrial-financeira. Portanto, diante do seu caráter induzido, os impasses da expansão agregada e a falta de maiores desdobramentos na estrutura produtiva impediram que fossem melhor aproveitadas suas vantagens competitivas nas atividades de telecomunicações, serviços de utilidade pública (fundamentalmente na área de energia), logística e turismo.

Não se descarta que contribuiu para a sua preponderância ter sido sede do governo do Império e Federal, sede de grandes empresas públicas e privadas, maior porto nacional, praça financeira. Contudo, a avaliação de seu quadro atual feita por Jorge Natal (2005, p.32) foi enfática: *“é evidente que ele “contribui” decisivamente para a concentração da renda no estado e para a sua instabilidade econômica, (...) parece resultar claro que esse setor não fornece maior segurança para as decisões empresariais”*. Por conseguinte, sua importância no período recente se deveu consideravelmente à instabilidade na ocupação da força de trabalho e ao crescimento do desemprego estrutural. Na verdade, o simples reconhecimento de seu peso na estrutura produtiva oculta um processo de pauperização, caracterizado por um segmento espúrio alargado, logo, sem relações maiores com as atividades produtivas principais. Hildete P. de Melo e Osiris Marques (2005, p.190) confirmam essa interpretação: *“sua terciarização beira o exagero (...). Expressa desindustrialização e estagnação econômica, uma agricultura em agonia há muitas décadas e uma indústria sem crescer e esfrangalhada pelas privatizações dos anos 90”*. Isso demonstra os limites para tanto aumentar a produtividade e a capacidade de inovação, como também para consolidar um centro cada vez mais dinâmico de negócios. Dessa maneira, diante de sua “inchação”, o terciário fluminense continuou a ser a expressão cabal da heterogeneidade estrutural e de um mercado de trabalho fragilizado.

- O setor serviços visto pela ótica da renda⁵¹

Entre 1989 e 2004, tendo um crescimento médio de apenas 1,3% ao ano, seu desempenho foi pior que no período anterior e mais distante da média nacional (2,4%). Por conseguinte, houve nova redução de sua participação relativa no PIB nacional do setor, passando de 14,5% para 12,2%. Portanto, o setor continuou perdendo relevância nacional. Cabe ressaltar que isso ocorreu de forma semelhante nas outras economias regionais de urbanização mais consolidada e que também eram mais sensíveis à crise econômica nacional e aos perversos efeitos das políticas neoliberais, ou seja, economias que estavam tendo menor expansão urbana e sérios constrangimentos de demanda. Wilson Cano (2007) aponta também que a contração do sistema financeiro após a estabilização monetária de 1994 e as privatizações de vários serviços públicos podem ter contribuído para esse movimento, ao alterar a localização das unidades empresariais.

Além disso, as participações de seus principais segmentos no setor serviços nacional tiveram evoluções diferenciadas, como visto na tabela 6. Provavelmente, a maior expansão da produção energética refletiu positivamente no desempenho do Comércio e dos Transportes, porque foram interrompidas suas trajetórias de perdas relativas sucessivas. Inclusive, se for considerado o período após o início da inflexão econômica positiva (entre 1995 e 2004), os Transportes tiveram um crescimento médio de 3,5% ao ano. Ressalta-se que a produção energética não provocou rebatimentos apenas como efeito da expressiva produção de petróleo e gás natural, mas porque está instalado na economia fluminense o próprio centro de administração da economia de petróleo, tendo as sedes da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e da Petrobrás. Além disso, é o centro de gerenciamento do sistema elétrico nacional, inclusive com as sedes da Eletrobrás e de Furnas.

Cabe destacar que a boa expansão dos Transportes se deveu também à conformação de uma Rede Urbana maior e ao processo de interiorização econômica. Todavia, o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005, p.47) lembrou que a situação do sistema de transportes fluminense não difere da situação nacional, apresentando “*problemas em todas as modalidades, devido à extensão reduzida, baixa produtividade e baixa integração entre os modais*”. Segundo o Anuário Exame 2006/2007 – Infra-estrutura, o Rio de Janeiro possui 1,4% da malha rodoviária nacional, sendo apenas 24,3% das estradas pavimentadas e 38,9%

⁵¹ Adverte-se mais uma vez para a subestimação do setor terciário com base em dados obtidos pelas Contas Regionais.

possuindo bom estado de conservação⁵². Além disso, permaneceu clara a saturação de trechos pela justaposição de elevados fluxos de circulação. Por isso, merecem destaque algumas obras em licitação: a pavimentação da BR-101 no trecho entre Santa Cruz e Itacuruçá e sua duplicação no trecho entre a cidade do Rio de Janeiro e Itaguaí; bem como a construção do Arco Rodoviário, ligando a região industrial da Baixada Fluminense ao porto de Sepetiba, o que reduziria o tráfego de caminhões no núcleo metropolitano. Já no sistema aeroportuário, o estado representa 6,6% do transporte de cargas e 13,1% do transporte de passageiros no país. Por esse motivo, são importantes as obras já em andamento de reforma e ampliação do Aeroporto Santos Dumont para deixar de operar com sobrecapacidade (113%), o projeto para superar o esvaziamento do Aeroporto Tom Jobim (Galeão), já que só utilizava 59% da capacidade instalada em 2006, bem como a criação de aeroportos interioranos⁵³.

Por outro lado, no sistema portuário, o estado possui 14,3% do movimento de cargas nacional. Ressalta-se que os resultados poderiam ser melhores se fossem postos em prática os projetos para a revitalização do Porto da cidade do Rio de Janeiro (sendo fundamentais obras para melhorar sua acessibilidade e de dragagem), bem como a transformação do Porto de Sepetiba em um *hub port* (MAGALHÃES, 2001; LESSA, 2000). Quanto esse último ponto, ganham destaque os atributos específicos desse porto: a profundidade, que permite abrigar navios de grande calado, e a ampla retroárea plana, que permite uma manipulação eficiente de *containers* e, inclusive, desdobramentos para implantes industriais como extensão da atividade metropolitana ou como inflexão do eixo industrial RJ/SP. Cabe assinalar ainda que, assumindo o papel de porto concentrador de cargas, haveria a possibilidade de se tentar o renascimento da navegação de cabotagem no país. Contudo, a realização do empreendimento se encontra tolhida. Por um lado, seria necessário ampliar a concepção do porto para um terminal de *containers*, além de também aperfeiçoar sua capacidade para operar como um terminal especializado em granéis (grãos, minérios e carvão). Por outro lado, seria igualmente necessário garantir uma adequada articulação rodo-ferro-portuária, o que dependeria, entre outras medidas, da construção do Tramo Norte do Ferroanel em torno da cidade de São Paulo e do Arco Rodoviário em torno da cidade do Rio de Janeiro⁵⁴.

⁵² Estudo recente da FIRJAN (Nota Técnica n.15/2007) chama atenção que, quanto ao investimento do governo federal com transporte rodoviário, foram poucos os recursos autorizados recentemente para o estado do Rio de Janeiro, e nem mesmo foram desembolsados em sua totalidade. Dessa maneira, em 2006, ele foi o estado que teve a menor relação investimento federal / km asfaltado de rodovia federal, apenas 2,5% (descontadas as rodovias concedidas).

⁵³ Nesse ponto, destaca-se a inauguração do Aeroporto Internacional de Cabo Frio em 2003, e o recente anúncio da construção do Aeroporto Regional do Vale do Aço (localizado na Região do Médio Paraíba).

⁵⁴ Ambos são projetos previstos no PAC montado pelo atual governo federal.

Quanto às Comunicações, seu peso relativo foi gravemente reduzido (-15,0%). Isso, provavelmente, aconteceu devido à reconfiguração regional após as privatizações provavelmente. Entretanto, o Rio de Janeiro permaneceu como um centro do sistema de comunicação nacional e de sua articulação com a rede internacional, possuindo estações de controle de satélites e a base operacional de uma malha de fibra ótica. Ademais, sedia diversas operadoras de telefonia (Telemar, Embratel, Intelig, Claro e TIM) e opera serviços de telemática. Por isso, apesar de haver sérias dúvidas sobre a força dos efeitos multiplicadores sobre a estrutura produtiva, esse segmento teve uma expansão muito elevada, sendo seu crescimento médio 5,3% entre 1989 e 2004.

No caso de Alojamento e Alimentação, a forte queda de sua participação (-4,7%) pode estar refletindo algumas adversidades enfrentadas pela atividade de turismo, como sugere Wilson Cano (2007). Primeiramente, não se pode deixar de sublinhar a importância dessa atividade para o estado, em especial para a cidade do Rio de Janeiro. Afinal, essa cidade se mantém como a “porta de entrada” para o turismo internacional no país: em 2005, apresentando uma taxa de ocupação média em torno de 60%, recebeu 31,5% dos turistas estrangeiros. Contudo, apesar do grande crescimento desse fluxo de visitantes a partir de 1996/97, ocorreu uma perda de participação relativa no total nacional em torno de 20% entre 1990 e 2005, segundo estudo recente da FGV (2006). Portanto, diante de uma desconcentração da atividade no país, a cidade do Rio de Janeiro está lutando para evitar uma decadência de sua importância turística pela concorrência direta principalmente de cidades do litoral nordestino. Além disso, é importante se ater que o turismo também acompanha a dinâmica da economia nacional, logo, São Paulo, concentrando as sedes das principais empresas do ramo, ultrapassou o Rio de Janeiro com 43,38% contra 20,15% da arrecadação total da atividade em 2003 (IBGE, 2007).

Apesar disso, outras cidades do interior do estado já estão se destacando também no segmento de turismo internacional: são os casos de Búzios e de Parati⁵⁵. Por isso, um possível incremento da interiorização da atividade é uma oportunidade ainda a ser mais bem explorada, por exemplo, pela criação de novos *resorts*. Como destacou Cesar Ajara (2006, p.11):

“Ainda como atividade reestruturadora do território, no âmbito dos serviços, situa-se a expansão dos segmentos de turismo, lazer e segunda residência, que se articula a múltiplas iniciativas no campo dos empreendimentos imobiliários. Tal movimento reorganização espacial envolve o eixo rodoviário Rio-Santos e a Região dos Lagos – Costa do Sol – que, ao mesmo

⁵⁵ Respectivamente, nono e décimo quarto lugar no *ranking* brasileiro, com 5,4% e 2,2% do total nacional em 2005.

tempo em que adquirem dinamismo nas atividades ligadas ao lazer e ao turismo nacional e internacional, ganham, também, grande impulso quanto ao crescimento populacional”.

E mais, ressalta-se que o turismo nacional continua sendo o de maior participação para a cidade do Rio de Janeiro. Provavelmente, isso afeta o perfil dos hóspedes, cuja parcela com motivo de trabalho tem representatividade paralela daquela por motivo de lazer para a capital. Conseqüentemente, o turismo de negócios ou de convenções representa um potencial que não deve continuar sendo obscurecido para que o ramo acompanhe a dinâmica agregada da economia. Então, a capacidade turística precisa ser expandida pelo maior aproveitamento das diversas áreas de características naturais e culturais atrativas no estado, bem como pela oferta de uma melhor infra-estrutura para o turismo de negócios.

Já nas Instituições Financeiras, a forte redução de seu peso relativo (-7,5%) confirma a perda da vantagem competitiva associada à antiga imagem de importante praça financeira do país. Afinal, o seu mercado de capitais ficou fragilizado, restando algumas gestoras independentes e uma grande gestora bancária de recursos (BB DTVM), além de manter instituições de funções especializadas como o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)⁵⁶. Dada a primazia da movimentação financeira pelos bancos comerciais e a Bolsa de Valores em São Paulo⁵⁷, é inexorável o esvaziamento da atividade iniciado com a transferência para Brasília das sedes do Banco do Brasil e do Banco Central. Apesar disso, o estado mantém ainda importante papel nos circuitos de decisão de investimentos porque se conservam nele três dos maiores financiadores do país: o BNDES e os fundos de pensão Previ e Petros. Ademais, a carteira da dívida pública ainda é rodada nele também. Então, continuou a decadência da atividade, embora não tenha ocorrido um esvaziamento por completo (inclusive teve uma taxa de crescimento médio positiva).

⁵⁶ Recentemente, o mercado nacional de resseguros foi aberto a concorrência. Isso representou o fim do monopólio do IRB, porque permitiu empresas do ramo fazerem o resseguro direto no exterior e a criação de empresas de resseguros privadas autorizadas a operar no país. É incerto o reflexo dessa profunda reconfiguração sobre o papel que vinha desempenhando a cidade do Rio de Janeiro como um centro de resseguros. No entanto, o atual governo estadual já anunciou um projeto para garantir que ela seja a sede das resseguradoras privadas, através de medidas administrativas – como a cessão de prédios públicos para sediar as resseguradoras – e de caráter burocrático (embora não tenha sido ainda ressaltado, provavelmente deverá haver também incentivos fiscais).

⁵⁷ Cabe lembrar que no ano de 2000 foi determinado o encerramento das transações realizadas pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, sendo a operação do mercado acionário brasileiro toda concentrada na Bolsa de Valores de São Paulo.

A Administração Pública manteve um peso relativo não desprezível (14,4%)⁵⁸, e isso, provavelmente, deveu-se à expansão da carga tributária e descentralização das receitas e da execução de atividades com a Constituição de 1988. Além disso, a economia do estado permaneceu sendo a mais cara folha de pagamento do governo federal, correspondendo a 23,7% em 2004, uma despesa que foi três vezes maior que a ocorrida em Brasília. Ressalta-se ainda que também em 2004, o Rio de Janeiro foi o estado com o maior número de servidores federais do país (283.123 servidores), praticamente o dobro de Brasília. Somente os servidores ativos no estado corresponderam a 20,4% da máquina federal enquanto Brasília só possuía 9,9%. A principal justificativa para isso seria a presença de boa parte das estruturas militares⁵⁹, inúmeros hospitais federais, quatro universidades federais, e as várias sedes de estatais e de autarquias públicas (Furnas, Petrobrás, Eletrobrás, IBGE, BNDES entre outras). Por outro lado, o estado também mantinha o maior número dos servidores aposentados e pensionistas do país, que totalizando uma quantidade 77,6% maior que os servidores ativos no estado. Dessa forma, não é surpresa que Clélio C. Diniz e Fabiana dos Santos (1995) diagnosticaram em meados da década de 1990 que boa parte da economia fluminense ainda era sustentada pelas atividades públicas. No entanto, mais uma vez é preciso sublinhar que o peso da administração pública não permitiria que se apoiasse uma estratégia de desenvolvimento numa noção de “capitalidade” por estar consolidada a transferência do comando administrativo federal para Brasília. Por outro lado, seria muito importante o maior entendimento entre as esferas de governo para aumentar o aproveitamento desse significativo patrimônio federal que ainda se encontra no estado.

O setor de serviços também teve uma redução de sua participação relativa no PIB estadual (-17,7%), aliás, bem mais expressiva que na década anterior. Isso em grande parte reflete o desempenho de outros setores, principalmente a forte expansão da extrativa mineral. Afinal, a perda relativa mais significativa ocorreu praticamente apenas após a inflexão econômica positiva a partir da segunda metade da década de 1990 (entre 1989 e 1996, a perda relativa foi de apenas 0,1%). Todavia, é preciso destacar que também ocorre um debilitamento de sua função na acumulação produtiva diante da decadência da atividade financeira.

⁵⁸ Ressalta que a administração pública teve uma de suas participações regionais mais baixas em 1989, considerando todo o período das Contas Regionais disponíveis (1985-2004). Dessa forma, a comparação da participação em 1989 com em 2004 indica um ganho relativo. Contudo, excetuando 1998 e 1999, qualquer outro ano que se compare com 2004 revelaria uma perda relativa. Por isso, é preciso cautela ao interpretar esse resultado.

⁵⁹ Em 2004, 54% dos servidores civis em instituições militares estavam no Rio de Janeiro.

Mais uma vez é importante separar as Instituições Financeiras e a Administração Pública ao se analisar a estrutura do setor para não incorrer em uma interpretação equivocada dos dados. Como foi visto na tabela 7, a Administração Pública aumentou sua participação no PIB fluminense (6,0%) enquanto as Instituições Financeiras tiveram novamente uma grave queda (-23%). Quanto ao primeiro, os diversos fatores vistos anteriormente colaboraram para isso, embora é preciso relativizar sua capacidade de ser um eixo dinâmico em um período de vigência de políticas neoliberais. Além disso, é preciso ponderar que o grande ganho de participação no PIB estadual ocorreu na primeira metade da década de 1990. Se for considerado apenas o período posterior, os dados indicam uma perda relativa. Quanto ao segundo, é preciso ponderar que a redução do peso nos PIBs regionais foi um movimento generalizado a nível nacional, o que reforçou o esvaziamento financeiro específico da economia fluminense, já mencionado. Segundo Wilson Cano (2007), esse movimento em termos nacionais foi intenso entre 1989 e 1995, mas ainda continuou entre 1995 e 2004, apesar da proliferação de fundos de investimento, da prática de juros reais elevados e do desordenado crescimento da dívida pública. Por isso, o mesmo autor sublinha que essa redução do segmento denuncia uma forte contração do crédito ao sistema produtivo. Isso revela que esse segmento não manteve proximidade com a expansão produtiva recente no estado, porque ela não permitiu uma reversão de seu declínio.

Considerando a estrutura ajustada, como se observou na tabela 8, houve novas transformações qualitativas. Chama atenção que os Transportes reduziram sua participação, apesar da inflexão econômica positiva. É estranho esse movimento, porque, segundo Wilson Cano (2007), ele aconteceu também em outras economias regionais com expansão do volume exportado. O mesmo autor sugere que pode ter contribuído para isso a possibilidade da alteração de preços relativos através do câmbio e do barateamento de combustíveis. Já o Comércio e as Comunicações tiveram evoluções diferentes das ocorridas na maioria das outras regiões, respectivamente, o primeiro tendo um ganho relativo modesto⁶⁰ e o segundo tendo uma queda relativa não desprezível. Quanto a esse último, isso demonstra que as Comunicações no estado foram mais sensíveis à reconfiguração após as privatizações.

Analisando o grupo de Outros Serviços de forma agregada⁶¹, nota-se uma significativa perda relativa (-6,6%). Isso é explicado porque quase todos os seus segmentos tiveram reduções. A única exceção coube aos Domésticos Renumerados. Mesmo assim, foi um ganho

⁶⁰ Houve uma forte queda na sua participação relativa que foi restrita ao ano de 1989. Uma comparação com outro ano próximo indicaria uma perda relativa. Por conseguinte, é preciso ter cautela ao interpretar os dados.

⁶¹ Cabe lembrar que, conforme na tabela 8, foi adicionado ao grupo de Outros Serviços considerados pelas Contas Regionais: Alojamentos e Alimentação, Serviços Médicos e Ensino, e Domésticos Renumerados.

mínimo (0,2%), o que demonstra que o reflexo da deterioração salarial no crescimento da renda foi tão grave que minimizou o forte aumento do emprego nesse segmento. Destaca-se a forte redução de Alojamentos e Alimentação (-4,8%), o que confirma os impactos negativos sobre a atividade turística, embora não se descarta também a influência de uma alteração dos preços relativos porque, como Wilson Cano (2007) assinala, também aconteceram redução de sua participação nas estruturas de quase todas as regiões. Por outro lado, Serviços Médicos e Ensino, também semelhante ao que ocorreu nas demais regiões, tiveram redução perdas relativas, o que revela a deterioração do mercado de trabalho dessas atividades⁶².

Nota-se que o grande destaque na estrutura ajustada do setor foi uma maior concentração em Aluguéis diante de um aumento de 9,4%, o que permitiu eles alcançarem 41,4% de participação em 2004. Contudo, não descartando a importância das operações de *leasing*, tanto de equipamentos como de veículos, sua expansão parece estar menos associada com serviços de produção. Isso porque, esse resultado reflete de alguma forma o processo de especulação imobiliária no bojo do processo de urbanização. Nesse ponto, é importante não se esquecer a concentração de recursos na metrópole carioca que possuem um fim nitidamente de apropriação patrimonialista relacionado com o circuito imobiliário. Isso porque, em contraste com o menor dinamismo dessa economia local, esse circuito tem uma notável intensidade que permite fortes subidas dos preços relativos. Essa intensa atuação já está sendo encontrada também em municípios como Campos dos Goytacazes e Macaé, como efeito da atividade petrolífera.

- O setor de serviços visto pela ótica do emprego

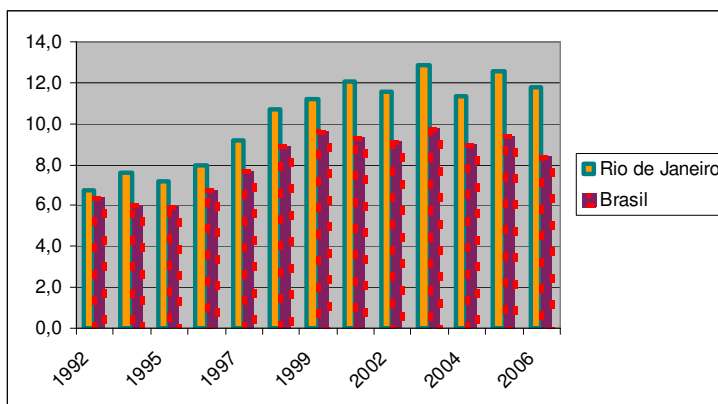
Segundo o Censo Demográfico, além da Construção Civil, apenas o setor de serviços não teve retração das ocupações entre 1991 e 2000. Dessa forma, sua participação na PEA estadual voltou a crescer a ponto de tornar-se 78,1%, embora, sua participação na PEA nacional diminuísse para 10,7%, diante da maior expansão urbana de outras regiões. Essa enorme terciarização na estrutura de empregos do estado reflete a geração de pobreza e desigualdade em vista dos limites da acumulação produtiva. Afinal, os subempregos em diversos serviços tradicionais, ainda que de baixa produtividade, continuaram sendo um determinante fundamental da dinâmica do setor. Isso não nega a presença de um terciário moderno, fator decisivo de competitividade por ser empregador de uma mão-de-obra mais qualificada.

⁶² Wilson Cano (2007) sugere que esse resultado pode também estar refletindo tanto a forte inadimplência e crise do ensino privado, quanto às perdas no sistema de saúde privado com a expansão do sistema público de saúde SUS e a expansão dos planos de saúde (de custo mais barato).

É importante lembrar que a degradação do mercado de trabalho urbano não foi um fenômeno específico da economia fluminense. Um recente trabalho de Marcio Pochmann (2007), demonstrou a ligação de um quadro nacional de semi-estagnação econômica com um movimento de desestruturação do mercado de trabalho nas diversas regiões do país durante o período 1990-2005. A partir da desaceleração na geração de emprego formal e da maior expansão do desemprego e das ocupações precárias, ocorreu em muitos estados um aumento de produtividade do ocupado, baseado na contenção de postos de trabalho e na redução real do rendimento. Dessa maneira, além dos efeitos pela introdução exógena de avanços tecnológicos e organizacionais, a elevação da produtividade nesse período estaria muito associada a menor estabilidade da estrutura de emprego.

Especificamente, o comportamento do estado do Rio de Janeiro explicita a maioria dessas evidências. Marcio Pochmann (2007) apontou que, no período 1990-2005, a variação anual da PEA (1,4%), apesar de ter sido pequena por causa de saldo líquido negativo no movimento migratório, conseguiu ser maior do que a variação anual do PIB (1,2%) e da taxa média de crescimento do emprego (0,9% ao ano, inclusive abaixo da média nacional que foi 2,3%). Ademais, a taxa de desemprego aumentou anualmente 8,4%. Apesar dessa expansão ser menor que a média nacional (que foi 10,6%), o nível de desemprego manteve-se ainda acima dela. Essa degradação do mercado de trabalho fica ainda mais visível quando se percebe que o subemprego se mantém como uma alternativa para a situação de permanência do desemprego. Assim, segundo o mesmo autor, houve o crescimento concomitante do emprego formal e informal nesse intervalo, apesar de ambos terem taxas de crescimento baixas (variação média anual de 0,83% e 0,85% respectivamente). Ressalta-se que a partir de meados da década de 1990, justamente quando ocorre o início da inflexão econômica positiva, a taxa de desemprego deu um salto. O gráfico 2 demonstra a evolução da taxa de desemprego para o período 1992-2006: ela se eleva de 6,7% em 1992 até chegar a 12,9% em 2003, quando passa a apresentar uma tendência de queda, porém menor que a média nacional.

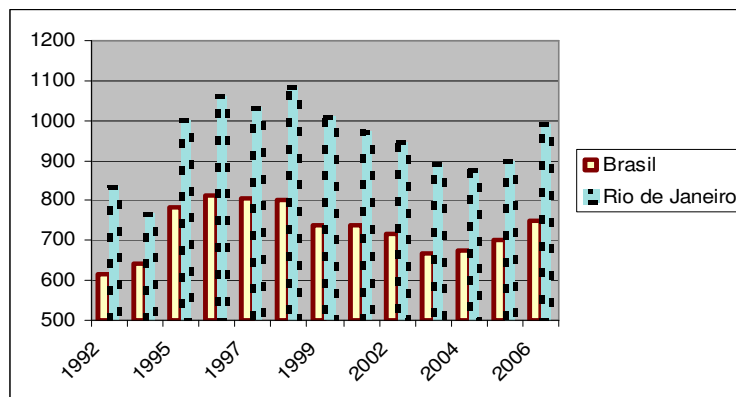
Gráfico 2 – Taxa de desemprego para o Rio de Janeiro e o Brasil (%), período 1992-2006



Fonte: Dados brutos do IETS com base no IBGE – PNAD
Nota: Pessoas com 15 anos ou mais

Do ponto de vista dos rendimentos, a situação também é preocupante. Como mostra o gráfico 3, houve também uma queda continuada da renda média salarial a partir de meados da década de 1990, apesar de nos últimos anos voltar a apresentar um crescimento positivo (inclusive maior que a média nacional). Ressalta-se que, como esse indicador cresceu no interior, grande parte do resultado negativo para o total do estado se deveu à queda que teve na RMRJ. Ademais, ficou claro que o mercado de trabalho formal do estado vem se reestruturando, dando maior destaque para atividades de baixa remuneração. Segundo uma pesquisa recente da FIRJAN (Nota Técnica n.7/2007), o saldo acumulado da criação de emprego formal entre março de 2006 e março de 2007 foi positivo apenas para cargos de até dois salários mínimos. As principais exceções nesse quadro de baixos rendimentos foram as atividades petrolíferas e a administração pública, embora a geração de vagas não fosse tão expressiva. Dessa forma, está se reduzindo a participação de funções de maior qualificação na estrutura do mercado de trabalho. A pesquisa ainda apontou que o crescimento econômico por parte do emprego formal não foi suficiente para ter um impacto significativo na taxa de desemprego.

Gráfico 3 – Rendimento médio do trabalho principal (R\$), período 1992-2006

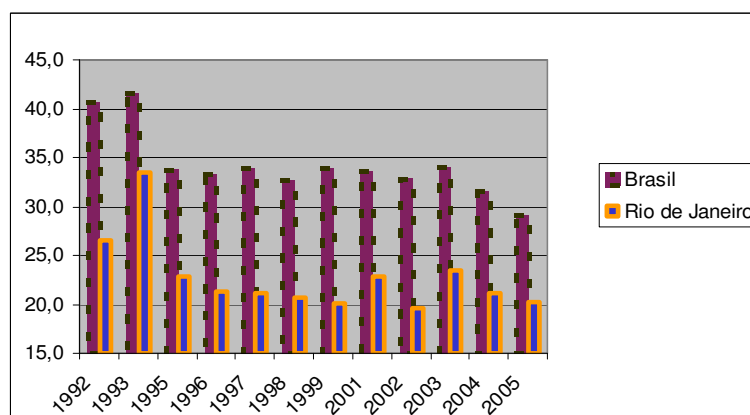


Fonte: Dados brutos do IETS com base no IBGE – PNAD

Nota: Pessoas com 15 anos ou mais. Valores expressos em reais de 2005.

Diante dessas evidências, os limites para o desenvolvimento social tornaram-se bem visíveis. No ano 2005, em torno de 20,2% da população tiveram ganhos inferiores à linha de pobreza e 5,8% da mesma população tiveram ganhos correspondentes à situação de indigência. Como mostra o gráfico 4, após a grande melhora obtida com o Plano Real, não se firma uma tendência de redução da pobreza. Mesmo ela voltando a cair mais continuamente a partir de 2003, foi de forma bem menos acentuada que a média nacional. Dessa maneira, entre 1992 e 2005, a pobreza no estado do Rio de Janeiro se reduz apenas 6,4% enquanto em termos nacionais a redução foi 11,7%. Além disso, grande parte das melhoras que se pôde observar se deu pelo declínio significativo dos indicadores no interior do estado quando comparados com a RMRJ, porque reduziu seu percentual em 10%, enquanto, nesta última, a pobreza teve uma leve tendência de alta face ao seu elevado custo de vida.

Gráfico 4 – Taxa de Pobreza do estado do Rio de Janeiro e do Brasil (%), período 1992-2005



Fonte: dados brutos do IETS com base no IBGE – PNAD

Por conseguinte, o quadro de adversidades é inegável, embora a renda média salarial continuasse sendo uma das maiores do país e os níveis de pobreza e indigência continuassem abaixo da média nacional. Por ser um problema de caráter geral de demanda, a debilidade do mercado de trabalho independente do aumento na qualificação da mão-de-obra disponível⁶³. Em outras palavras, a mão-de-obra estadual permaneceu um recurso mal aproveitado, o que demonstra que uma dotação não se transforma necessariamente em uma vantagem competitiva, no caso da estrutura ser inibidora⁶⁴. Afinal, o perfil do mercado de trabalho manteve seus traços negativos, difundindo formas intersticiais de subsistência compostas de elevada flutuação de renda.

Reconhecendo que esse resultado atinge diretamente a dinâmica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), torna-se necessário fazer algumas considerações sobre a estrutura do seu mercado de trabalho, segundo as transformações da década de 1990 analisadas por Jorge Natal (2005)⁶⁵. Sobre o período 1992/2001, chama a atenção a baixa taxa de expansão do pessoal ocupado (9,4%) revelando a incapacidade de absorver todo o crescimento da PEA (16,4%). A taxa de desemprego, apesar de ser uma das menores, quando comparada com a média de todas as regiões metropolitanas brasileiras, mantém-se acompanhando a variação nacional (cresceu em termos absolutos 108% entre 1992 e 2001). Provavelmente, o menor patamar da taxa de desemprego reflete a manutenção do processo de precarização das relações de trabalho, inclusive com a redução do número de empregados com carteira assinada (-2,6%). Isso porque, houve a forte progressão do número de trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira e empregados domésticos (respectivamente, aumentaram 33,6%, 20,4% e 22,8%).

É importante perceber que boa parte da intensa terceirização da economia fluminense se deveu a concentração populacional na RMRJ⁶⁶. Isso foi agravado pela crise econômica ter enfraquecido a capacidade de geração de emprego nos segmentos formais da economia. Por

⁶³ A partir da PNAD/IBGE, os indicadores de educação do estado para o período de 1992-2005 são muito bons: além da queda de 6,4% para 3,1% na taxa de analfabetismo, também ocorreu um aumento de 47,6% para 65,2% dos trabalhadores com o 1 grau completo, um aumento de 29,8% para 46,1% dos trabalhadores com o 2 grau completo, bem como um aumento de 7,1 para 8,7 anos de estudo em média.

⁶⁴ Carlos Lessa (2000, p.438) oferece um argumento convincente para uma crítica da prioridade na formação de capital humano em uma estratégia de desenvolvimento: “*é verdadeiro que um indivíduo, com esforço, talento e melhor educação disputará melhor a vaga por um posto de trabalho, porém não o “cria”. A criação do posto de trabalho é fundamentalmente derivada do investimento privado e do gasto público. (...) A tese do capital humano é uma cruel ideologia, pois generaliza para o conjunto o que é verdadeiro para cada um. O indivíduo estará mais bem situado se dispuser de educação. Todos não conseguem o mesmo, a não ser que sejam criados sincronicamente novos empregos e postos de trabalho*”.

⁶⁵ Os dados trabalhados por esse autor, citados nessa seção, foram também obtidos a partir da PNAD/IBGE.

⁶⁶ Apesar dos últimos censos demográficos apontarem para uma estabilidade demográfica e um melhor desempenho do interior, ainda é inegável essa forte concentração dos habitantes na RMRJ.

consequente, mesmo que não impedisse o violento crescimento do desemprego aberto, o setor de serviços absorveu uma parte dos expulsos da economia formal. Assim, apresentou um comportamento da ocupação caracterizada por uma expansão modesta e com destacados segmentos de baixa complexidade e caráter precário, o que, por vezes, ultrapassa o limite do lícito. Como sublinha Raphael de Almeida Magalhães (2001, p.6): *“esta gama de atividades ilícitas, com menor ou maior aceitação social, é fonte de emprego e renda, num espaço metropolitano densamente habitado, e sem base econômica para proporcionar um caminho alternativo”*.

Dessa maneira, o setor serviços no estado se compõe de forma bastante heterogênea em consequência das pressões advindas de um amplo quadro de crise social: para o ano de 2001, 29% do total dos ocupados no comércio eram ambulantes, 61% dos trabalhadores em prestação de serviço eram trabalhadores domésticos ou por conta própria, e 33% dos ocupados no estado eram trabalhadores informais (MELO e MARQUES, 2005). Cabe ressaltar que, ainda que os reflexos disso sejam mais explícitos na RMRJ, há a polarização reiterada da economia metropolitana a partir da parte mais dinâmica do setor. Isso porque é preciso relativizar a evolução da rede urbana no interior. Apesar de permitir que emergisse cidades médias mais recentemente, a melhora apontada se deveu nitidamente a interiorização da indústria, inclusive associada a um bom aumento do emprego formal (13,7% de 1992 a 2001). Como destaca Jorge Natal (2005, p.103): *“o interior fluminense não foi ainda capaz de atrair de maneira ampla segmentos mais dinâmicos e com maior valor agregado do terciário”*. Além disso, o mesmo autor argumenta que o crescimento do setor fora do espaço metropolitano foi mais impulsionado pelo adensamento populacional do que pela demanda industrial. Em suma, permaneceu, no geral, a pressão que distorce o papel do setor de serviços no estado.

Isso fica claro ao analisar, também pelas PNADs, a evolução desagregada da ocupação no setor de serviços entre 1989 e 2004. Afinal, 27,0% da expansão da PEA terciária foram em comércio e 15,7% foram em Domésticos Renumerados. Além disso, a economia fluminense teve a menor taxa de crescimento da PEA terciária entre as regiões do país. Isso porque quase todos os segmentos do setor tiveram taxas de crescimentos entre as piores apresentadas, a única exceção foi ela ter a menor queda do resíduo do setor de serviços (higiene pessoal, diversões, cultura etc.). Por conseguinte, segundo a tabela 16, esse grupo foi o único que não perdeu participação no emprego terciário nacional, como também teve um elevado ganho relativo (19,0%). Mesmo em Aluguéis, o crescimento de suas ocupações em 172,9%, representou a menor taxa em comparação à obtida pelas demais regiões, o que levou esse segmento a ser aquele que teve a maior perda relativa no emprego terciário nacional entre os

segmentos fluminenses.

Tabela 16 – Participação fluminense no emprego terciário nacional, período 1989-2004 (Brasil=100%)

	1989	2004
Comércio e reparação	10,4%	8,6%
Transportes e armazenagem	12,1%	10,9%
Comunicação	16,0%	14,0%
Intermediações Financeiras	12,9%	11,0%
Alojamentos e Alimentação	12,9%	11,9%
Aluguéis	20,5%	15,4%
Administração Pública	12,0%	10,3%
Serviços Médicos e Ensino	11,1%	10,8%
Domésticos Remunerados	12,2%	10,3%
Serviços de Apoio a Atividades Econômicas	14,9%	11,9%
Outros Serviços Diversos*	12,7%	31,7%
Total	12,2%	10,5%

Fonte: IBGE – PNADs

Nota: (*) Calculado por resíduo

Os dados da estrutura do terciário fluminense são igualmente reveladores: no ano de 2004, somando os serviços sociais e pessoais com o comércio já perfazia 85,4%. Como mostra a tabela 17, os grandes destaques nesse conjunto são os Serviços Médicos e Ensino, que aumentaram sua participação em 3,1%. Por outro lado, os limites da inflexão positiva ficam ainda mais claros quando se percebe que os Serviços de Apoio a Atividades Econômicas e as Instituições Financeiras reduzem suas participações em 2,5% e 2,1% respectivamente. Quanto a esse último, confirma-se seu esvaziamento porque foi na economia fluminense que também ocorreu sua maior taxa de crescimento negativa entre todas as economias regionais do país (-30,3%).

Tabela 17 – Estrutura do emprego terciário fluminense, período 1989-2004

	1989	2004
Comércio e reparação	22,8%	24,3%
Transportes e armazenagem	7,0%	7,2%
Comunicação	1,5%	1,4%
Intermediações Financeiras	4,2%	2,2%
Alojamentos e Alimentação	6,6%	6,9%
Aluguéis	1,3%	2,6%
Administração Pública	10,3%	8,5%
Serviços Médicos e Ensino	12,4%	15,5%
Domésticos Remunerados	11,8%	13,0%
Serviços de Apoio a Atividades Econômicas	19,5%	17,0%
Outros Serviços Diversos*	2,4%	1,4%

Fonte: IBGE – PNADs

Nota: (*) Calculado por resíduo

Como visto, apesar da inflexão econômica positiva, o terciário fluminense continuou bastante identificado com uma alternativa possível para o amplo quadro de crise. Nesse ínterim, a recuperação do setor serviços dependeria dele ser requalificado a ponto de ter maiores relações com as atividades produtivas no estado. Para isso não basta de antemão ter ainda um grande número de sedes de instituições públicas e empresas estatais, bem como possuir condições de incentivar “corredores” de exportação. Inversamente, o que não se poderia prescindir seria de uma forte retomada do processo de industrialização, inclusive para fortalecer seu papel como centro do comércio nacional e internacional e para o melhor aproveitamento de seus centros de formação e pesquisa renomados.

Na falta de maior relevância da agropecuária, é preciso estar claro que as atividades indústrias são as fontes básicas para uma expansão diversificada dos serviços. Ainda que eles se identifiquem também com o atendimento das necessidades urbanas da população e o *status* cultural de sua metrópole, o seu maior fortalecimento depende de uma preocupação central com a modernização financeira e tecnológica associada diretamente a produção de bens. Na ausência de um dinamismo generalizado alavancado pela liderança do setor industrial, a expansão da oferta de serviços sempre será mais identificada com uma situação de inércia dos determinantes da produção, logo, não se traduzindo em um desenvolvimento de fato a partir dos requerimentos da base produtiva.

Capítulo 4 – Análise das principais transformações na indústria fluminense, período 1989-2006

4.1 – Indústria Extrativa Mineral

A atividade extrativa mineral, particularmente a petrolífera, assumiu posição de destaque na estrutura produtiva estadual no período recente. Por um lado, isso se deveu à expansão física da produção, a qual, entre 1989 e 2004, apresentou a taxa de crescimento médio anual de 8,6%. Por outro lado, sua participação na pauta exportadora fluminense saltou de 0,9% para 58,2%, conforme mostra a tabela 23 na seção seguinte. É importante também lembrar o aumento dos preços internacionais do petróleo no bojo do “efeito China”, após 2002. Dessa forma, sua participação na produção nacional passa de 40,2% para 78,3% e sua concentração na estrutura produtiva estadual aumenta de 3,7% para 28,2%.

Como já visto na tabela 14, foi no petróleo que a participação fluminense subiu significativamente na produção nacional, enquanto no gás natural o ganho relativo foi bem menor. Ressalva-se que o gás natural produzido é basicamente do tipo “associado”, ou seja, extraído juntamente com petróleo. Por conseguinte, como enfatizou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005, p.86), sua expansão depende de “*investimento na ampliação da capacidade de recuperação (compressão) de gás natural nas plataformas da Petrobrás e no seu posterior escoamento, em especial, na interligação, através de gasodutos, das macro-regiões Sudeste e Nordeste*”. De toda forma, em 2005, 84,2% e 45,0% da produção nacional, respectivamente, de petróleo e de gás natural já ocorriam na economia fluminense. Nesse ínterim, João L. de Araújo (2001) lembrou que somente no primeiro caso o Rio de Janeiro produz largamente mais do que consome, pois, no segundo, essa diferença tende a diminuir dependendo da expansão da demanda (por exemplo, diante da consolidação do Pólo Gás-Químico). Contudo, provavelmente, ambas as produções deverão continuar tendo essas performances elevadas, porque, em 2005, esse estado possuía, respectivamente, 81,0% e 47,4% das reservas nacionais aprovadas de petróleo e gás natural.

Apesar dessa excepcional expansão produtiva, seus rebatimentos no mercado de trabalho ainda são em parte modestos. Afinal, entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento da PEA foi negativa na extrativa mineral (-35,4%). Dessa forma, embora aumentasse sua participação na PEA nacional da atividade, ainda detinha apenas 10,5% em 2005. Ademais, dado o peso do setor serviços no mercado de trabalho, teve uma perda relativa na PEA estadual. Entretanto, o emprego formal teve um crescimento expressivo a partir de meados da

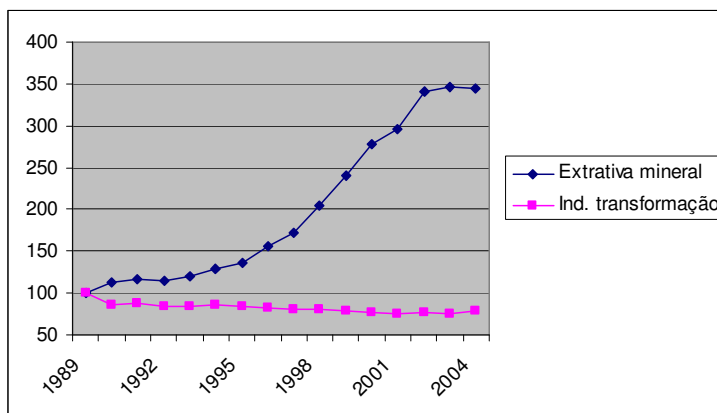
década de 1990, como mostra a tabela 22 na seção seguinte (entre 1995 e 2005, a expansão foi de 151,7%). Cabe ainda destacar que, no início de 2002, 48,0% dos funcionários da Petrobrás estavam no Rio de Janeiro, sendo que, deste quadro funcional, 78,0% estavam alocados na área de exploração, produção e refino (PEREIRA, 2002, p.118-119).

Por outro lado, o grande avanço da extrativa mineral tenderia a sugerir que um novo ciclo de crescimento seria possível para a indústria fluminense. Afinal, os impactos produtivos dela poderiam se tornar grandes no estado, segundo as seguintes condições:

“A montante, o impacto depende da capacidade dos fornecedores locais de competir em níveis internacionais, dadas as características da indústria petrolífera, aguçadas no contexto atual de abertura. A jusante, os impactos dependem da existência de um complexo petroquímico ou gás-químico significativo, em torno do qual novos investimentos poderão agrupar-se buscando economias de transporte e de integração” (ARAÚJO, 2001, p.267).

No entanto, seus resultados positivos não propiciaram efeitos multiplicadores expressivos sobre a base produtiva industrial, sendo incapazes de reverter o debilitamento dela no período recente. Isso fica claro ao comparar a evolução real do valor adicionado bruto (VAB) da extrativa mineral e da indústria de transformação, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Evolução real do VAB da extrativa mineral e da indústria de transformação do Rio de Janeiro, período 1989-2004 (1989 = 100)



Fonte: IBGE – Contas Regionais

Esse descolamento revela uma dinâmica econômica muito dependente do aproveitamento de recursos minerais básicos, apesar da expansão da extrativa mineral ter arrefecido depois de 2002. Dessa maneira, sua expressividade vem ocultando um franco processo de desindustrialização em marcha, como será discutido na próxima seção. Entretanto, sabendo que os seus efeitos ultrapassam o caráter especificamente produtivo, é

importante avaliar também a influencia dos repasses de compensações financeiras (*royalties* e participações especiais) sobre as finanças públicas⁶⁷.

A partir de meados da década de 1990, a expansão desses repasses foi expressiva, sendo o Rio de Janeiro o grande líder nacional no recebimento desses benefícios (somente entre 2002 e 2006, sua taxa média de crescimento foi de 32,2% ao ano). Isso pode ser atribuído aos seguintes fatores: a grande produtividade alcançada que levou ao expressivo crescimento das participações especiais, a elevação dos preços de referência utilizados no cálculo que atualmente variam de acordo com os preços internacionais do produto e a flutuação do câmbio, e, principalmente, as modificações na legislação (por exemplo, o aumento de 5% para 10% da alíquota máxima dos *royalties* sob o valor da produção). Quanto a esse último ponto, José Leal e Rodrigo Serra (2002, p.16) ressaltaram que essas modificações permitiram:

“i) elevar o repasse de royalties para as três esferas governamentais; ii) elevar a participação dos municípios na repartição dos royalties entre as três esferas governamentais; iii) diminuir o lapso temporal entre o fato gerador e o pagamento das compensações financeiras; iv) promover um processo rápido de correção dos royalties em função da variação dos preços internacionais do petróleo e gás natural”.

Como se pode perceber na tabela 18, no período 1995/2006, a participação fluminense no volume nacional repassado é expressiva, chegando a 47,1% no último ano. Por outro lado, houve uma elevada expansão da participação dessas transferências na receita total do governo do estado, passando de 0,4% para 15,0%. Dessa forma, já equivalendo a 1,5% do PIB estadual em 2004, surgiu um risco factível de acirrar uma dependência em relação a essas compensações financeiras. Isso porque os *royalties* e participações especiais já equivaleram a 31,7% do Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado em 2006.

⁶⁷ Em 1985, a partir da Lei 7.453, o Rio de Janeiro passou a receber esses repasses. Até então sendo compreendidos como indenização, em 1989, com a Lei 7.990, os *royalties* passaram a ser definidos como uma compensação financeira. Somente em 1997, com a Lei 9.478, as participações especiais foram instituídas, enquanto pagamento adicional por grande volume de produção e rentabilidade, ou seja, uma compensação financeira extraordinária.

Tabela 18 – Indicadores sobre a importância dos repasses de Royalties e Participações Especiais para o Rio de Janeiro

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<i>Royalties</i> e Part. Especiais recebidas pelo Rio de Janeiro (R\$ milhões em valores correntes)	47	61	81	117	397	1.284	1.812	2.656	4.357	4.736	6.141	7.786
Part. Relativa no Total de <i>Royalties</i> e Part. Especiais Repassado (%)	38,4	39,5	42,4	41,1	40,3	44,2	45,0	46,7	46,4	45,9	46,6	47,1
Part. Relativa dos <i>Royalties</i> e Part. Especiais na Receita Total do Governo Estadual (%)*	0,4	0,3	0,3	0,5	1,3	5,0	6,4	8,7	11,8	11,2	13,3	15,0
<i>Royalties</i> e Part. Especiais/ICMS Arrecadado (%)*	0,5	0,6	0,7	0,9	2,6	9,7	12,4	16,2	23,8	21,6	27,4	31,7
<i>Royalties</i> e Part. Especiais/PIB estadual (%)*	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,6	0,8	1,0	1,6	1,5	-	-

Fonte: ANP, Info Royalties, Tesouro Nacional, IBGE - Contas Regionais

Nota: (*) excluiu repasses realizados para os municípios. (-) Não passível de cálculo por falta de dados disponíveis

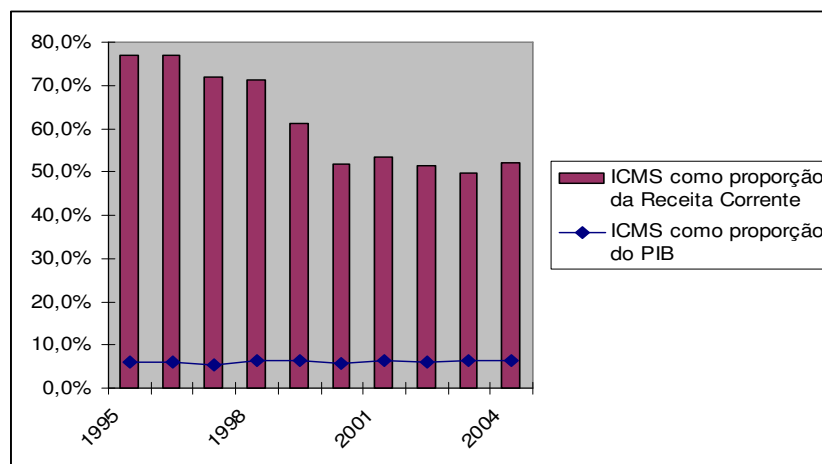
Do ponto de vista das finanças públicas do estado, torna-se preocupante a acomodação dos gastos correntes a uma receita exaurível⁶⁸ e vulnerável à variação cambial e dos preços externos, em vez de se garantir maiores receitas próprias através de recursos tributários. Isso fica evidente a partir do exame da evolução do ICMS no período 1995-2004. Apesar de permanecer com uma alíquota básica alta (em 2006, era 19%), sua arrecadação estadual está apresentando um dos piores desempenhos do país nos últimos anos, crescendo à taxa média anual de 5,0%. Como mostra o gráfico 6, além de ter havido uma queda significativa de sua participação relativa na renda corrente do governo estadual, sua coleta anual manteve-se na proporção de 6,0% do PIB fluminense. Nota-se que, em 2004, essa relação foi menor somente no Distrito Federal e no Amapá, sendo 7,6% na média dos estados brasileiros. É preciso lembrar que a arrecadação do ICMS na atividade petrolífera permanece prejudicada por não ser recolhida na origem (favorece as áreas do mercado final como São Paulo)⁶⁹. Nesse ínterim, como apontou José Leal e Rodrigo Serra (2002. p.8), há uma grande confusão pela

⁶⁸ Entrando em fase de maturação atualmente, a tendência é a produção diminuir na Bacia de Campos. Porém, a recente descoberta de um novo campo de produção na Bacia de Santos, em frente aos municípios de Niterói e Maricá, possa dar uma sobrevida à exploração de petróleo no estado.

⁶⁹ Recentemente, o governo do estado do Rio de Janeiro conseguiu no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que fosse autorizada a cobrança do ICMS sobre máquinas e equipamentos para as plataformas.

repartição de *royalties* no país carecer de um sentido econômico específico: “*atribui-se aos royalties a função de compensar os estados produtores da isenção constitucional de cobrança do ICMS sobre petróleo bruto enviado a outros estados*”.

Gráfico 6 – Evolução do ICMS como proporção da receita corrente e como proporção do PIB no Rio de Janeiro, período 1995-2004



Fonte: elaboração própria a partir de dados brutos do Tesouro Nacional

Além disso, devido a uma ambigüidade nas disposições legais, existe uma discrepância nos usos esperados dos *royalties* e participações especiais, o que leva a crer que não estão sendo necessariamente voltados para o desenvolvimento econômico⁷⁰. É importante destacar que, a partir da Lei 9478/97 e do Decreto 2.705/98, foram definidos os critérios atuais para o cálculo e cobrança e sua regulamentação, porém, somente para a União foram determinadas as áreas onde os recursos devem ser aplicados. Para os estados e municípios mantinha-se válido apenas as proibições dispostas na Lei 7.990/89, impedindo a destinação para a quitação de dívidas e folha de pagamento de pessoal. Porém, a Medida Provisória 1.868-20, de 26 de outubro de 1999, permitiu ao Rio de Janeiro utilizá-los para a renegociação de passivos com o governo federal e capitalização do Rioprevidência⁷¹. Dessa foram, através de um contrato de concessão de crédito entre os governos federal e estadual, ocorreu a antecipação dessas receitas referentes até dezembro de 2021. Nesse ponto, Patrícia Pereira (2002, p.137-138) resalta aspectos discutíveis dessa operação:

⁷⁰ Em vista da falta de uma maior especificação das proibições legais, aumenta a importância da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do estado sobre a arrecadação e o destino dos repasses.

⁷¹ Em 2001, esse benefício foi generalizado para as demais regiões pela Lei 10.195, autorizando a aplicação no refinanciamento das dívidas mobiliárias com a União e a capitalização de fundos de pensão estaduais.

“(...) foram comprometidos recursos futuros (*royalties* e participações especiais) por um período de 21 anos e três meses, comprometendo a decisão futura sobre a alocação destes recursos; o problema do endividamento do Estado não foi totalmente equacionado; se ocorrer uma redução dos valores distribuídos, o estado pode apresentar dificuldades financeiras para arcar com as parcelas devidas. Além disso, Quintella (2000, p.45) destaca que “os recursos destinados ao Rioprevidência são insuficientes para garantir a desoneração dos cofres do Estado do pagamento de benefícios previdenciários já assumidos e a assumir””.

Além dessa utilização para tentar equacionar a crise fiscal e previdenciária do estado, não se descarta também a possibilidade de uma contribuindo em práticas de Guerra Fiscal. Segundo o CODIN-RJ (2006, p.7-8), além da regulamentação do FUNDES em 1997, houve um acirramento da guerra fiscal no período 2000-2003, com a adoção intensa de práticas no estado para “*alterar artificialmente as margens de competitividade das empresas e, como consequência, as regras do mercado como um todo*”. Sabendo-se que o ICMS é o principal instrumento na política de guerra fiscal, parte da arrecadação perdida já poderia ser contrabalançada pelos *royalties* e participações especiais.

Ademais, destaca-se que, a partir dos municípios fluminenses, é muito comum serem criados fundos para oferecer incentivos financeiros à instalação de novos empreendimentos. Isso porque, a despeito dos baixos fluxos de recursos tributários serem freqüentes, alguns deles passaram a possuir uma das maiores taxas de *royalties* e participações especiais *per capita* do país, como mostra a tabela 19. Inclusive, em muitos desses municípios, essas compensações financeiras somadas superam significativamente o valor da receita tributária e os repasses governamentais juntas.

Tabela 19 – Principais taxas municipais de *Royalties* e Participações Especiais *per capita*, período 1999-2006

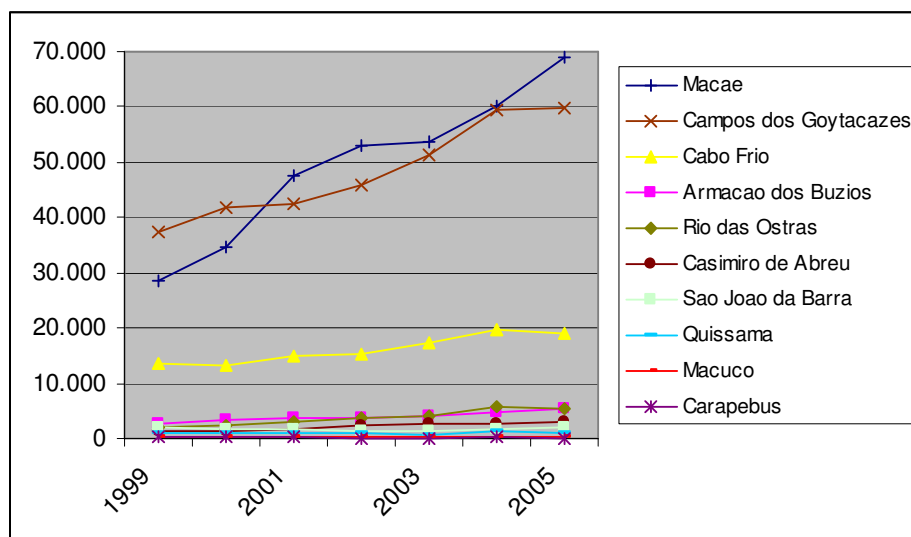
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Rio das Ostras	501,18	1654,69	2337,88	3289,5	4697,93	4507,07	5282,23	6076,42
Quissamã	1089,12	2243,94	2444,54	3146,82	4145,19	4175,36	4717,98	5183,21
Crapebus	726,03	1202,43	1483,59	2133,87	2477,46	2350,33	2699,62	3057,59
Casimiro de Abreu	278,89	513,71	622,51	1042,18	1295,75	1196,66	1966,08	3023,95
Macaé	267,73	631,25	826,25	1257,78	1744,49	1864,01	2178,55	2499,41
Armação dos Búzios	382,9	649,73	799,97	1325,72	1693,5	1550,8	1916,23	2262,07
Campos dos Goytacazes	119,73	347,13	501,31	724,05	1149,43	1228,96	1564,15	1960,23
São João da Barra	194,45	441,75	556,27	182,17	1044,42	1305,56	1575,52	1887,97
Cabo Frio	106,84	180,62	220,63	401,75	594,01	614,08	888,11	1265,59
Macuco	137,85	273,05	345,97	493,08	655,02	565,71	676,55	763,65

Fonte: Info Royalties , a partir de ANP e IBGE

Nota: R\$ em valores correntes

Como apontou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), esses recursos repassados têm sido um importante complemento nas receitas a fim do cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, porém, caracterizam-se como uma fonte errática no bojo da arrecadação mensal, ampliando as dificuldades para o planejamento dos orçamentos municipais que muitas vezes os empenham como se fossem recursos tributários. De toda forma, foi agigantado o valor de diversos orçamentos municipais, porém, sem haver relação de proporcionalidade com a geração de empregos formais e a despesa com investimentos, como pode ser visto no gráfico 7 e na tabela 20. Apesar disso, segundo o mesmo relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), fica inegável que a expressividade dos repasses vem contribuindo não apenas com o ajuste das contas públicas, mas inclusive com uma oferta limitada de melhores oportunidades de ocupação e um aumento do nível de investimento, embora a diversificação e o fortalecimento da base produtiva sejam pouco priorizados. Sendo assim, existe uma distorção na distribuição dos *royalties* e participações especiais por ser baseada em critérios físicos, não refletindo necessariamente os impactos socioeconômicos associados a uma trajetória econômica baseada em um recurso não-renovável⁷².

Gráfico 7 – Evolução do Emprego Formal Total nos municípios grandes beneficiários de *Royalties* e Participações Especiais, período 1999-2005



Fonte: Info Royalties, a partir de ANP e MTE – RAIS
 Nota: Exceto pessoal ocupado na administração pública

⁷² Como apontou José Leal e Rodrigo Serra (2002, p.3), os motivos para isso remetem à falta de um vasto debate quando sua normatização atual foi implementada: “o fato é que a repartição das participações governamentais era um adereço da questão maior que estava em debate: a quebra do monopólio estatal de exploração do petróleo e do gás natural”.

Tabela 20 – Indicadores da importância dos *Royalties* e Participações Especiais em alguns municípios escolhidos

(Royalties + Participações Especiais) / Receita Orçamentária			(Royalties + Participações Especiais) / Despesas com Investimento		
	1999	2006		1999	2006
Quissamã	48%	63%	Bom Jesus do Itabapoana	110%	1370%
Casimiro de Abreu	-	63%	Carapebus	240%	1050%
Carapebus	44%	62%	Quissamã	220%	850%
Armação dos Búzios	-	53%	São Sebastião do Alto	100%	810%
Macaé	37%	52%	Italva	170%	700%
Silva Jardim	13%	35%	Macaé	330%	690%
Mendes	-	27%	Bom Jardim	100%	610%
Engenheiro Paulo de Frontin	-	25%	Carmo	90%	580%
Macuco	12%	22%	Armação dos Búzios	-	540%
Miguel Pereira	-	22%	Natividade	-	520%

Fonte: Info Royalties, a partir de ANP e Secretaria do Tesouro Nacional

Notas: (-) Informação não disponível. Devido a esse motivo, não havendo disponibilidade dos dados para o ano de 2006, ficaram ausentes na tabela alguns municípios relevantes nessa questão como: Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Rio das Ostras. Por exemplo, a relação (Royalties + Participações Especiais) / Receita Orçamentária para Campos dos Goytacazes foi 52% em 2000, e para Cabo Frio e Rio das Ostras respectivamente foi 70% e 47% em 2005. Adverte que foram consideradas Despesas com Investimento aquelas classificadas no código 4.4.00.00.00 da Portaria Interministerial STN/SOF nº163/01, de 04 de maio de 2001, incluindo as Despesas com Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente, Aquisição de Imóveis, Inversões Financeiras.

Por isso, é importante também ressaltar o impacto regional da evolução dessa atividade. A instalação em Macaé da base de operações de exploração e produção para a Bacia de Campos ocorreu em 1977. Contudo, foi desde o volume notável de investimentos a partir de 1997 que vem representando transformações econômicas mais expressivas principalmente na região Norte Fluminense, embora, com reflexos também nas Baixadas Litorâneas. Nesse ínterim, é importante destacar que, mesmo tendo emergido uma estrutura produtiva capitalista, intensiva em capital e tecnologia, permaneceram sérias dificuldades para superar a força de inércia herdada das antigas atividades tradicionais. Afinal, os investimentos industriais e infra-estruturais de grande porte realizados não alteraram o quadro anterior de desarticulação produtiva, como Frédéric Monié (2003, p.271-272) ponderou:

“No período que vai do final dos anos 70 ao final da década de 90, a estatal petrolífera brasileira investiu cerca de 20 bilhões de reais na Bacia de campos e atraiu para a região uma onda de atores econômicos e equipamentos modernos (...). No entanto, esta mudança não se inseriu num projeto de desenvolvimento regional de grande alcance comparável aos projetos formulados nos anos 60 e 70, na Bahia (com o Complexo de Camaçari), ou em países como a Venezuela e a Argélia. No caso da Bacia de Campos, o crescimento da exploração do petróleo não foi acompanhado pela instalação de um complexo industrial e portuário comparável aos das regiões mencionadas. Em consequência disso, até o final dos anos 90, o Norte Fluminense recebeu “somente” uma série de equipamentos e serviços

offshore, além de alguns estabelecimentos industriais do setor para-petrolífero. Desta maneira, os efeitos desencadeadores – intersetoriais e espaciais – se encontravam relativamente limitados (...)”.

Portanto, ocorreu a justaposição de segmentos modernos, intensivos em capital, e segmentos que permaneceram tradicionais, de pouco conteúdo tecnológico. Esse aprofundamento da heterogeneidade estrutural trouxe o risco da formação de um “enclave” econômico à medida que as desigualdades setoriais de produtividade cooperaram para acentuar a desarticulação do sistema produtivo. Como chama atenção Rosélia Piquet (2003, p.224):

“Sabe-se que, de uma perspectiva teórica, a chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero “enclave” na região em que se localiza. A exploração de petróleo pode ser tão pouco benéfica para uma economia quanto qualquer produção extrativista, como borracha, minérios ou diamantes”.

Nesse ínterim, surgem preocupações ligadas ao fato da atividade petrolífera fluminense ser um empreendimento dirigido exogenamente à região produtora e em grande parte separado de seu entorno econômico, ou seja, não induzindo mudanças qualitativas no resto da estrutura produtiva regional apesar do volume não desprezível de encomendas de bens e serviços. Então, “*percebe-se um descompasso tecnológico e gerencial entre o complexo petrolífero e o resto da economia, sendo quase nula a participação das empresas locais no setor hegemônico*” (PIQUET, 2003, p.231). Sendo seu caráter estritamente extrativista, apenas Macaé é ligada diretamente à atividade petrolífera e recebe efeitos econômicos diretos. Mesmo nessa cidade, como apontou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), existem sérios limites para um maior arrasto produtivo⁷³:

“(...) todas as atividades da sede da Petrobras (administração, finanças, gestão de pessoal, relações internacionais, etc.) são realizadas no Rio de Janeiro e não têm chance alguma nem razão de serem deslocalizadas; outras são desconcentradas parcialmente nas demais capitais estaduais. As operações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) continuarão a serem feitas essencialmente a partir do grande centro de pesquisa (CENPES) da Petrobras, instalado no Rio de Janeiro, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que conta com um pouco mais de 1300 pesquisadores. Quanto à fabricação dos grandes equipamentos para a exploração e a produção petrolífera, ela é assegurada pelas grandes empresas especializadas de alta tecnologia instaladas nos grandes centros industriais do país (São Paulo, Rio de Janeiro, etc.). Nada justifica sua mudança no futuro para Macaé. Mais: o Município não tem vocação para receber as 5.000 empresas atualmente fornecedoras de bens e serviços da Petrobras.

⁷³ Nesse ponto, lembra-se que A Unicamp também tem seu Centro de Estudos de Petróleo (pesquisa e pós-graduação), patrocinado pela Petrobrás.

Observa-se, portanto, que o rumo do crescimento macaense possível na área do petróleo é bem delimitado” (p.106-107).

Ademais, persistem atividades tradicionais na maior parte dos outros municípios, com pouca ou nenhuma ligação direta com a economia do petróleo, ainda que sejam contempladas com um efeito fiscal positivo (distribuição de *royalties* e participações especiais). Por outro lado, grande parte da mão-de-obra oriunda das antigas atividades econômicas permaneceu à margem do mercado de trabalho, pressionando o setor serviços. Isso porque, não há uma correspondência direta entre os postos de trabalho na economia do petróleo e o perfil restrito da força de trabalho regional.

As preocupações se tornam mais graves diante do acirramento da competição intra-regional pelos recursos financeiros oriundos da exploração petrolífera. Segundo José Leal e Rodrigo Serra (2002, p.2): “(...) *os critérios vigentes de repartição das participações governamentais contribuem para uma elevação do grau de polarização espacial da riqueza no interior das regiões produtoras*”. Então, fica alijada a possibilidade de projetos alternativos de desenvolvimento regional em uma economia regional historicamente dependente de atividades agropecuárias e de transferências estaduais e federais. Nesse sentido, Frédéric Monié (2003) constatou que ocorreram: uma excessiva fragmentação da malha municipal por um movimento de emancipações significativo; um processo de reorganização econômica que beneficiou as cidades costeiras em detrimento do interior estagnado, tendo como reflexo a redefinição das alianças locais com a criação da Ompetro⁷⁴; e um aumento exacerbado do emprego público também nos municípios costeiros, principalmente, nas pequenas cidades de estrutura produtiva pouco desenvolvida.

Dessa maneira, fica claro que a distribuição desigual dos *royalties* e participações especiais são objetos de disputa, tendo o controle individualizado por cada município, sem possuir: mecanismo de regulação e fiscalização da destinação, formas de vinculação das receitas, composição de fundo de desenvolvimento ou orientação política regional. No contexto do Norte Fluminense, José Luís V. da Cruz (2005, p.97) sintetizou que:

“(...) trata-se de uma região-problema, com profundas desigualdades socioespaciais e socioeconômicas, cujas origens remontam ao tradicional sistema sociopolítico e à monocultura da cana; o enclave petrolífero contribuiu para a reprodução do padrão concentrado e polarizado do seu desenvolvimento econômico, como se tratasse de uma nova monocultura; com isso, o mercado de trabalho regional é restrito, seletivo, polarizado e excludente. Os recursos advindos dos royalties e participações espaciais poderiam alterar esse quadro histórico. No entanto, a herança sociopolítica

⁷⁴ Criada em 2001, a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (Ompetro) é um representação das novas lideranças regionais que congrega cinco municípios da região Norte Fluminense e quatro das Baixadas Litorâneas, todos eles costeiros.

das antigas elites regionais se perpetuou nas novas elites e estas vêm utilizando os royalties da mesma forma concentradora, autoritária, patrimonialista e clientelista; portanto, excludente”.

Então, do ponto de vista regional, a grande expansão da atividade petrolífera se reflete num quadro de “*modernização excludente*” (PIQUET, 1990). Sendo a maioria dos investimentos associados basicamente à exploração de recursos naturais, manteve-se compreendida em metas setoriais nacionais e desvinculada das condições socioeconômicas locais. Com fracos encadeamentos com o resto da estrutura produtiva, não reorganizou significativamente a estrutura produtiva preexistente e gerou “disfunções” socioeconômicas pelas exigências do empreendimento. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se tornou veículo de crescimento (principalmente para segmentos como Comércio, Construção Civil e Aluguéis), foi explicitada a debilidade das forças produtivas regionais. Além disso, não havendo o enfrentamento das contradições nas formas históricas de reprodução social, elas foram mantidas à custa de cobrar uma transferência privilegiada de recursos públicos apropriada pelas elites políticas locais, o que aumenta o perigo de se transformar em um mecanismo concentrador de renda. Dito em outras palavras, foram geradas novas formas de exclusão e reproduzidas as desigualdades históricas pela falta de maior compromisso com o desenvolvimento regional.

Para reverter esse quadro, seria fundamental não apenas enfrentar com mais intensidade o legado histórico de carências sociais, mas promover a diversificação produtiva. Como aponta o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), deveria ser enfatizado, por um lado, a construção de um pólo alimentar e energético pautado na agricultura irrigada e na produção de energia a partir de biomassa, e, por outro lado, a consolidação do pólo universitário em Campos dos Goytacazes⁷⁵ e a formação de um pólo técnico-industrial em Macaé. Sendo assim, esse esforço necessário fortaleceria atividades difundidas e enraizadas na dinâmica regional, bem como, iria se voltar para uma maior articulação entre os setores produtivos e as instituições de pesquisa disponíveis, a fim da melhoria também de produtos e processos.

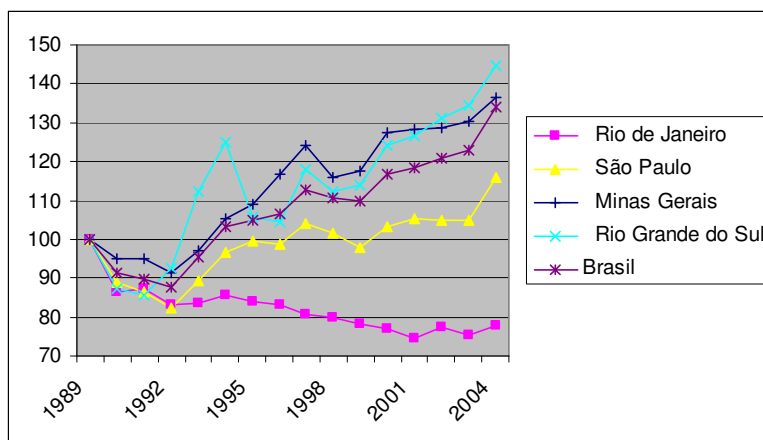
⁷⁵ É preciso lembrar que Campos dos Goytacazes é o município interiorano com maior densidade de unidades de ensino superior e pesquisa (LA ROVERE, CARVALHO e SOBRAL, 2004). Em particular, a fundação da UENF consolidou um núcleo público de pesquisa e impulsionou a expansão do ensino superior, inclusive ocorrendo a instalação de outras unidades universitárias. Cabe ainda sublinhar, a presença das sedes de instituições como a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO), a Fundação de Desenvolvimento do Norte Fluminense (FUNDEDOR), e o Parque de Alta Tecnologia do Norte Fluminense (TECNORTE).

4.2 – Indústria de Transformação

A desindustrialização foi flagrante na economia fluminense. Segundo Wilson Cano (2007), um sinal claro desse processo ocorreu em pelo menos 11 economias estaduais, entre as quais, o Rio de Janeiro era um dos casos mais graves, com uma redução da participação no PIB estadual de 21,2% para 17,3% entre 1989 e 2004. Isso fica mais explícito ao se notar que, segundo as Pim-Pfs, nesse mesmo período, sua indústria de transformação teve uma taxa de crescimento médio negativa (-1,5% ao ano). Além disso, entre 1991 e 2000, a ocupação também teve um crescimento negativo (-29,5%), o que acarretou uma redução da sua participação na PEA estadual de 23,1% para 18,9%, e na PEA nacional de 9,3% para 8,1%.

Cabe destacar que o processo de desindustrialização no estado tem especificidades próprias, embora sofra as conseqüências de continuar caudatário da economia paulista. Afinal, somente sua indústria de transformação, a paulista e a pernambucana tiveram perdas significativas de participação no VTI nacional (a queda no Rio de Janeiro foi de 10,3% para 7,8% entre 1989 e 2005). Ressalte-se ainda que a inflexão econômica positiva já mencionada não alterou significativamente o quadro negativo do setor, tendo ocorrido ainda pequena redução de seu peso nacional no período 1996/2005 (-0,3%). Como mostra o gráfico 8, quando comparada sua evolução real do VAB com a ocorrida nas principais indústrias de transformação estaduais e na média nacional, fica visível um progressivo distanciamento, atenuado somente a partir de 2002. Isso demonstra que não apenas ocorre um quadro de estagnação, mas ainda perduraram sinais da depressão que foi superada pelas demais estruturas industriais estaduais após 1992.

Gráfico 8 – Evolução real do VAB das principais indústrias de transformação estaduais e da média nacional, período 1989-2004 (1989 =100)



Fonte: IBGE – Contas Regionais

É importante sublinhar que existem problemas metodológicos, por vezes insolúveis, nas informações disponíveis. Esse é o caso das contradições verificadas entre as cifras das Pim-Pfs e as observadas nas PIAs: por exemplo, entre 1996 e 2005, há um crescimento negativo de -7,1% na indústria de transformação enquanto a participação nacional pela PIA apenas se reduziu -0,3%. Como destaca Wilson Cano (2007), isso só seria possível se as estruturas produtivas e os preços relativos do Brasil e do Rio de Janeiro tivessem alterações significativas de forma diferenciada, o que não houve aparentemente. Embora isso impeça uma mensuração mais precisa, não altera a interpretação da situação crítica por que vem passando o setor. Isso porque, mesmo apresentando alguns resultados mais favoráveis nos últimos anos, não se pode afirmar que houve uma recuperação da indústria de transformação.

Além disso, houve uma descontinuidade nas pesquisas disponíveis, como já apontado no capítulo anterior. Entre 1985 e 1995, não houve censo, sendo os dados basicamente limitados aos índices de produção física (Pim-Pfs), o que tornou bastante difícil as análises estruturais e de participação regional. Entre 1996 e 2005, esse problema já foi melhor contornado pelas PIAs. Por isso, a análise foi dividida em dois movimentos: no primeiro, tomando todo o período de 1989 a 2006, foram analisadas as séries de longo prazo da Pim-Pfs e algumas fontes adicionais, como a RAIS para avaliar a evolução do mercado de trabalho formal e a base Alice da SECEX/MDIC para avaliar a evolução da pauta exportadora; no segundo, tomando apenas o período 1996/2005, foram usadas as PIAs para examinar com mais profundidade as questões estruturais.

- Exame das séries disponíveis para todo o período 1989-2006

Antes de seguir adiante, é necessário advertir sobre sérios problemas metodológicos relacionados aos dados disponíveis pelas Pim-Pfs. Isso porque a série antiga terminou em 2003, enquanto a série nova contempla apenas o período 1991/2006. Desse modo, mesmo combinando as duas, ainda se teria um gargalo para o ano de 1991. Esse problema foi contornado estimando-se os valores desse ano ao comparar, para o período 1989/1994, o índice obtido a partir da taxa de crescimento em Pacheco (1998, p.132) com aquele baseado nos dados da antiga série da Pim-Pfs. Adotou-se esse procedimento porque no trabalho referido desse autor os dados de 1991 não estão omitidos. Além disso, é preciso chamar atenção que foi alterada a classificação dos ramos entre a série antiga e a nova, impedindo que fosse encadeada para todas as atividades. Dessa forma, em determinados ramos, só foi possível o cálculo para o período 1989/2003 (Vestuário e Calçados, Papel, Material Elétrico, e

Materiais de Transporte) e para o período 1991-2006 (Derivados de Petróleo e Álcool, Outros Produtos Químicos, e Veículos Automotores). No caso desses últimos, que tomaram 1991 como ano-base, é preciso ainda destacar que as taxas de crescimento médio obtidas ficaram sobreestimadas, porque, entre os anos de 1989 a 1991, ocorreu uma forte retração produtiva na média da indústria estadual (-16,8%).

O período recente é caracterizado por graves transformações na estrutura industrial brasileira. Por um lado, perdem espaço atividades intensivas em trabalho, em escala, e em fornecimento especializado (majoritariamente BK), por outro, ganham espaço atividades intensivas em recursos naturais. De uma maneira geral, ocorreu o debilitamento dos complexos Metal-Mecânico, Químico e Têxtil, como aponta Haguenaer et al. (2001, p.19):

“Ocorreu, dessa forma, um esgarçamento nos fluxos intracomplexos, concentrando-se os maiores impactos da liberalização comercial principalmente nas etapas intermediárias dos complexos químico e metal-mecânico, além das indústrias têxteis. Reduziu-se, assim, a transmissão de encadeamentos para trás a partir da demanda por produtos finais dos respectivos complexos, contribuindo para reduzir também a escala e o dinamismo em suas bases, além de emprego e geração de renda no país. Estilizadamente, o ajuste caminhou em uma direção que, no extremo, levaria as indústrias de base a exportarem para atividades intermediárias no exterior, das quais as indústrias de produtos finais no país importariam seus insumos, rompendo-se a integração local desses complexos”.

Por conseguinte, isso impôs sérios limites a expansão da capacidade produtiva, acentuando uma tendência à estagnação relativa. Diante da menor demanda interna, sobressaíram as atividades mais voltadas à exportação. Entre elas, destaca-se a produção de *commodities*, que na forma de fornecedora de grandes grupos internacionais, ultrapassou as deficiências de escala e o menor dinamismo intra-industrial no país. Por outro lado, com o descasamento de algumas cadeias produtivas, houve a substituição de alguns elos por importações, atingindo principalmente segmentos de BI e BK. Desse modo, diversas atividades dinâmicas encolheram, expostas às pressões competitivas impostas pela política neoliberal, e ganharam evidência atividades de menor complexidade, redundando numa inserção externa passiva, onde ampliou-se o comando das empresas multinacionais. Afinal, enquanto uma parte da produção conseguiu se internacionalizar em redes de produção globais, os ativos estratégicos, como laboratórios de P&D e os núcleos da administração financeira, puderam ser mais facilmente concentrados nas regiões de origem das empresas multinacionais, o que formou, em novas bases, os laços de dependência externa.

Assim, caracterizou-se uma *reestruturação defensiva* que atingiu boa parte da indústria brasileira, e que levou ao maior uso de insumos e capacidade tecnológica importados e a forte retração do emprego. Especificamente, aumentou-se o caráter cíclico da expansão

interna (ciclos curtos e menos intensos) e as possibilidades de uma expansão externa não estiveram abertas de forma indiscriminada. Rodrigo Sabbatini (2002, p.12-13) foi enfático em seu diagnóstico:

“(...) restaram conseqüências negativas, como a desindustrialização em segmentos relevantes (em bens de intermediários e bens de capital), desnacionalização de ativos, afastamento de setores produtores de bens tecnológicos que passam a ser majoritariamente importados, e sobretudo, forte redução do emprego. Além disso a nova estrutura impõe forte vulnerabilidade externa e, por conseguinte, limites intrínsecos ao crescimento sustentável da indústria brasileira”.

Portanto o que vem ocorrendo é uma séria crise estrutural, que parece sugerir uma evolução regressiva diante das trajetórias históricas do desenvolvimento industrial. Um reflexo imediato disso foi o grupo de BCND ter crescido fisicamente acima da média da indústria nacional e dos outros grupos, apesar das enormes quedas nos ramos de Têxtil e de Vestuário e Calçados⁷⁶. Esses ramos também apresentaram elevadas reduções no Rio de Janeiro, como mostra a tabela 21. Contudo, a Farmacêutica e a Perfumaria também tiveram retrações significativas nessa região (respectivamente, -4,7% e -2,9% ao ano), ao contrário das expressivas expansões que tiveram na média nacional. O único que teve um desempenho positivo foi o ramo de Bebidas, que cresceu 3,7% ao ano.

O grupo de BI, sendo um dos mais atingidos pela crise nacional, só teve crescimento considerável naqueles ramos que tiveram mais facilidade para exportar. No Rio de Janeiro, apenas Minerais Não-Metálicos, Metalurgia Básica, e Derivados de Petróleo e Álcool tiveram taxas de crescimento médio positivas, como também mostra a tabela 21. No entanto, é importante ressaltar o acentuado caráter cíclico da dinâmica desses ramos, o que demonstra que não apresentaram um crescimento sustentado. Assim, seus melhores desempenhos refletiram alguns saltos expansivos, como mostra a tabela 3 do anexo. Além disso, a modesta expansão de Derivados de Petróleo e Álcool e a grave retração de Borracha e Plástico indicam que a enorme expansão da extrativa mineral não demonstrou uma capacidade de arrasto significativa.

Já no grupo de BCD+BK, também atingido pela crise, os resultados que melhor se sobressaíram em grande parte refletiram o aumento das exportações, semelhante ao caso do grupo de BI. Ademais, é importante sublinhar os reflexos da Guerra Fiscal no desempenho de

⁷⁶ Wilson Cano (2007) ressalta o estranhamento com as cifras terríveis dessas atividades. Isso porque, além do crescimento populacional, eles foram dos que mais ampliaram suas exportações. Soma-se a isso que a acentuada desconcentração da produção desses ramos pode ter ocultado em parte seus dados de produção junto as pesquisas oficiais. Afinal, isso só pareceria menos irreal no caso de fortes alterações técnicas, alterando drasticamente custos e preços, ou no caso de uma terceirização e uma precarização do trabalho extremamente elevadas.

algumas estruturas produtivas regionais. Esse é o caso do Rio de Janeiro, onde o grande destaque nesse grupo foi a enorme expansão de Veículos Automotores (14,4% ao ano)⁷⁷ diante da instalação de duas novas plantas, a da Volkswagen e da PSA Peugeot-Citroen. Apesar disso, Material Elétrico teve uma forte retração (-7,2% ao ano), o que indica que não sofreu um arrasto significativo apesar da recuperação ocorrida na produção automobilística.

Dessa forma, a evolução física da produção industrial fluminense demonstrou seguir os graves determinantes do quadro de semi-estagnação nacional. Por conseguinte, algumas atividades isoladamente se destacaram, mas sem garantir um fortalecimento mais expressivo da dinâmica intra-industrial. Cabe ainda lembrar o reflexo que ela também sofre das privatizações mal realizadas. Lembrando que, no Rio de Janeiro, a parcela de estatais sempre foi muito significativa, o desmembramento ou a transferência de unidades das mesmas com as privatizações lhe foi muito prejudicial⁷⁸.

⁷⁷ Deve interpretar com cautela a expressividade dessa expansão, porque foi uma indústria que começou praticamente do zero. Logo, partiu-se de uma base de comparação muito reduzida.

⁷⁸ Como chamou atenção Robson Silva (2004, p.118): “Assinala-se que o estado foi um dos principais alvos do programa de desestatização do governo federal. Na década, várias de suas principais empresas estatais foram transferidas para a iniciativa privada, entre as quais a Petroflex (1992), Companhia Nacional de Álcalis (1992), Companhia Siderúrgica Nacional (1993), Light (1996) e a Companhia Vale do Rio Doce (1997) e as empresas componentes do sistema Telebrás (1998). Destacamos, ademais, que muitas empresas públicas estaduais foram privatizadas (no âmbito do programa estadual de privatizações), com destaque para CERJ, CEG, BANERJ e CONERJ”.

Tabela 21 – Taxas de crescimento médio da indústria de transformação fluminense no período 1989-2006

	1989/2003 (2)	1992/2006 (3)	1989/2006 (4)
Bens de consumo não durável:			
Farmacêutica*			-4,7%
Perfumaria, sabões e velas*			-2,9%
Têxtil			-2,1%
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-6,6%		
Alimentos			-1,1%
Bebidas			3,7%
Bens Intermediários:			
Borracha e plástico*			-4,0%
Minerais não metálicos			1,1%
Metalurgia básica			1,2%
Papel	-5,1%		
Derivados de petróleo e álcool		1,0%	
Outros produtos químicos		-4,8%	
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:			
Material Elétrico	-7,2%		
Material de Transporte	-8,7%		
Veículos automotores		14,4%	
Indústria de transformação (1)			-1,5%

Fonte: IBGE (Pim-Pfs) e Pacheco (1998, p.132)

Notas: (*) Para estes ramos não se teve acesso aos valores respectivos para 1991, então se considerou nele a mesma variação que aquela do total da indústria de transformação. (1) Inclui ramos não computados acima. (2) Valores brutos da série antiga da PimPF terminada em 2003. (3) Valores brutos da série nova da PimPF. (4) Valores brutos da série antiga da PimPF até 1991 e da série nova da PimPF a partir de 1992.

Nesse íterim, é essencial mencionar os reflexos da *reestruturação defensiva* sobre o mercado de trabalho. Assim, em vez de um maior desenvolvimento tecnológico, a pressão competitiva foi respondida basicamente por um forte corte de custos, em especial de mão-de-obra. Tomando o período 1985-2001, Mônica de Alcântara (2005), verificou que o emprego industrial caiu 26,6% no Rio de Janeiro, enquanto subiu nos demais estados (excetuando São Paulo)⁷⁹. Isso porque, com exceção de Veículos Automotores e Madeira (respectivamente, expandiram em 46% e em 6%)⁸⁰, todos os outros ramos da indústria fluminense tiveram contrações nos seus níveis de ocupação, inclusive sendo bastante expressivas nos seguintes casos: Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática (-77,8%), Outros Equipamento de Transporte (-71,2%), Têxtil (-60,4%), Mecânica (-64,0%), Material Eletrônico (-56,4%), Minerais Não-Metálicos (-53,6%), Móveis e Indústrias Diversos (-47,4%). Por outro lado, Produtos Alimentícios e Bebidas, Vestuário, Química (incluindo Farmacêutica e Perfumaria),

⁷⁹ A análise foi baseada nos dados do Censo Industrial de 1985 e do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) de 2001.

⁸⁰ Reconhecendo o pequeno peso do ramo de Madeira, seu resultado positivo tem reduzida representatividade na evolução do mercado de trabalho da indústria fluminense.

Editorial e Gráfica, e Produtos de Metal mantiveram-se como as atividades mais empregadoras na indústria de transformação estadual. Além disso, diante das graves reduções de participação no total nacional dos ocupados em Outros Equipamentos de Transporte, Editorial e Gráfica, e Máquinas de Escritório e Informática, a única atividade que se manteve acima de 20% foi Derivados de Petróleo e Álcool.

Especificamente, os rebatimentos negativos sobre o segmento formal do mercado de trabalho são evidentes diante da precarização ao longo da década de 1990. Como afirma Pochmann (2007, p.6): “quanto mais intenso o ritmo de expansão do produto, mais alto tende a ser o aumento do emprego formal”. Portanto, em um cenário de baixo dinamismo, as oportunidades de ocupação formal foram bastante limitadas. Como mostra a tabela 22, no período 1990/2005, elas reduziram-se fortemente e de forma generalizada na indústria de transformação fluminense. Dessa forma, os ramos que geralmente se destacaram foram aqueles em que suas ocupações tiveram menores perdas, destacando-se Alimentos e Bebidas. A grande exceção foi o crescimento das ocupações formais na Metalurgia Básica ter sido positivo nesse período. Por outro lado, chama atenção as reduções bastante expressivas nos ramos de Calçados, Materiais Elétricos e de Comunicações e Material de Transporte (quanto a este último apenas verificado na década de 1990).

Apesar desse quadro negativo, a tabela 22 também mostra que os resultados parecem estar melhorando nos últimos anos. O emprego formal voltou a crescer em diversos ramos no período 2000/2005, o que levou a um aumento de 11,5% na média da indústria de transformação estadual. Entretanto, isso pode estar em parte refletindo apenas a melhora na fiscalização feita pelo órgão de pesquisa (MTE). Por outro lado, é preciso notar o peso da forte expansão das ocupações formais em Material de Transporte (sendo descontada do agregado industrial, o crescimento dele foi apenas de 5,5%). Quanto a essa última atividade, analisando de forma mais desagregada, notou-se que enquanto Veículos Automotores aumentaram 44,8%, Outros Equipamentos de Transporte (incluindo a Construção Naval) aumentaram 431,1%. Portanto, houve um salto na geração de empregos formais na Construção Naval, embora a expressividade dessa expansão seja devida a se ter partido de uma base de comparação muito reduzida. Fenômeno semelhante ocorreu em Derivados de Petróleo e Álcool (cresceu 659,8%), o que merece a mesma advertência. É importante ainda sublinhar que Mecânica, após apresentar elevada contração dos ocupados durante a década de 1990, obteve um crescimento de 27,8%.

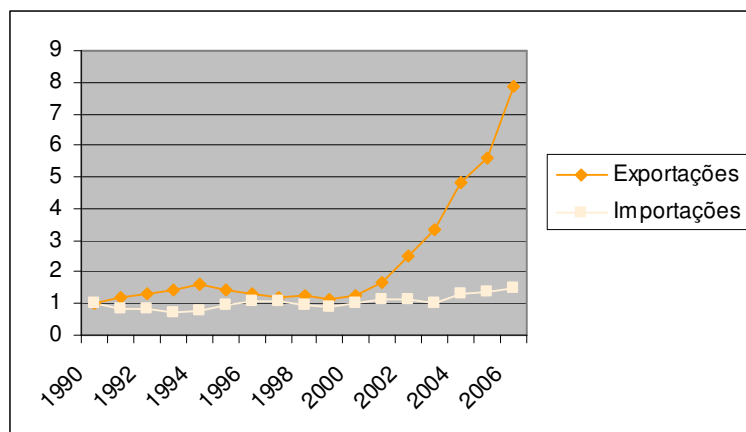
Tabela 22 – Taxas de crescimento do emprego formal industrial, período 1990-2005

	1990-1995	1995-2000	2000-2005	1990-2005
Têxtil	-32,5%	-18,1%	0,6%	-44,4%
Calçados	-63,2%	-56,2%	-20,1%	-87,1%
Alimentos e Bebidas	12,5%	-22,5%	9,7%	-4,3%
Química (incluindo Farmacêutica e Perfumaria)	-20,2%	-21,0%	9,8%	-30,8%
Minerais Não-Metálicos	-57,1%	-2,0%	2,6%	-56,9%
Metalurgia Básica	27,0%	-29,6%	13,1%	1,2%
Madeira e Mobiliário	-36,9%	-16,8%	-11,7%	-53,7%
Editorial e Gráfica (incluindo Papel)	-18,4%	-20,7%	-3,4%	-37,4%
Borracha, Fumo e Couro	-59,4%	-12,9%	7,7%	-62,0%
Mecânica	-34,2%	-13,4%	27,8%	-27,1%
Material Elétrico e de Comunicações	-60,2%	-25,7%	-33,3%	-80,3%
Material de Transporte	-34,7%	-50,3%	196,4%	-3,9%
Indústria de Transformação	-25,7%	-21,9%	11,5%	-35,3%
Extrativa mineral	-49,10%	32,72%	89,65%	28,12%

Fonte: MTE - Rais

Embora tivesse um baixo dinamismo e um mercado de trabalho enfraquecido, o aumento do volume de exportações tornou-se, nos últimos anos, um novo condicionante para a evolução da base industrial. Como mostra o gráfico 9, na primeira metade da década de 2000, as importações apresentaram resultados modestos enquanto as exportações tiveram uma elevada expansão (entre 2000 e 2006, crescimento médio de 35,7% ao ano). Por conseguinte, passa a ocorrer saldos positivos cada vez maiores na balança comercial desde 2004. Além disso, as exportações fluminenses vêm aumentando sua participação em termos nacionais, passando de 5,6% para 8,3% entre 1991 e 2006. Inversamente, as importações fluminenses perderam bastante seu peso relativo, passando de 19,1% para 8,0% no mesmo intervalo.

Gráfico 9 – Evolução do volume físico exportado e importado no Rio de Janeiro (1990=1)



Fonte: SECEX/MDIC

Em um breve período, a economia fluminense tornou-se uma das principais economias exportadoras do país⁸¹. A princípio, esse desempenho tão surpreendente parecia ter alterado a configuração tradicional das suas relações comerciais. Anteriormente, elas eram caracterizadas pelo menor abertura externa, com uma produção voltada para o consumo estadual e para o comércio inter-regional bastante concentrado em atividades intensivas em escala e complementares majoritariamente as economias vizinhas (PROCHNIK e VAZ, 2002; VASCONCELOS e OLIVEIRA, 2006). Todavia, cabe lembrar que, sendo São Paulo o principal destino de suas vendas, o arrefecimento desta economia continua impedindo melhores resultados que poderiam ter maior poder de arrasto produtivo. É importante ainda destacar a continuidade de elos frágeis nas cadeias produtivas do estado que precisam ser complementados por um volume considerável de importações de componentes diversos quando aumenta o nível de atividade. Dessa forma, a expressividade dos saldos comerciais mais recentes tenderia a diminuir caso aumentasse o dinamismo industrial.

Por isso, é fundamental perceber que o aparente sucesso exportador não representa uma maior maturidade da estrutura produtiva em face da continuidade no esgarçamento de suas cadeias produtivas. Essa interpretação é reforçada pelo entendimento que o aumento no grau de abertura não alterou a natureza do seu comércio externo pautado em uma diversidade pequena de produtos e, em sua maioria, de baixo valor agregado.

Como mostra a tabela 23, a evolução dos principais ramos de sua pauta exportadora indica que o principal responsável para se manter a surpreendente performance externa foi a

⁸¹ Com dados de 2006, o Rio de Janeiro já seria o quarto maior exportador do país. Contudo, pesquisa recente da FIRJAN (Rio Exporta de março de 2007), já estaria indicando que ele se tornou o terceiro exportador do país.

extrativa mineral (basicamente, a produção petrolífera), possuindo um valor que já ultrapassa a metade da pauta, e seria ainda maior se fossem somados os produtos refinados. Portanto, tornou-se explícita a enorme dependência do petróleo e seus derivados para se manter uma dinâmica mais internacionalizada, isso porque a maioria da indústria de transformação fluminense ainda confirma um perfil voltado para o mercado interno. Além disso, o perfil de sua pauta exportadora pouco se alterou, continuando a ser pouco diversificada, destacando-se apenas poucos ramos: a Química, a Metalurgia, e, em menor medida, o Material de Transporte.

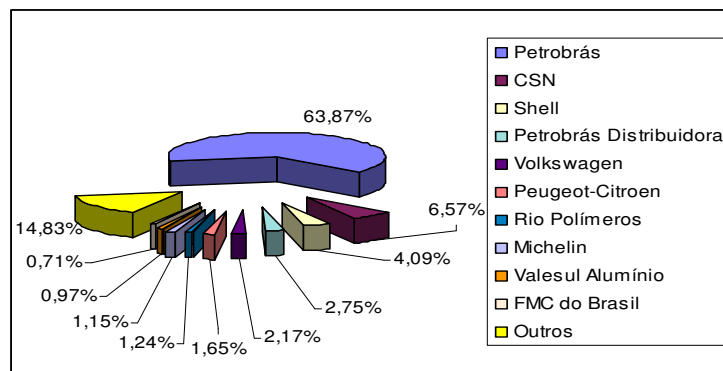
Tabela 23 – Evolução dos principais ramos da pauta exportadora, período 1989-2006

Período	Extrativa mineral	Química	Metalúrgica	Material de transporte	Mecânica	Indústrias diversas
1989	0,9%	19,8%	47,2%	3,6%	1,4%	5,6%
1996	1,8%	18,2%	41,3%	4,7%	1,9%	5,5%
2000	9,9%	20,4%	27,7%	3,5%	2,5%	8,9%
2006	58,2%	11,7%	10,8%	4,4%	1,5%	1,4%

Fonte: Elaborado pela FUNCEX a partir de dados da SECEX/MDIC

Com a avaliação do *ranking* das maiores empresas exportadoras no ano de 2006, a estreiteza do comércio externo fluminense fica mais explícita: só a Petrobrás junto com a Petrobrás Distribuidora contribuíram com 66,62%, como se pode ver no gráfico 10.

Gráfico 10 – Participação das principais empresas na pauta exportadora fluminense em 2006



Fonte: SECEX/MDIC

Além disso, em um cenário nacional de maior abertura econômica, chama atenção uma pauta exportadora composta em sua maioria de *commodities* da base dos complexos Metal-Mecânico e Químico-Farmacêutico (com exceção de carros e caminhões, destacam-se

na pauta: petróleo e derivados, pneus, aço, polietileno, entre outros). Essa concentração revela o baixo valor agregado e o pequeno conteúdo tecnológico das exportações. Como se pode notar na tabela 24, o perfil tecnológico das exportações fluminense passou por uma transformação negativa justamente nos últimos anos. Houve, como esperado, o enorme aumento de participação do segmento composto por petróleo e derivados e a redução de participação dos demais, sendo as perdas mais expressivas em produtos intensivos em alta e baixa intensidade tecnológica. Ainda que o resultado para 2006 traga dúvidas, ressalta-se a possibilidade de uma maior recuperação dos grupos de produtos de média e de baixa intensidade tecnológica no futuro próximo. Isso porque é provável o aumento das exportações da indústria automobilística e já está anunciada a instalação de novas siderúrgicas com destacado direcionamento para o mercado externo.

Tabela 24 – Evolução do perfil tecnológico das exportações fluminense, período 1999-2006

	Alta Intensidade tecnológica	Baixa Intensidade tecnológica	<i>Commodities Primárias</i>	Intensivo em trabalho e Recursos Naturais	Média Intensidade tecnológica	Petróleo e Derivados
1999	24,40%	35,74%	13,24%	7,32%	11,48%	7,82%
2000	19,83%	28,83%	11,21%	8,26%	11,95%	19,92%
2001	13,71%	15,58%	6,55%	5,71%	9,50%	48,97%
2002	7,93%	14,80%	5,04%	3,59%	5,58%	63,07%
2003	6,10%	20,55%	5,49%	3,03%	7,31%	57,52%
2004	4,83%	34,80%	4,14%	2,32%	9,22%	44,70%
2005	4,73%	19,00%	4,09%	2,17%	10,01%	60,00%
2006	3,79%	10,73%	3,22%	1,49%	8,53%	72,24%

Fonte: FIRJAN (Nota técnica n.8/2007) baseado em dados do SECEX/MDIC

Nota: Segundo a FIRJAN (Nota técnica n.8/2007, p.1): “o perfil tecnológico das exportações é construído a partir de metodologia desenvolvida pela UNCTAD, na qual os produtos são classificados em seis categorias de acordo com as características de trabalho, tecnologia, intensidade de capital e escala de produção. Tais categorias são as *Commodities Primárias* (produtos agrícolas e de origem animal, minérios em geral, madeiras não trabalhadas, dentre outros), *Bens Intensivos em Trabalho e Recursos Naturais* (tais como fios e tecidos, vestuário, couros, madeiras trabalhadas, papéis e caixas), *Bens com Baixa Intensidade Tecnológica* (produtos de porcelana, laminados e outros produtos semimanufaturados de ferro e aço, artefatos domésticos e de uso industrial de ferro, locomotivas e vagões, motocicletas, navios e outras embarcações), *Bens com Média Intensidade Tecnológica* (artigos de plástico e de borracha, automóveis e peças, motores e turbinas, máquinas e equipamentos diversos), *Bens com Alta Intensidade Tecnológica* (produtos químicos e médico-hospitalares, óticos, digitais, aviões e helicópteros, chips e semicondutores, dentre outros) e *Petróleo e Derivados*”.

Consequentemente, parte dos determinantes da demanda foram deixados em grande parte subordinados às atividades pouco dinâmicas do mercado mundial, onde sofrem restrições diante das oscilações que levam a preços frequentemente desfavoráveis. Permanecendo as dificuldades para fortalecer sua dinâmica intra-industrial, o que de fato

ocorreu foi o aumento da vulnerabilidade externa, ocultado pelo desempenho das exportações da extrativa mineral. Afinal, o esforço exportador não ancorou um ciclo de crescimento sustentado para o conjunto da economia fluminense. Assim, o grau de abertura externa dessa economia vem sendo rapidamente ampliado sem alterar a natureza da sua inserção regional periférica, extremamente frágil aos percalços da economia nacional.

- Principais mudanças das participações regionais no VTI entre 1985-2005

Antes de prosseguir com a análise, adverte-se que o confronto das participações regionais foi feito em dois cortes: o primeiro, comparando os valores do censo de 1985 com os da PIA de 1996; o segundo, comparando os valores dessa última com os da PIA de 2005. Isso porque, o período 1985/2005, além de ser muito longo, foi entrecortado por desequilíbrios macroeconômicos e oscilações na demanda e nos preços.

Com a continuidade do seu processo de estagnação no período 1985/1996, não foi surpresa que as perdas de participação relativa da indústria de transformação fluminense se mantivessem. Como mostrou a tabela 9, elas atingiram a maioria dos segmentos. O grupo de BCND foi o único que não apresentou redução relativa, provavelmente como um dos efeitos do arrefecimento da desconcentração produtiva nacional. Isso não significa que foi interrompida a trajetória cadente da maioria dos seus ramos, apesar de diversos deles ainda terem participações acima de 10% (por exemplo, Vestuário, Editorial e Gráfica, Farmacêuticos e Perfumaria). A exceção mais significativa nesse quadro de retração relativa generalizada foi o aumento de 8,5% para 14,8% em Bebidas, o que demonstra que um resultado negativo no agregado do grupo foi evitado em grande parte por sua causa. Provavelmente, isso reflete tanto a criação da Cervejaria Petrópolis (fabricante da cerveja *Itaipava*) em 1993, quanto a implantação de uma nova fábrica da empresa Rio de Janeiro Refrescos (fabricante dos produtos da marca *Coca-Cola*) após ser adquirida pelo Grupo Andina em 1994. Todavia, é preciso lembrar que houve o encerramento de várias plantas industriais no bojo da grave crise econômica.

O grupo de BI teve pequena redução relativa de 10,6% para 10,1%. Apesar disso, no bojo do crescimento na indústria brasileira das atividades exportadoras e energéticas, Metalurgia Básica e Derivados de Petróleo e Álcool asseguraram participações acima dos 10% no VTI nacional. Nesse ínterim, destacam-se os ganhos relativos na Metalurgia Básica (4,6%), além dos na Borracha (4,0%). Contudo, diante da expansão da produção petrolífera, as atividades químicas apresentaram resultados abaixo dos esperados: Derivados de Petróleo e Álcool tiveram apenas um modesto ganho relativo (0,9%) e Outros Produtos Químicos

tiveram uma perda relativa (-2,8%). Sublinha ainda a continuação nas reduções das participações de Papel e Celulose bem como de Matérias Plásticas, sendo que, desta última foi de uma forma bem mais expressiva que no período anterior (-5,9%, enquanto, anteriormente, foi apenas -1,3%).

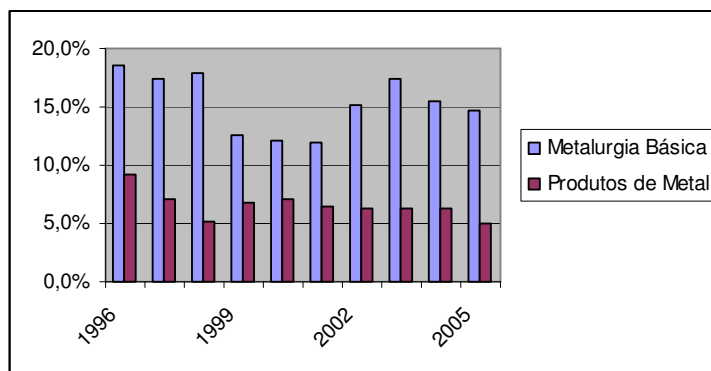
A significativa redução relativa do grupo BCD+BK revela o aprofundamento da debilidade quase generalizada de seus segmentos, com a maioria reduzindo sua participação entorno da metade. A única exceção foi o modesto ganho relativo no ramo de Equipamentos Médicos, Automação e Cine-Foto (0,5%).

Como já mencionado, apesar de apresentar um caráter mais desarticulado, a desconcentração produtiva nacional retomou com maior intensidade a partir de meados da década de 1990. Nesse ínterim, a indústria de transformação fluminense passa por transformações que permitem sua histórica trajetória de queda relativa ser arrefecida. Contudo, é preciso ponderar que isso não significa sua recuperação no período 1996/2005, mas a relevância nacional de algumas atividades isoladamente, como mostrou a tabela 9.

O grupo de BCND teve um forte aprofundamento de sua longa trajetória cadente, caindo de 9,2% para 5,7%. Ademais, houve perdas de participação em quase todos os ramos (excetuando Fumo). Ressalta-se a elevada perda relativa no ramo de Diversas (-9,1%), e a continuação da perda de relevância de Vestuário e de Perfumaria. Contudo, mais uma vez é importante lembrar que alguns ramos prosseguiram tendo um destacado peso: Bebidas, Editorial e Gráfica, Farmacêuticos se mantiveram com mais de 10% do VTI nacional.

O grupo de BI, após o pequeno tropeço no período anterior, voltou a aumentar sua participação no VTI nacional, subindo de 10,1% para 10,6% novamente. Ressalta-se que as atividades exportadoras e energéticas mantiveram-se em evidência, por conseqüência, Metalurgia Básica e Derivados de Petróleo e Álcool asseguraram mais uma vez uma participação acima dos 10% no VTI nacional. Contudo, inversamente ao período anterior, ambas as atividades metalúrgicas/siderúrgicas (Metalúrgica Básica e Produtos de Metal) tiveram perdas relativas entorno de 4,0%, chamando atenção a significativa redução de participação na produção nacional de estruturas metálicas e caldeiraria (-14,2%). Aliás, o comportamento cíclico nessas atividades foi visível, o que ficou refletido nas alterações de sua relevância nacional, como mostra o gráfico 11.

Gráfico 11 – Evolução da participação da Metalurgia Básica e da Produção de Metal no VTI, período 1996-2005



Fonte: IBGE - PIA

É importante destacar que após o período de privatizações (o controle acionário da CSN foi vendido em 1993) houve uma retomada dos investimentos, sendo mais voltados para o enobrecimento do *mix* de produção, principalmente para o mercado interno. Todavia, Germano M. de Paula (2006) apontou que, no período 2006/2010, seria priorizada na atividade siderúrgica brasileira a expansão da capacidade produtiva. Nesse ínterim, surge uma possibilidade factível do Rio de Janeiro se tornar o maior produtor siderúrgico do país no futuro próximo, porque já está anunciado um importante volume de inversões: a instalação de novas usinas da CSN, do grupo Votorantin, do grupo Gerdau (somado a um projeto de expansão da COSIGUA), e, principalmente, da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA⁸²; além disso, há ainda a expectativa de que também seja instalada uma usina associada ao projeto do Complexo do Açúcar da MMX Minas-Rio (investimento prevê a construção de uma usina de pelotização, um mineroduto e um porto próprio em São João da Barra). Todavia, chama atenção que o mercado fluminense de produtos laminados continua limitado, tendo representando apenas 7,2% do consumo aparente nacional no ano de 2000. Nesse ponto, é importante sublinhar uma advertência também feita por Germano M. de Paula (2006): a nova fase de inversões em capacidade produtiva deverá ser voltada para aumentar a exportação de semi-acabados, logo, produtos de menor valor agregado, condicionados aos baixos custos de produção (menores custos salariais e de minério de ferro) e tendendo a gerar menores encadeamentos para frente (por exemplo, a nova usina do grupo Votorantin em Resende terá 60% da sua produção voltada para o mercado externo). Ressalva-se ainda para a menor

⁸² Megaprojeto formado pelo grupo alemão ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce, que tem planejada uma capacidade inicial de produção de 5 milhões de toneladas/ano

capacidade de geração de empregos diretos caso se consiga que sejam importados empregados mais baratos juntos com bens de capital⁸³.

Por outro lado, destaca-se que as atividades químicas voltaram a apresentar situações opostas: enquanto Outros Produtos Químicos tiveram uma perda relativa, Derivados de Petróleo e Álcool tiveram um ganho relativo. A diferença, quanto o período anterior, foi que esse último, além de ter sido o único que aumentou a participação no VTI nacional, teve uma subida notável (4,5%), o que demonstra que a elevada expansão das atividades petrolíferas só teve poder de arrasto mais significativo sobre as atividades de refino e produção de combustíveis. Cabe sublinhar ainda que novamente as participações de Papel e Celulose bem como de Matérias Plásticas formam reduzidas, sendo que desta última foi de uma forma não desprezível à semelhança do período anterior (-3,6%)⁸⁴. Ainda no grupo de BI, nota-se que a atividade cimenteira ainda se mantém enfraquecida, representando apenas 6,7% do VTI nacional em 2005. Isso se traduziu em um déficit entre o consumo e a produção de cimento no estado de 28,2% para o ano referido.

O grupo de BCD+BK voltou a aumentar sua participação no VTI nacional, subindo de 3,2% para 5,2%. O grande destaque foi a retomada da relevância nacional de Material de Transportes. Ressalta-se que grande parte disso se deveu aos Veículos Automotores, que passam de 1,1% para 6,3%, especialmente à fabricação de ônibus e caminhões que já alcançou uma participação relativa de 24,7% em 2005. No entanto, é importante lembrar que a nova instalação da indústria automobilística no Rio de Janeiro foi consequência de sua participação na Guerra Fiscal. Nesse ínterim, denota-se a pequena concentração no estado de segmentos associados à sua produção: autopeças elétricas bem como autopeças e acessórios para veículos, respectivamente, só possuíam 0,1% e 1,6% do VTI nacional em 2005.

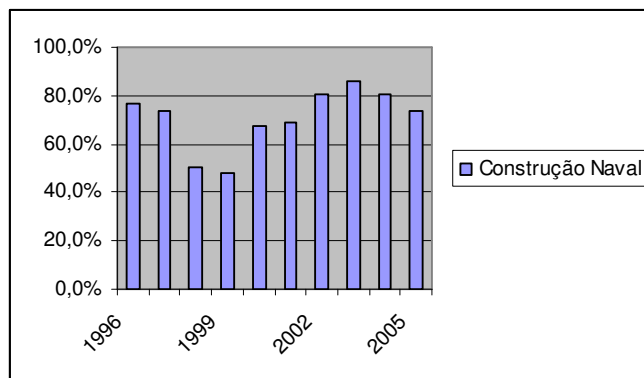
Por outro lado, como mostra o gráfico 12, a recuperação da Construção Naval a partir de 2000 foi apenas parcial e apresentou um comportamento cíclico, o que se reflete na contração relativa que teve após 2003. Porém, ela continua sendo uma atividade muito concentrada no Rio de Janeiro, representando 73,8% do VTI nacional em 2005. Nesse ponto, é preciso assinalar que já desponta a produção em outros estados, como Santa Catarina, e, futuramente, em Pernambuco a partir da instalação do estaleiro Atlântico Sul no complexo de

⁸³ Nesse ínterim, por exemplo, insere-se a noticiada tentativa da CSA trazer do exterior mão-de-obra mais barata (especialmente chinesa) com a justificativa, nem sempre aceitável, de serem supervisores necessários para equipamentos importados de alto nível de conhecimento. Cabe lembrar que o Ministério do Trabalho não autoriza o trabalho de estrangeiros se houver mão-de-obra similar no país.

⁸⁴ Ressalta-se que o pólo Gás-Químico, especializado na produção de Matérias Plásticas, somente entrou em funcionamento em 2005. Como a última PIA disponível foi a referente ao mesmo ano, os efeitos desse aumento de capacidade produtiva não puderam ser mensurados no presente trabalho.

SUAPE. A importância desse último se deve a já possuir o maior valor de encomendas da primeira etapa de renovação da frota da Transpetro (vide tabela 4 do anexo).

Gráfico 12 – Evolução da participação da Construção Naval fluminense no VTI, período 1996-2005



Fonte: IBGE - PIA

Outro ramo que teve um ganho relativo não desprezível foi o de Máquinas para Escritório e Informática (2,5%), onde a produção é majoritariamente de equipamentos para processamento de dados. Nesse ponto, sublinha-se a fundação de Petrópolis-Tecnópolis no ano de 1999 (núcleo para a formação de novos projetos e empresas no segmento de *software*, comércio eletrônico e *internet*)⁸⁵. É importante também notar que, apesar do ramo de Material Elétrico e Comunicações ter perdido sucessivamente sua expressão nacional, 20,8% da produção de lâmpadas e luminárias do país se concentrava no estado em 2005. Destaca-se ainda a relevância das produções de equipamentos médicos e laboratoriais bem como de aparelhos de ótica, cine e foto, respectivamente, tendo 11,3% e 17,7% do VTI nacional em 2005. Apesar disso, entre os anos de 1996 e 2005, ambos tiveram perdas relativas (respectivamente, 3,9% e 5,1%).

- Principais mudanças estruturais no período 1985-2004

Como no tópico anterior, adverte-se que o confronto das estruturas foi feito em dois cortes: o primeiro, comparando os valores do censo de 1985 com os da PIA de 1996; o segundo, comparando os valores dessa última com os da PIA de 2005.

⁸⁵ A evolução desse ramo foi marcada por um enorme aumento da participação relativa entre os anos de 1999 e 2002, e uma elevada queda da participação relativa entre os anos de 2002 e 2005. A rapidez que ocorreram esses intensos movimentos quase simétricos, sem nenhuma explicação plausível, parece estranha.

Como mostrou a tabela 10, houve uma nítida regressão estrutural da indústria fluminense no período 1985/1996. Isso demonstra que, semelhante ao ocorrido em termos nacionais, o grupo de BCND foi aquele que conseguiu melhor resistir aos efeitos deletérios da crise econômica, mantendo uma expansão capaz de aumentar sua participação de 32,7% para 45,9%. Nesse ínterim, destacam-se os aumentos de Bebidas, Editorial e Gráfica, e Farmacêuticos. Aliás, junto com Produtos Alimentícios, elas permaneceram as atividades mais importantes desse grupo na estrutura industrial estadual.

Submetido a mudanças mais sérias nos preços relativos, o grupo de BI teve uma redução em sua participação relativa de 47,0% para 44,7%. Contudo, a maioria dos seus ramos apenas teve pequenas perdas e ganhos, com exceção de Outros Produtos Químicos que sofreu uma redução mais significativa (-3,8%). Dessa forma, Metalurgia Básica continuou sendo a atividade mais importante desse grupo, passando a ser secundada por Derivados de Petróleo e Álcool.

O grupo de BCD+BK sofreu forte retração, caindo de 20,3% para 9,4%. A gravidade desse movimento confirma a regressão estrutural mencionada antes. Inclusive, segundo Wilson Cano (2007), a fração desse grupo em 1996 era inferior ao patamar alcançado no final da década de 1950. Ressalta-se que a intensidade desse movimento negativo difere do ocorrido tanto no Sudeste brasileiro como na média nacional, onde a indústria automobilística ainda garantiu resultados mais favoráveis. As elevadas perdas em Mecânica, em Material Elétrico e Comunicações, e em Outros Equipamentos de Transporte demonstram que esses ramos sofreram na indústria fluminense uma pesada desestruturação.

No período 1996/2005, as transformações na base industrial fluminense pareceram ter abrandado o quadro de regressão estrutural. Isso porque BCND reduz seu peso e aumentam BI e BCD+BK. Entretanto, essa evolução deve ser interpretada com bastante cautela, porque somente três ramos aumentaram sua participação de maneira mais significativa, perfazendo 52,6% da indústria fluminense em 2005: Metalurgia Básica, Derivados de Petróleo e Álcool, e Veículos Automotores⁸⁶. Nesse ínterim, é importante perceber a importância que ainda possui no Rio de Janeiro as empresas estatais ou ex-estatais nas indústrias de base. Entre as maiores empresas no estado estão justamente Petrobrás/Petrobrás Distribuidora, CVRD, CSN e Furnas (vide a evolução do *ranking* das dez maiores empresas na tabela 5 do anexo). Isso demonstra que, com exceção da automobilística, as produções que resistiram ao quadro de debilitamento crônico da indústria de transformação fluminense foram aquelas originalmente de orientação estatal e em segmentos estratégicos, onde os sinais de desconcentração no país foram menos

⁸⁶ Além desses, somente mais dois tiveram aumentos, mas foram menores que 1,0%: Máquinas para Escritório e Informática bem como Outros Equipamentos de Transporte.

evidentes. Por outro lado, embora ainda tenha uma base produtiva bastante diversificada, também fica claro que surgiu uma leve tendência à especialização estrutural, no sentido de fortalecimento de apenas alguns segmentos dinâmicos no bojo de um processo de desindustrialização. Por conseguinte, esse período não sinalizou uma evolução progressiva da indústria de transformação fluminense diante das trajetórias históricas do desenvolvimento industrial.

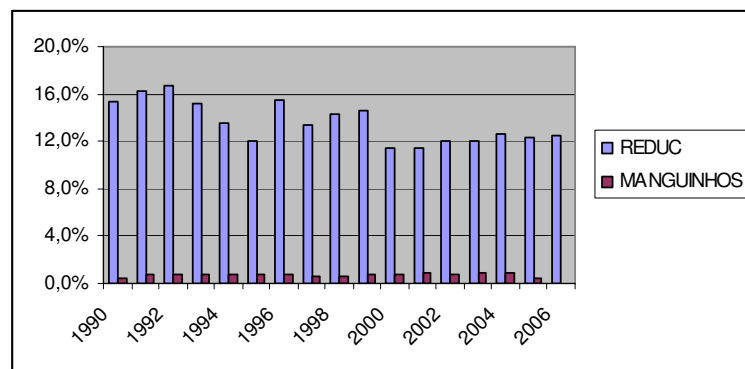
Boa parte da retração de 45,9% para 24,0% do grupo de BCND se deveu a seu debilitamento, e não ao melhor desempenho dos outros dois grupos. São notórios os fatores estruturais que reforçam seu enfraquecimento: a maior exposição à concorrência no mercado interno, a ausência de uma base significativa de recursos naturais (excetuando o petróleo) e a inexpressividade da agricultura no estado (o que reduz a possibilidade de encadeamentos agroindustriais). Dessa forma, houve uma redução generalizada de seus segmentos na estrutura industrial estadual. As maiores reduções foram justamente em seus ramos mais destacados: Bebidas (-2,7%), Produtos Alimentícios (-3,2%), Farmacêuticos (-4,0%), e Editorial e Gráfica (5,5%). Quanto a esse último, destaca-se que isso ocorreu apesar da inauguração do novo parque gráfico do jornal “O Globo” em 1999. Além disso, ressalta-se que a cidade do Rio de Janeiro já possui uma indústria de audiovisual importante tanto por ser a sede da maioria das produtoras do país como por sediar o maior pólo audiovisual nacional: a Central Globo de Produção (Projac). Nesse ínterim, poder-se-ia gerar efeitos multiplicadores caso se incentivasse o melhor desenvolvimento de um complexo de mídia. Isso porque iriam colaborar tanto para a renovação do ramo de Editorial e Gráfica como para a consolidação de uma indústria cinematográfica.

Sublinha-se ainda a evolução recente do segmento de Vestuário, em especial ligada à moda, o que representa produtos de maior valor agregado e menos vulneráveis a concorrência externa (principalmente chinesa). Consistindo em grande parte num conjunto de pequenas e médias empresas, caracteriza-se pela formação de *clusters* ou arranjos produtivos, que já totalizam dez pólos de confecções em 2006. Ressalta-se que, afora o caso do pólo de moda íntima em Nova Friburgo, todos os demais só surgiram de fato em 2005, logo, a última PIA disponível não permite uma mensuração precisa desse movimento. Seu maior impulso deveu-se ao processo que começou com a criação do Fórum de Moda (2001), derivando-se para o evento Fashion Rio (2002) e a bolsa de negócios Fashion Business (2003). Além da sua importância por ser uma atividade intensiva em mão-de-obra, destaca-se também que já permitiu que o estado se tornasse o terceiro exportador nacional de moda (ficando atrás somente de Santa Catarina e São Paulo).

Quanto ao grupo de BI, a maior parte do seu aumento de 44,7% para 61,2% se deveu

aos Derivados de Petróleo e Álcool, apesar da Metalurgia Básica ter alcançado 16,2% na estrutura industrial do estado em 2005. Isso porque o segmento teve um ganho relativo de 19,8%, passando a representar 29,5%. Todavia, é importante ressaltar os limites do parque de refino fluminense. Conforme a tabela 6 do anexo, a Refinaria de Mangunhos, que tinha sua expansão impedida por dispositivo legal durante a vigência do monopólio do Estado (período 1953/1997), representava apenas 0,7% da capacidade de refino nacional em 2005. Portanto, a REDUC detendo 12%, vem determinando basicamente o comportamento da atividade no estado. Contudo, apesar de continuar sendo uma das que possui as maiores diversificação da produção⁸⁷ e capacidade de estocagem no país (em 2005, era 17,9%), a ampliação de sua capacidade de refino foi pequena no período 1996/2006. Dessa forma, passou a ser a quarta maior refinaria nacional após o crescimento da RLAM (BA) e da REVAP (SP). Ademais, em 2000, sua participação no processamento nacional de petróleo alcançou o nível mais baixo desde o início da década de 1990 (11,5%), como mostra o gráfico 13. A partir disso, apresentou uma expansão mais regular, obtendo apenas uma pequeno ganho relativo (em 2005, voltou a ser 12,5%).

Gráfico 13 – Evolução da participação das refinarias fluminenses no processamento nacional de petróleo, período 1990-2006



Fonte: ANP – Anuários Estatísticos

Dessa maneira, para um maior aproveitamento, não bastaria apenas a ampliação da REDUC, mas, inclusive, a construção de um pólo petroquímico no estado. Por enquanto, apenas se implantou um pólo Gás-Químico especializado na produção de materiais plásticos e capitaneado pela empresa Rio Polímeros, onde seus impactos futuros ainda são difíceis de estimar em vista de só ter começado a produzir em escala industrial em março de 2006. De toda forma, atualmente já existe o projeto de um grande complexo petroquímico para ser

⁸⁷ Como chama atenção Patrícia Pereira (2002), a REDUC inclusive é a única que produz óleos combustíveis especiais para a Marinha e óleos isolantes.

erguido em Itaboraí: o COMPERJ. Contudo, com a dificuldade da Petrobrás encontrar parceiros para o tamanho do empreendimento somado a maior reconcentração do mercado petroquímico nacional (recente venda do grupo Ipiranga e Suzano), é possível que novamente a idéia seja preterida para a expansão das unidades em operação, sendo criada apenas uma nova refinaria. Inclusive nessa meta são enfrentadas dificuldades, porque, como lembrou o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), apesar do aumento das exportações, nos últimos anos houve uma significativa reversão na tendência de crescimento da demanda por derivados de petróleo (entre 1993 e 1999, a taxa média de crescimento ao ano foi de 5,7%, enquanto, entre 2000 e 2004 caiu para apenas 0,4%). Por outro lado, é preciso sublinhar que, mesmo atingindo somente esse objetivo, o investimento já teria uma grande importância porque pretende utilizar uma tecnologia nova, capaz de aproveitar o óleo pesado extraído da Bacia de Campos. Atualmente, o país exporta por falta de capacidade de refino próprio, enquanto as refinarias no estado dependem de grandes volumes de petróleo importado⁸⁸. Por conseguinte, sua implementação aumentaria a produção de nafta, reduzindo o peso da importação (a Petrobrás produz atualmente 70% do nafta consumido na indústria petroquímica do país). Em outras palavras, agregaria valor ao petróleo nacional e geraria uma economia de divisas.

A recuperação da participação de BCD+BK, passando de 9,5% para 14,7% deve ser creditada basicamente à instalação de uma nova indústria automobilística no estado. De fato, os Veículos Automotores, aumentam 5,8%, passando a representar 6,9% da estrutura industrial fluminense em 2005. Como já mencionado, a partir do advento mais explícito da Guerra Fiscal na década de 1990, a Volkswagen e a PSA Peugeot-Citroen se instalaram no município de Resende e em um desdobramento dele, Porto Real, explicitamente criado em 1995 por um processo de disputa política de recursos para fins de maiores incentivos⁸⁹. Contudo, persistiram limites claros à maior consolidação dessa atividade. José R. Ramalho (2005, p.517) sintetizou o cerne da questão:

“(...) as empresas apresentavam características iniciais opostas a uma perspectiva de cooperação e integração a realidade local. O próprio processo de escolha da região já confirma que, entre as razões principais das empresas, estava a expressiva generosidade fiscal oferecida pelas

⁸⁸ Segundo o relatório coordenado por Alcino F. Câmara Neto (2005), a Refinaria de Manguinhos utiliza-se apenas de petróleo importado, por outro lado, a REDUC, possui metade de sua carga de refino também baseada em importação.

⁸⁹ Segundo José R. Ribeiro (2005), além dos mecanismos usuais de incentivo, o caso de Porto Real teve ainda uma inovação para a instalação da PSA Peugeot Citroen: colocou-se a participação do próprio governo do estado do Rio de Janeiro como sócio (cerca de 32% de participação no capital total da empresa), somada a um empréstimo por parte do BNDES.

administrações públicas – municipal, estadual e federal – e a possibilidade concreta de alocar trabalhadores em níveis salariais inferiores aos de outras regiões semelhantes. Agrega-se a isso a construção de fábricas não só vinculadas às estratégias de suas matrizes no exterior e ligadas a uma cadeia global de firmas majoritariamente externas a região, como também estruturadas no modelo da “produção enxuta” (subcontratação, flexibilização das relações de trabalho etc.), nesse caso hostil ao sindicato e as demandas dos trabalhadores. Esses elementos não são particularmente estimulantes de qualquer parceria com as instituições e os atores econômicos e políticos (...).”

Então, a nova indústria automobilística instalada pode ser caracterizada como *footloose*, dado que o compromisso com a base regional de produção se manteve afrouxado. Afinal, há sérias dúvidas sobre a contribuição da produção automobilística para avanços consideráveis na consolidação do pólo Metal-Mecânico no Sul Fluminense. Ivone L. Batista (2006) advertiu que muitos componentes para a produção vêm de fora do estado do Rio de Janeiro, majoritariamente de São Paulo, mas também de Minas Gerais, do Paraná, além da Argentina no caso da PSA Peugeot-Citroen (a empresa possui outra planta nesse país). Além disso, Flávia Q. Louvain (2003, p.113) alertou para a fraca produção de conhecimento tecnológico: “(...) *uma vez que as montadoras visitadas, a exemplo da Peugeot Citroen, não possuem um departamento de P&D, e que as peças, produtos, máquinas a serem utilizadas na atividade produtiva são importados, já chegando à região dotados da tecnologia que apresentam*”.

Por outro lado, a recuperação da Construção Naval só se iniciando nos últimos anos, refletiu em um modesto ganho relativo para Outros Equipamentos de Transporte na estrutura industrial estadual (0,7%). Ademais, é preciso ressaltar a magnitude do desmonte pelo qual passou sua produção nacional nas décadas de 1980 e 1990⁹⁰ (SABBATINI, 2002; FERRAZ et. al., 2002; MDIC, 2002; SARTI, 2006). Por um lado, houve a descapitalização e a perda de eficiência dos estaleiros em virtude dos atrasos no 2º Plano de Construção Naval, do superdimensionamento da atividade, da sobrecarga do sistema de financiamento, da falta de exigências para investimentos em P&D, e das crises inflacionárias. Por outro lado, houve a desnacionalização e desregulamentação do transporte marítimo no país ocorrida a partir da crise da SUNAMAM, seguida da abertura do tráfego de cargas geral para armadores estrangeiros em 1984, e do fim das cotas de participação das empresas brasileiras financiadas pelo Estado, já no governo Collor. Isso resultou em uma forte queda na taxa de ocupação dos navios de bandeira brasileira e na redução acentuada das encomendas, gerando uma internacionalização patrimonial quase completa na armação e um ciclo vicioso de decadência produtiva nos estaleiros, que levou muitos a serem fechados ou a terem que atuar em

⁹⁰ Os gráficos 1 e 2 do anexo oferecem uma ilustração clara desse desmonte pela evolução da produção e da ocupação na atividade.

associação com empresas estrangeiras. Dessa forma, a Construção Naval brasileira, que só era menor que a japonesa entre 1980 e 1986, reduziu-se a uma presença marginal perante os grandes competidores, passando de 5,6% para 0,1% das entregas mundiais de navios no período 1980/2005. Rodrigo Sabbatini (2002) analisando os dados disponíveis até 2000, também constatou que:

“(...) enquanto que, ao final dos anos 70, cerca de 30% das mercadorias brasileiras negociadas com o exterior eram transportadas por navios brasileiros, atualmente esse índice chega próximo a 3%. Além disso, em 1970, o transporte com navios próprios significava receitas em divisas de cerca de US\$1,5 bilhão, revertida atualmente para déficit na ordem de US\$5,3 bilhões com pagamentos de fretes. As exportações da indústria naval despencam 85% entre 1989 e 2000, atingindo ínfimos US\$8,5 milhões em 2000, contra US\$57 milhões em 1989”.

Diante dessa séria desestruturação no passado recente, o movimento que vem ocorrendo nos últimos anos não pode ser considerado ainda como uma retomada, mas apenas como uma reativação. Dessa forma, segundo estudo da FGV (2005), vinte estaleiros fluminenses foram reabertos ou revitalizados no período 1999/2006. Graças à política de compras da Petrobrás e de sua subsidiária Transpetro (garantida sem interrupções até 2010), essa reativação foi iniciada em nichos de produção de plataformas *offshore* e *supply boats*. No entanto, ainda precisaria de um maior fortalecimento dos segmentos fornecedores de navipeças e equipamentos metal-mecânicos, bem como de uma maior recuperação também da construção de embarcações de cabotagem e de longo curso⁹¹.

Para uma retomada de fato é fundamental buscar garantir as ações de fomento, o desenvolvimento do transporte aquaviário, e a coordenação de novos investimentos voltando-se para formação de conglomerados. Como destaca Fernando Sarti (2006), entre as importantes medidas que devem ser tomadas para isso, destacam-se: a rearticulação de uma rede de fornecedores locais reduzindo a dependência da importação de peças e componentes; uma política de apoio a serviços de reparo; a superação da obsolescência tecnológica e a falta de mão-de-obra especializada; o aumento do poder de compra da Petrobrás e da Marinha; a ampliação do *funding* com a resolução de problemas de contingenciamento e de acesso ao FMM⁹²; o desenvolvimento do transporte aquaviário de cabotagem utilizando-se de reserva de mercado; a redução da desnacionalização da frota marítima de longo curso; e uma política de crescimento das exportações através de financiamentos como o PROEX.

⁹¹ Em agosto de 2007, foi pela primeira vez nessa fase de recuperação da atividade realizada a liberação de recursos do FMM para projetos de navios de grande porte (porta-contêineres e graneleiros).

⁹² Em agosto de 2007, o BNDES, que administra o FMM, assinou convênio com o Ministério dos Transportes pelo qual se compromete a financiar a Construção Naval, pela primeira vez, com recursos próprios para completar a verba do fundo.

Ressalta-se ainda que o aumento de participação do grupo de BCD+BK poderia ter sido bem maior caso as atividades de alta tecnologia fossem ampliadas. Além do valor da produção científica do amplo conjunto de centros tecnológicos⁹³, essas atividades se distribuem sobre diferentes cadeias produtivas, representando um potencial de articulações muito grande. Contudo, as diversas dificuldades enfrentadas desde o término da política do II PND, agravaram-se com praticamente o desaparecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) na década de 1990. De toda forma, ainda continua fundamental a participação federal nessas atividades – por exemplo, no ano de 2004, representou 42% do total gasto com C&T na economia fluminense. Sob o comando federal, continuou notória a excelência de suas universidades em algumas áreas do conhecimento (como na engenharia de produção⁹⁴), além da permanência de diversas instituições não-universitárias (Fiocruz, Ipea, IBGE, Observatório Nacional, INT, CETEM, Inmetro, INCA etc.), de centros de P&D controlados por empresas estatais (ou ex-estatais), bem como da sede da principal agência de fomento (FINEP).

Isso permite principalmente à cidade do Rio de Janeiro possuir ainda uma das bases técnico-científicas mais destacadas do país, com a segunda maior proporção de cientistas e pesquisadores por habitante. Contudo, segundo Carlos Lessa (2000), ela continua incapaz de oferecer maior suporte à estrutura de produção, inclusive sendo exportadora de mão-de-obra qualificada. Dessa forma, o cerne do problema se encontra na grande ociosidade de recursos de elevada qualificação disponíveis na burocracia estatal e na comunidade acadêmica. Dito em outras palavras, permanece a falta de um maior fortalecimento da produção de tecnologia moderna⁹⁵.

Para superar essa situação de desarticulação da base industrial vis-à-vis a base tecnológica, é necessário melhorar as condições de infra-estrutura e trabalho científico, bem como aumentar o desenvolvimento de programas de incentivo à pesquisas e de intercâmbio entre o setor industrial e a comunidade acadêmica. Além disso, uma ação prioritária deveria ser o fortalecimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), a fim de que ela assuma um papel de liderança como a sua similar em São Paulo (FAPESP). Para isso, é importante aumentar a parcela de dispêndios do governo estadual em C&T em relação

⁹³ Destacam-se o Parque tecnológico da UFRJ e o Pólo Bio-Rio na Ilha do Fundão, o Parque tecnológico e cultural da Gávea, Petrópolis Tecnópolis, Parque tecnológico de Xerém (administrado pelo InMetro), e o Parque de alta tecnologia do Norte Fluminense em Campos (também conhecido como TecNorte).

⁹⁴ A COOPE/UFRJ é um dos principais centros de pesquisa em engenharia do país, em especial na atividade petrolífera.

⁹⁵ Chama atenção que, no início da década de 1970, essa questão já estava levantada. Maiores detalhes consultar: GUANABARA, 1970.

à sua receita total, porque, ela caiu pela metade no período 2000/2004, sendo 0,6% nesse último ano enquanto na média nacional e em São Paulo, respectivamente, foi 0,9% e 1,5%⁹⁶. Nesse ponto, ressalta-se que o orçamento da FAPERJ em 2006 já foi quase o dobro da média dos últimos cinco anos e tende a aumentar progressivamente por causa da entrada em vigor de um artigo que obriga o repasse de 2% da arrecadação líquida de impostos estaduais para a instituição. No entanto, em vista do contingenciamento de recursos para saldar questões fiscais, ainda permanece uma séria dificuldade para um maior desembolso efetivo apesar desse crescimento do orçamento.

Em síntese, ganhou realce no período recente uma maior diferenciação de alguns segmentos de notório valor estratégico, de maior direcionamento exportador ou derivados da participação na Guerra Fiscal que, em certa medida, são poupadoras de mão-de-obra e ampliaram sua inserção externa. Ressalta-se que esse movimento não serviu como alavanca para o adensamento significativo das cadeias de produção. Continuando a ser uma estrutura industrial pouco integrada e caudatária da economia paulista, permaneceram as dificuldades para um processo de redinamização sistemático e de fortalecimento do mercado de trabalho em um cenário nacional de crise estrutural e semi-estagnação.

Dessa maneira, o cerne do problema não está em ampliar uma oferta diferenciada de fatores de produção ou uma política de incentivos fiscais isolados, mas em assegurar o crescimento econômico dentro de um processo de industrialização capaz de induzir avanços globais de competitividade e evitar a ociosidade de recursos⁹⁷. Nesse sentido, não basta que as políticas a serem tomadas estejam circunscritas aos segmentos dominantes. Ao contrário, conforme apontou um documento da ASTEL coordenado por João Paulo de A. Magalhães (1991, p.72): *“é indispensável que sejam integradas num todo concatenado, racionalmente justificado e firmemente ancorado nos grandes objetivos do desenvolvimento regional”*. Então, as bases da redinamização da economia fluminense dependem de se consolidar uma base industrial integrada e diversificada, dotada de maiores encadeamentos produtivos e poder de extroversão.

⁹⁶ Parcelas calculadas a partir de informações disponíveis no banco de dados do MCT. Ressalva-se que não incluem a estimativa de gastos com a pós-graduação.

⁹⁷ Nesse ponto, é importante encarar o desafio da competitividade pelo ponto de vista macroeconômico. Como argumentou Feijó e Carvalho (2002, p.59): *“ao resgatarmos Kaldor para este debate colocamos a questão da produtividade como uma questão macroeconômica, onde o potencial de modernização do setor industrial está associado ao crescimento sustentado da economia a longo prazo”*.

Conclusão

Historicamente, a economia fluminense não enfrentou mudanças estruturais capazes de melhor integrá-la internamente a ponto de produzir um espaço mais homogêneo que corrigisse suas distorções de emprego e de renda. Seu desenvolvimento tornou-se essencialmente problemático não apenas pelos rebatimentos da evolução do capitalismo no país, que se dá de forma desigual e combinada, mas porque tem especificidades como a existência de determinantes mercantis ainda notórios e um vácuo em políticas de maior cunho regional. Afinal, o estado do Rio de Janeiro estruturou-se economicamente para desenvolver o país com a presença de atividades produtivas de valor estratégico, porém, sem a organização de um processo de desenvolvimento regional para si mesmo. Assim, em grande parte apoiou-se em sua original centralidade política e urbana, bem como tornou-se dependente dos transbordamentos do processo industrial paulista e dos impactos de grandes projetos industriais e infra-estrutura estatais.

Todavia, além de ter ocorrido a perda da noção de “capitalidade”, o estado do Rio de Janeiro foi um dos territórios que mais sofreram os efeitos da crise estrutural brasileira. Isso porque, sendo umas das áreas mais industrializadas do país e caudatária do dinamismo paulista, mantinha-se ligado fortemente ao padrão de acumulação nacional. Dessa forma, sem conseguir compensar totalmente pelo aumento das exportações a elevação de seu debilitamento estrutural, amargou um duro quadro de esvaziamento econômico, excetuando-se as atividades vinculadas à produção petrolífera e os segmentos mais dinâmicos do setor de serviços. Nesse ínterim, sua histórica forma de acumulação setorialmente contraditória ficou mais evidente, demonstrando-se incapaz, mesmo após a inflexão econômica positiva, de impulsionar um processo de redinamização sistemático e de fortalecimento do mercado de trabalho.

A precariedade de sua agropecuária prosseguiu, embora não deva ser interpretada como um determinismo geográfico pela fraca dotação de recursos. Ao contrário, isso foi fruto da permanência de estruturas socioeconômicas tradicionais que limitam a maior introdução do capitalismo no campo. Como um exemplo disso, inexistente uma articulação regional para a regulação e a gestão dos recursos hídricos, apesar da importância de ser aplicada uma política de irrigação sistemática. Por conseguinte, a débil evolução desse setor continua grandemente alheia às condições de abastecimento, impossibilita a criação de complexos agroindustriais, e reduz a capacidade de fixação da população na área rural.

Em decorrência da explicitação de uma relação assimétrica entre produção física e de serviços, a terciarização histórica da economia estadual também foi recrudescida. Dessa

forma, o setor serviços continuou identificado com a persistência de algumas vantagens antigas, a complexidade da urbanização estadual e, principalmente, com uma alternativa possível para o amplo quadro de crise. Seu peso na estrutura produtiva ainda se deve a:

- Um componente histórico de centralidade voltado para a produção e distribuição, ainda que atenuado em virtude da perda da função de sede do governo federal e da concentração de serviços avançados em São Paulo.
- Uma complexa economia metropolitana, que permanece como um dos principais centros de produção e consumo nacional.
- Ampliação da rede urbana no interior do estado, ainda que permaneça uma estrutura primaz com débil hierarquização de espaços de produção.
- Uma débil acumulação produtiva e precarização do mercado de trabalho explicitando o fenômeno da “inchação” do setor.

É importante destacar que, ficando mais ligada a uma lógica urbano-comercial do que uma articulação industrial-financeira, a grande terciarização da economia estadual contrasta com a vulnerabilidade de sua indústria de transformação. Ao longo do século XX, ocorreu o retrocesso relativo dela, e não foi interrompido na atualidade. Afinal, nas últimas décadas, desencadeou-se um flagrante processo de desindustrialização no estado Rio de Janeiro, apesar da vitalidade da atividade petrolífera. Ainda que recentemente a indústria de transformação venha demonstrando se recuperar da situação depressiva anterior, não foram ainda superados os determinantes de sua estagnação, nem foi afastada a possibilidade de seus traços de regressão estrutural serem enfatizados no futuro próximo. Afinal, os resultados positivos que ocorreram, em grande parte, refletiram a presença de segmentos de ainda notório valor estratégico, a entrada na Guerra Fiscal, ou a maior vinculação com um vetor exportador. Sendo assim, não foram capazes de alterar a natureza de seus problemas estruturais, deixando ela ainda bastante frágil aos percalços da economia nacional.

Nessa perspectiva, não se conseguiu dotar a estrutura industrial de uma competitividade global e ampla capacidade de geração de empregos. A compreensão disso ficou clara ao se constatar que, em vez da consolidação de cadeias produtivas com relevância nacional, houve uma maior diferenciação em apenas alguns segmentos dinâmicos cuja competitividade se mantém pautada principalmente em economias de aglomeração (por exemplo, Editorial e Gráfica, Vestuário, Bebidas etc.) e em economias de escala (por exemplo, Siderurgia, Refino de Petróleo e Material de Transporte etc.). Contudo, diante da falta de maior estímulo às atividades baseadas em ciência, configura-se uma estrutura

industrial de difusão tecnológica incipiente e com carência de um melhor aproveitamento da infra-estrutura científica disponível. Então, fica caracterizada por ser passível de internalizar tecnologia industrial básica e ampliar serviços técnicos de apoio à produção, mas com sérios limites para a expansão de uma rede de fornecedores especializados e do atendimento de demandas de maior especificidade tecnológica, conforme evidenciou a desestruturação da Mecânica, bem como dos Materiais Elétricos e Comunicações.

A produção de BCND prosseguiu sofrendo concorrência direta de outras economias regionais, e, basicamente, permaneceu apoiada na complexidade da estrutura urbana estadual. Isso significa que grande parte de sua dinâmica acompanha o movimento global da economia, sendo induzida pela expansão do mercado consumidor e da capacidade de segmentá-lo. Por conseguinte, é limitada pela estrutura desigual da renda e sensível aos movimentos de demanda interna, com exceção de algumas atividades com maior capacidade de aumentar seu volume de exportação (por exemplo, Farmacêuticos).

Na produção de BI, a atividade de maior destaque foi a de Refino de Petróleo, reflexo do grande aumento da exploração da Bacia de Campos. Contudo, o sucesso dessa expansão demonstrou um limitado efeito multiplicador para o resto da base industrial, inclusive para as demais atividades químicas (incluindo Matérias Plásticas). Da mesma forma, na produção de BCD+BK, a destacada expansão da Automobilística ainda não demonstrou uma capacidade de arrasto significativa, sendo visível seu caráter de indústria *footloose*. Sendo assim, tanto a atividade petrolífera como a automobilística apresentam uma configuração próxima de ser considerada como “enclaves dinâmicos”. Por outro lado, as Atividades Metalúrgicas/Siderúrgicas e a Construção Naval apresentam um comportamento cíclico destacado, mostrando-se com dificuldades para investir na frente da demanda e superar as oscilações frequente de preços e quantidades. Provavelmente, isso deriva do quadro de semi-estagnação nacional, que, enquanto persistir, reduz de maneira direta a capacidade dinâmica delas.

Em síntese, os principais pontos que explicariam a debilidade da indústria de transformação fluminense seriam:

- As economias de especialização tecnológica e a capacidade de inovação não foram intensamente utilizadas e não se tornaram fatores de competitividade destacados.
- Os limites para uma maior expansão do mercado consumidor e de sua capacidade de segmentação, o que torna parte dela bastante vulnerável às oscilações da renda agregada.

- Os incipientes encadeamentos internos gerados, insuficientes para realimentar internamente a própria demanda e estimular com persistência a ampliação de sua base produtiva. Isso leva a um potencial de diferenciação circunscrito a configurações produtivas próximas de se tornarem “enclaves dinâmicos”.
- O comportamento ciclotímico e sem regularidade da produção nacional, o que reduz a capacidade de arrasto da demanda intra-industrial e provoca uma obsolescência não planejada. Isso se reflete nas dificuldades para garantir a capacidade de financiamento necessária em algumas atividades principais, embora tenham alta relação capital/produto e seja importante antecipar o crescimento da demanda.

Então, os impasses no desenvolvimento do Rio de Janeiro são provocados pelas dificuldades na obtenção de maiores efeitos multiplicadores e pela insuficiência dinâmica para se alcançar uma expansão econômica sustentada. Torna-se preocupante que os resultados positivos pelo melhor aproveitamento de vantagens competitivas estáticas, como aquelas herdadas da exploração dos recursos naturais, possam estar encobrendo a falta de uma maior criação de vantagens competitivas dinâmicas, notadamente, apoiadas no amplo desenvolvimento de forças produtivas. Nesse ponto, é preciso ter claro que o processo de desindustrialização não foi provocado pela concentração do dinamismo na produção petrolífera. Isso porque o fato da extrativa mineral ter se tornado um dos principais sustentáculos da economia fluminense não criou inexoravelmente um “círculo vicioso”, gerando uma dependência que impede uma maior expansão agregada. Inversamente, o que impede o melhor aproveitamento das potencialidades decorrentes da presença de algumas atividades de grande relevância nacional e de uma estrutura econômica ainda diversificada são as históricas desarticulações na base produtiva estadual somadas à gravidade da crise estrutural e à semi-estagnação em termos nacionais.

Para superar a profundidade desse quadro econômico negativo, seria inócuo somente sancionar as vantagens competitivas nos principais fluxos de produção existentes no estado. Isso porque a solução não é simplista como, por exemplo, explorar fontes redutoras de custo ou buscar desenfreadamente a atração de novas empresas e a captação de recursos financeiros. Por esse motivo, é preciso qualificar o processo de desconcentração produtiva a ponto que deixe de incidir apenas em alguns pólos dinâmicos, e, conseqüentemente, consiga promover uma estrutura econômica renovada, capaz de permitir maior controle sobre o processo de acumulação ao se tornar mais integrada e homogênea.

Segundo Carlos Brandão (2007), a retomada de um processo de desenvolvimento deve partir de um unificado processo potencializador/ativador, impondo coerência ao tecido

econômico. Associado a isso, o mesmo autor aponta a importância de ampliar a densidade de dinamismos ocultos ou latentes. Assim, através da implementação de políticas territoriais de desenvolvimento estadual, seria esperado um esforço de recuperação econômica através da geração de maiores articulações inter-setoriais na estrutura produtiva. Nesse ínterim, é preciso ter claro que a heterogeneidade estrutural é um fator que reveste o processo político porque exige uma direção organizada para sua superação. Isso implica que a retomada do desenvolvimento fluminense passa necessariamente por uma redefinição dos centros de decisão e da forma de controle sobre a organização econômica estadual, a ponto do fortalecimento de uma noção política de economia regional e de uma estrutura de planejamento público-privada específica.

Contudo, ao se ressaltar a importância que teria a maior organização de uma unidade capaz de oferecer coesão econômica para o Rio de Janeiro, não se está afirmando que seu desenvolvimento depende intrinsecamente da capacidade de acumulação própria. Ao contrário, depende de associar um aprofundamento de sua contribuição na divisão do trabalho inter-regional com a redução da desigualdade de oportunidades econômicas no seu espaço regional. Por conseguinte, impedindo que se abra uma perspectiva de conflito federativo, seria fundamental reivindicar uma maior retomada do processo de industrialização nacional.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). Anuário Estatístico. Vários anos.

AJARA, C. “Configurações econômico-espaciais no estado do Rio de Janeiro”. *Ence 50 anos*. Rio de Janeiro: IBGE – ENCE, 2006 (mimeo).

_____; PIRES NETO, A.F. “Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense”. In: XV Encontro nacional de estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, 18 a 22 de setembro de 2006. *Anais*.

ALCÂNTARA, M.M.P. O setor industrial do estado do Rio de Janeiro: uma análise espaço-temporal. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: IBGE – ENCE, janeiro de 2005.

Anuário Exame 2006/2007 Infra-estrutura. São Paulo: Editora Abril, 2006.

ARAÚJO, J.L. “Indústria de Petróleo e economia do Rio de Janeiro”. IN: AMÉRICO FREIRE, C.E. & MOTTA, M.S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.249-282, 2001.

ARAÚJO FILHO, V. F. *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ, 1994.

ASTEL ASSESSORES TÉCNICOS. *Desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: influência da ação institucional do governo federal*. Rio de Janeiro: AD-Rio, 1991.

BACOCOLI, G. Nota Técnica Setorial: Petróleo, gás e carvão mineral. Brasília: novembro de 2006 (versão preliminar). In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos.

BARAT, J. Nota Técnica Setorial: Logística, Sistema de Distribuição e Transportes. Brasília: novembro de 2006 (versão preliminar). In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos.

BATISTA, I.L. Redes produtivas e novas territorialidades no Sul Fluminense. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ – Instituto de Geociências, junho de 2006..

BELLUZO, L.G. “Brasil, um desenvolvimento difícil...”. In: CASTRO, A.C. *Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro I*. Rio de Janeiro: BNDES, p.57-70, 2002.

BRANDÃO, C. A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. *Tese de livre docência*. Campinas: UNICAMP – Instituto de economia, 2004.

_____. *Escalas, escadas, escalas*. Campinas, 2007. (versão preliminar)

CÂMARA NETO, A.F. (coord.). *Alternativas de diversificação para o desenvolvimento econômico regional: o caso do Norte Fluminense pós-royalties*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005 (relatório de pesquisa).

CAMPO. *Estudo de viabilidade de um pólo de fruticultura irrigada nas regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIRJAN, 1998.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 1998A.

_____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 1998B.

_____. “Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil”. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, p.117-148, 2002.

_____. *Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005*. Campinas: s.n., 2007 (mimeo).

CARNEIRO, M.J; TEXEIRA, V.L. *Para além das dualidades: o rural não-agrícola no estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober/trab267.pdf>> Acesso em 7 de março de 2007.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CODIN-RJ). *A desinformação e os 4 mitos fluminenses*. Rio de Janeiro: Secretaria de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro (SEDE), agosto de 2006.

COUTINHO, L. “A Terceira Revolução Industrial”, *Economia e Sociedade*, UNICAMP-IE, Campinas, n.1, agosto/1992.

CRUZ, J.L.V. “Rio de Janeiro: os desafios na região brasileira do petróleo”. In: CRUZ, J.L.V. (org.). *Brasil, o desafio da diversidade*. Rio de Janeiro: SENAC, p.49-104, 2005.

DAIN, S. “Rio de todas as Crises – Crise Econômica”. *Série Estudos e Pesquisas*, n.80, IUPERJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1990.

DAVIDOVICH, F. Um foco sobre o processo de urbanização no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, v.48, n.3, p.333-371, 1986.

_____. Estado do Rio de Janeiro: Singularidade de um contexto territorial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.9, p.10-24, julho/dezembro de 2000.

_____. “O entorno da região metropolitana do Rio de Janeiro, hipóteses e considerações”. IX Encontro da ANPUR. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUR, p.326-335, 2001.

DINIZ, C.C. “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 35-63, setembro de 1993.

_____. “Território e Nação”. In: IPEA. *Brasil: o estado de uma Nação*. Brasília, cap.V, p.158-197, 2005.

_____; SANTOS, F.B.T. “Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas”. In: AFFONSO, R.B.A.; SILVA, P.L.B. *Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP/FUNDAP, p.1995-223, 2005.

FAO/INCRA. *Diagnóstico do sistema agrário do município de Campos dos Goytacazes (RJ) e propostas de desenvolvimento agrícola dirigidas à agricultura familiar*. Brasília: Projeto de cooperação técnica FAO/INCRA, 1997.

FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, L (org.). *O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro – Estudos avançados nas realidades municipais*. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers, 2005.

FEIJÓ, C.A.; CARVALHO, P.G.M. “Uma Interpretação sobre a Evolução da Produtividade Industrial no Brasil nos anos Noventa e as Leis de Kaldor”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.12, n.2, p.57-78, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA GUANABARA (FIEG); CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO (CIRJ). *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: s.n., 1969, 2v.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). “Descasamento entre Arrecadação e Investimento: a Situação do Rio de Janeiro”. *Nota Técnica* n.19/2005.

_____. “Evolução do perfil das maiores empresas do RJ: 1998-2004”. *Nota Técnica* n.10/2006.

_____. “Evolução do Emprego Formal no Rio de Janeiro”. *Nota Técnica*, n.7/2007.

_____. “Perfil Tecnológico das Exportações e Importações”. *Nota Técnica*, n.8/2007.

_____. “Gastos Federais no Transporte Rodoviário: O Rio de Janeiro em Segundo Plano”. *Nota técnica*, n.15/2007.

_____. *Rio Exporta*. Março de 2007.

FERRAZ, J.C. Nota técnica da cadeia da indústria naval. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, dezembro de 2002. In: ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DE CADEIAS INTEGRADAS NO BRASIL.

FIORI, J.L. “O federalismo diante do desafio da globalização”. In: AFFONSO, R.B.A; BARROS SILVA, P.L. (org.). *A federação em perspectiva*. São Paulo: FUNDAP, p.19-38, 1995.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). Base de dados.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Séries históricas estaduais de PIB.

_____. “Indicadores de desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro 1997/2006”. *Economia e Gestão - Cadernos FGV Projetos*, n.2. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2006.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FURTADO, J. Nota técnica da cadeia petroquímica. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, fevereiro de 2003. In: ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DE CADEIAS INTEGRADAS NO BRASIL.

GUANABARA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Comissão do ano 2000. *Rio ano 2000*. Rio de Janeiro, 1970.

GUANZIROLI, C.; SABBATO, A. “Agricultura fluminense: 25 anos de fusão”. IN: AMÉRICO FREIRE, C.E. & MOTTA, M.S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.187-217, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. *Dinâmica Regional no Brasil*. Brasília: IPEA, 1997 (relatório de pesquisa).

GUIMARÃES, R. “A pesquisa científica e tecnológica no estado do Rio de Janeiro: um (des)balanço”. IN: AMÉRICO FREIRE, C.E. & MOTTA, M.S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.285-322, 2001.

HAGUENAUER, L. et al. “Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90”. Brasília: IPEA, *Texto para discussão*, n.786, abril de 2001.

INFO ROYALTIES. Base de dados do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes. Disponível em: <inforoyalties.ucam-campos.br/index.php> Acesso em 1 de agosto de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agrícola. Vários anos.

_____. Censo Demográfico. Vários anos.

_____. Censo Industrial. Vários anos.

_____. Contas Regionais. Vários anos.

_____. *Economia do Turismo – Análise das atividades características do Turismo 2003*. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Indicadores, v.6, n.8, Suplemento II, p.83-89, 1987.

_____. Pesquisa Industrial Anual (PIA). Vários anos.

_____. Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (Pim-PFs). Vários meses.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Vários anos.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). Tabulações da PNAD, 1992-2005. Disponível em: <www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94> Acesso em 3 de julho de 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA (IDEG). *O aproveitamento das potencialidades econômicas do novo estado do Rio de Janeiro: contribuição para uma estratégia de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L.; ANTUNES, A. Nota Técnica Setorial: Química. Brasília: novembro de 2006 (versão preliminar). In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos.

LA ROVERE, R.L.; CARVALHO, R.L.; SOBRAL, B.L.B. “Elementos condicionantes da gestão da inovação em pequenas empresas: o caso de Campos dos Goytacazes”. In: XXIII Simpósio de gestão da inovação tecnológica, Curitiba, 20-22 de outubro de 2004. *Anais* (disponível em CD-ROM).

LEAL, J.A.A.; SERRA, R.V. “Notas sobre os fundamentos econômicos da distribuição espacial dos royalties petrolíferos no Brasil”. In: XXX Encontro nacional da ANPEC. Nova Friburgo, dezembro de 2002. *Anais*.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis – uma Reflexão em Busca de Auto-estima*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. (Coleção Metrôpoles)

LOBO, Eulália Maria L. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2.v.

LOUREIRO, A.C.N.S. *Rio de Janeiro: uma análise da perda recente de centralidade*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR/UFMG, 2006.

LOUVAIN, F.Q. “Os centros de P&D e de ensino e formação profissional enquanto elementos da dinâmica de localização dos novos espaços industriais – o caso do Médio Vale Paraíba Fluminense”. In: MOREIRA, R. (org.). *A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Edições PPGEU-UFF, p.107-116, 2003

MAGALHÃES, J.P. (coord.). *Problemas e potencialidades do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Políticos e Sociais; BANERJ, 1983, 8v.

_____ et al. *Rio século XXI: perspectivas e propostas para a economia fluminense*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1991.

MAGALHÃES, R.A. *Breve histórico sobre a estruturação física e econômica da cidade e sua região*. S.l.: s.n., 2001 (mimeo).

MELO, H.P. A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. IN: AMÉRICO FREIRE, C.E. & MOTTA, M.S. (org.). *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.219-247, 2001.

_____; GUTIERREZ, M. “Os Complexos Industriais da Economia do Estado do Rio de Janeiro”. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 18. *Anais*. p.1061-1080, 1990.

_____; MARQUES, O.R.B. “Serviços e trabalho precário: um olhar sobre o Rio de Janeiro”. In: DIEESE; CESIT (org.). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, p.177-192, 2005.

_____; CONSIDERA, C. M. “Industrialização Fluminense – 1930-1980”. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, v. 1, n. 3, p. 111-121, 1986.

_____; CONTRERAS, E. C. “A Trajetória Desigual do Desenvolvimento Econômico Fluminense”. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 16. *Anais*. Minas Gerais, 1988, p. 423-440.

MINISTÉRIO DA CINÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT). Indicadores estaduais de Ciência e Tecnologia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Desenvolvimento de ações de apoio à cadeia produtiva da indústria naval e marinha mercante*. Relatório, março de 2002.

_____. Secretaria de comércio exterior (SECEX) – Base Alice.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). Relação anual de informações sociais (RAIS). Vários anos.

MONIÉ, F. “Logística de transporte, modernização portuária e inserção competitiva do Rio de Janeiro na economia global”, *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.10, p.9-31, janeiro/junho de 2001.

_____. “Petróleo, industrialização e organização”. PIQUET, R. (org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, p.257-285, 2003.

NATAL, J. *O Estado do Rio de Janeiro no Limiar do Século XXI – História, diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2001. (relatório de pesquisa)

_____. *O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e a questão social*. Rio de Janeiro, RJ: Publicati, 2005.

NÚCELO SUPERIOR DE ESTUDOS GOVERNAMENTAIS (NUSEG-UERJ). *Balanço energético do estado do Rio de Janeiro: 1980-1997*. Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A questão regional: a hegemonia inacabada. In: *Estudos Avançados*, v.7, n.18, 1993.

OSÓRIO, M. *Rio nacional/Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro, RJ: Editora SENAC Rio, 2005.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, 1998.

_____. “Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial”. Brasília: IPEA, *Texto para discussão*, n.633, março de 1999.

PAULA, G.M. Nota técnica da cadeia siderúrgica. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, dezembro de 2002. In: ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DE CADEIAS INTEGRADAS NO BRASIL.

_____. Nota Técnica Setorial: Siderurgia. Brasília: novembro de 2006 (versão preliminar). In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos.

PEREIRA, P.S. “A indústria petrolífera e seus reflexos na economia fluminense”. In: Seminário Regional Sudeste - DIEESE/CESIT/CNPq, São Paulo, 13 e 14 de março de 2002. *Anais*.

PIQUET, R. “Grandes projetos e tendências na ocupação do território: a modernização excludente”. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.31, p.72-81, 1990.

_____. “Da cana ao petróleo: uma região em mudança”. PIQUET, R. (org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, p.219-238, 2003.

POCHMANN, M. *Nova geografia do emprego no Brasil: um balanço de 15 anos nos estados da federação*. Campinas, 2007 (mimeo).

PROCHNIK, V.; VAZ, B.O.E. “Cadeias Produtivas Relevantes na Economia Mineira: Fatores de Competitividade e Perspectivas”. In: GUIMARÃES, T.B.; CUNHA, M.A.R.; CHAVES, M. (org.). *Minas Gerais do Século XXI*. Belo Horizonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, v.VI, p. 111-169, 2002.

QUINTELLA, S.F. “Renegociação da dívida do Estado com a União”. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Revista* n.49, p.35-68, julho/setembro de 2000.

RAMALHO, J.R. “Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.491-524, 2005.

RANGEL, I. “Características e perspectivas da integração das economias regionais”. *Revista BNDE*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.43-71, julho-dezembro/1968.

_____. “O problema da unidade marginal”. Do ponto de vista nacional (1960-1961). *Obras Reunidas*, Rio de Janeiro: Contraponto, v.2, p.168-171, 2005.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; ARBIX, G. “Estratégias do desperdício. A Guerra Fiscal e as Incertezas do desenvolvimento”. *Novos Estudos Ceprab*, São Paulo, n.54, julho/1999.

SABBATINI, R.C. “A indústria brasileira nos anos 90 e análise setorial das cadeias petroquímicas, alimentos industrializados, construção navale siderurgia”. In: Seminário Regional Sudeste - DIEESE/CESIT/CNPq, São Paulo, 13 e 14 de março de 2002. *Anais*.

SARTI, F. “Nota Técnica Setorial: Material de Transporte (Automobilística, Aeronáutica, Construção Naval e Construção Ferroviária)”. Brasília: novembro de 2006 (versão preliminar). In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Estudo da Dimensão Territorial do PPA*, Módulo 4 – Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos.

SILVA, R.D. “Rio de Janeiro: crescimento, transformação e sua importância para a Economia Nacional (1930-2000)”. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia, outubro 2004.

SUZIGAN, W. “Política comercial e perspectivas da indústria brasileira”. *Texto para discussão*, n.13. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, dezembro de 1992.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale”. In: KEWIN, R.C. (ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London: The Guilford Press, 1997. p. 137-166.

TAVARES, M.C. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, p.27-53, 1997.

_____. “Império, território e dinheiro”. In: FIORI, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, p.449-489, 1999.

TAVARES, M.C.; MELIN, L.E. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, p.55-86, 1997.

TESOURO NACIONAL. Base estatística.

TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

URANI, A. *Rio além do Petróleo*. Boletim 1. Disponível em: <www.rioalemdopetroleo.com.br/IMG/pdf/doc-33.pdf> Acesso em 1 de setembro de 2007.

VAINER, C.B. “Regionalismos contemporâneos”. In: AFFONSO, R.B.A; BARROS SILVA, P.L. (org.). *A federação em perspectiva*. São Paulo: Fundap, p.449-471, 1995.

_____. *Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial*. Rio de Janeiro: s.n., 2006 (mimeo).

VASCONCELOS, J.R.; OLIVEIRA, M.A. “Análise da matriz por atividade econômica do comércio interestadual no Brasil – 1999”. Brasília: IPEA, *Texto para discussão*, n.1159, fevereiro de 2006.

Anexo Estatístico

Tabela 1 – Participação fluminense e de outras regiões (%) noVTI, segundo os grupos de indústrias, período 1970-2003
(Brasil = 100%)

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável					Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários					Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável					Todos os Ramos				
	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003
RJ	16,2	11,2	9,2	9,2	5,4	16,7	10,2	10,6	10,1	10,6	12,8	10,4	7,8	3,2	6,4	15,7	10,6	9,5	8,1	8,0
SP	52,9	46,1	43,9	45,5	39,9	54	51,5	49,8	48,0	42,3	76,0	66,4	66,6	64,2	53,7	58,1	53,4	51,9	50,9	44,0
MG	5,7	6,4	6,6	0,9	7,4	9,5	10,0	11,5	1,9	11,1	2,8	6,0	5,0	0,2	6,7	6,4	7,7	8,3	1,1	8,9
Sudeste	75,3	64,6	60,8	63,5	53,4	80,9	72,8	73,2	70,0	66,9	91,7	83,2	79,9	74,6	67,1	80,7	72,6	70,9	68,5	62,5

Fonte: dados brutos a partir do IBGE – Censos Industriais e Tabulações especiais de 85, e PIAs de 1996 e 2003. Apud Cano (2007).

Nota: Ver em "Notas Metodológicas" (Apêndice Estatístico) os ramos que compõem os Grupos I, II e III.

Tabela 2 – Estrutura Industrial fluminense e de outras regiões (%) por grupos de indústrias, período 1970-2003

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não durável					Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários					Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo durável				
	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003	1970	1980	1985	1996	2003
RJ	45,2	35,9	32,7	45,9	22,6	37,7	39,4	47,0	44,7	60,2	17,1	24,7	20,3	9,4	17,2
SP	39,8	29,3	28,2	36,0	30,2	32,8	39,5	40,6	33,7	43,5	27,4	31,2	31,2	30,3	26,3
MG	38,6	27,9	26,9	37,6	27,7	52,3	52,8	58,2	42,2	56,2	9,1	19,3	14,9	20,2	16,1
Sudeste	40,8	30,2	28,6	37,3	28,4	35,4	41,1	43,9	36,5	48,4	23,8	28,7	27,5	26,2	23,2
BR	43,7	33,9	33,2	40,3	33,3	35,4	41,0	42,4	35,7	45,2	20,9	25,1	24,4	24,0	21,6

Fonte: dados brutos a partir IBGE – Censos Industriais e Tabulações especiais de 85, e PIAs de 1996 e 2003. Apud Cano (2007).

Nota: Ver em "Notas Metodológicas" (Apêndice Estatístico) os ramos que compõem os Grupos I, II e III

Tabela 3 – Índice da produção física da indústria de transformação fluminense, período 1989-2006

	Dez/89	Dez/90	Dez/91	Dez/92	Dez/93	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00	Dez/01	Dez/02	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Dez/06
Bens de consumo não durável:																		
Farmacêutica*	1,00	0,93	0,89	0,78	0,78	0,75	0,87	0,80	0,73	0,67	0,56	0,46	0,49	0,45	0,44	0,44	0,42	0,44
Perfumaria, sabões, e velas*	1,00	0,79	0,76	0,78	0,86	0,81	0,71	0,70	0,88	0,84	0,77	0,88	0,89	0,72	0,69	0,76	0,65	0,60
Têxtil	1,00	0,80	0,69	0,61	0,72	0,77	0,61	0,49	0,37	0,33	0,35	0,47	0,53	0,57	0,54	0,65	0,75	0,70
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	1,00	0,92	0,86	0,67	0,72	0,82	0,81	0,77	0,68	0,63	0,61	0,62	0,54	0,49	0,39	-	-	-
Alimentos	1,00	0,94	1,06	0,96	0,92	0,94	1,01	0,94	0,86	0,88	0,79	0,76	0,70	0,67	0,66	0,68	0,75	0,84
Bebidas	1,00	1,00	1,11	0,79	0,84	0,92	1,22	1,36	1,44	1,44	1,35	1,66	1,73	1,61	1,54	1,72	1,75	1,84
Bens Intermediários:																		
Borracha e plástico*	1,00	0,90	0,87	0,79	0,80	0,81	0,94	1,03	1,07	1,00	0,94	0,84	0,76	0,76	0,72	0,68	0,51	0,50
Minerais não metálicos	1,00	0,90	0,98	0,85	0,85	0,83	0,86	0,93	0,98	0,93	0,91	0,89	0,80	0,78	0,81	1,00	1,20	1,20
Metalurgia básica	1,00	0,88	0,86	0,92	1,01	1,07	1,02	0,97	1,04	0,98	0,97	1,01	1,03	1,20	1,36	1,38	1,28	1,22
Papel	1,00	0,87	0,82	0,75	0,76	0,75	0,72	0,74	0,70	0,65	0,62	0,67	0,55	0,51	0,48	-	-	-
Química	1,00	0,94	0,89	0,88	0,86	0,84	0,80	0,95	0,92	0,99	1,04	0,92	0,88	0,92	0,89	-	-	-
Derivados de petróleo e álcool	-	-	1,00	1,00	1,00	0,96	0,88	1,15	1,11	1,21	1,26	1,11	1,10	1,14	1,14	1,21	1,18	1,15
Outros produtos químicos	-	-	1,00	0,97	0,87	0,87	0,93	0,82	0,81	0,80	0,88	0,78	0,61	0,50	0,50	0,48	0,47	0,48
Bens Consumo Durável e Bens de Capital:																		
Material Elétrico	1,00	0,68	0,57	0,54	0,53	0,51	0,53	0,53	0,53	0,59	0,48	0,58	0,51	0,40	0,35	-	-	-
Material de Transporte	1,00	0,58	0,67	0,70	0,76	0,84	0,77	0,43	0,30	0,22	0,18	0,21	0,24	0,23	0,28	-	-	-
Veículos automotores	-	-	1,00	0,91	1,02	1,13	1,20	0,95	2,28	2,73	2,80	3,96	4,84	4,95	5,56	6,85	7,87	7,55
Indústria de transformação (1)	1,00	0,86	0,83	0,79	0,82	0,84	0,82	0,82	0,79	0,79	0,77	0,75	0,73	0,75	0,74	0,76	0,76	0,77

Fonte: IBGE (Pim-Pfs) e Pacheco (1998, p.132)

Notas: (*) Para estes ramos não se teve acesso aos valores respectivos para 1991, então se considerou nele a mesma variação que aquela do total da indústria de transformação. (1) Inclui ramos não computados acima. (-) Não passível de cálculo.

Tabela 4 – Consórcios vencedores da 1ª etapa de renovação da frota da Transpetro, por tipo e preços

Consórcio	Localização	Tipo e Quantidade	Preço Global	Preço médio
Atlântico Sul	Pernambuco	10 Suezmax	US\$ 1,2 bilhões	US\$ 121 milhões
Rio Naval	Rio de Janeiro	5 Aframax e 4 Panamax	US\$ 866 milhões	US\$ 103,5 milhões (Aframax) e US\$ 87,2 milhões (Panamax)
Mauá-Jurong	Rio de Janeiro	4 produtos	US\$ 277 milhões	US\$ 69,2 milhões
Itajaí	Santa Catarina	3 Gaseiros	US\$ 150 milhões	US\$ 50 milhões
Total		26 embarcações	US\$ 2,5 bilhões	US\$ 96 milhões

Fonte: Sarti (2006). Elaboração NEIT-IE-UNICAMP a partir de Portos e Navios, Valor Econômico e Centro de Estudos de Gestão Naval

Nota: Destaca que os três gaseiros encomendados a Santa Catarina poderão ser relicitados diante de suas dificuldades para oferecer as garantias para obtenção do financiamento necessário.

Tabela 5 – Ranking das dez maiores empresas na indústria fluminense, período 1996-2004

Ranking	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
1	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás	Petrobrás
2	Furnas	Furnas	Furnas	Furnas	CVRD	Furnas	CVRD	CVRD	CVRD
3	CVRD	CVRD	CVRD	CVRD	Furnas	CVRD	Furnas	CSN	CSN
4	CSN	CSN	CSN	CSN	CSN	CSN	CSN	Furnas	Petrobrás Distribuidora
5	Light	Brahma	Light	Light	Light	Light	Shell	Shell	Furnas
6	Petrobrás Distribuidora	Light	Brahma	Brahma	Brahma	Petrobrás Distribuidora	Petrobrás Distribuidora	Petrobrás Distribuidora	Shell
7	Brahma	Petrobrás Distribuidora	Petrobrás Distribuidora	Petrobrás Distribuidora	Petrobrás Distribuidora	Gerdau	Light	Light	Light
8	Souza Cruz	Shell	Shell	Gerdau	Gerdau	Shell	Gerdau	Gerdau	Ipiranga
9	Shell	Souza Cruz	Souza Cruz	Souza Cruz	Shell	CR Almeida	CR Almeida	Odebretch	Odebretch
10	Cedae	Cedae	Cedae	Shell	CR Almeida	CERJ	Odebretch	CR Almeida	Souza Cruz

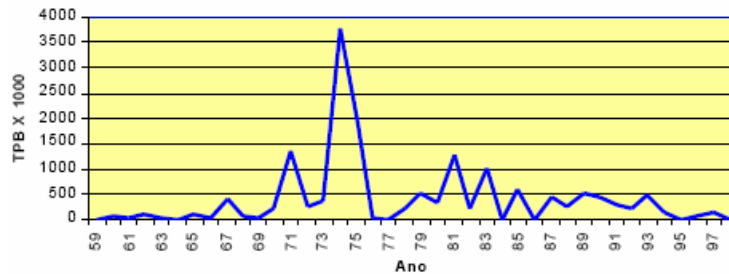
Fonte: FIRJAN (Nota Técnica n.10/2006), com base em dados do Caerj

Tabela 6 – Evolução da participação na capacidade instalada de refino de petróleo nacional e taxa de crescimento das refinarias no período 1996-2005

Refinarias	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento (1996/2005)
REPLAN (SP)	18,3%	17,8%	17,6%	18,6%	18,1%	18,1%	18,1%	18,1%	18,1%	18,1%	20,8%
RLAM (BA)	8,0%	16,0%	15,9%	15,6%	15,2%	15,2%	15,2%	16,0%	16,0%	16,0%	144,5%
REVAP (SP)	13,7%	12,3%	12,2%	12,0%	11,6%	11,6%	11,6%	12,5%	12,5%	12,5%	11,1%
REDUC (RJ)	13,7%	12,3%	12,2%	12,0%	12,4%	12,4%	12,4%	12,0%	12,0%	12,0%	6,9%
REFAP (RS)	11,4%	10,2%	10,1%	10,0%	9,7%	9,7%	9,7%	9,4%	9,4%	9,4%	0,0%
REPAR (PR)	10,3%	9,2%	10,1%	10,0%	9,7%	9,7%	9,7%	9,4%	9,4%	9,4%	11,1%
RPBC (SP)	10,3%	9,2%	9,1%	9,0%	8,7%	8,7%	8,7%	8,4%	8,4%	8,4%	0,0%
REGAP (MG)	9,1%	8,2%	8,1%	8,0%	7,8%	7,8%	7,7%	7,5%	7,5%	7,5%	0,0%
RECAP (SP)	2,6%	2,4%	2,4%	2,3%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	25,0%
REMAN (AM)	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	2,4%	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	217,4%
Ipiranga (RS)	0,8%	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	35,0%
Manguinhos (RJ)	0,6%	0,5%	0,5%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	38,4%
LUBNOR (CE)	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	22,2%

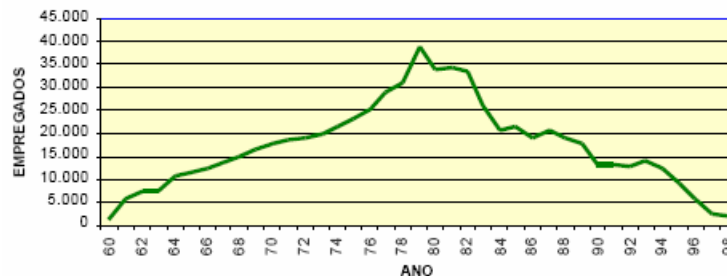
Fonte: ANP – Anuários Estatísticos

Gráfico 1 – Evolução da tonelada de porte bruto contratadas na Construção Naval brasileira, período 1959-1998



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval apud MDIC (2002, p.2)

Gráfico 2 – Evolução dos empregos diretos na Construção Naval brasileira, período 1960-1998



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval apud MDIC (2002, p.2)